

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELA HÜMMELGEN

**UMA LEITURA FEMINISTA DA ALIENAÇÃO PARENTAL: PERCEPÇÕES SOBRE
O CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR**

CURITIBA

2018

ISABELA HÜMMELGEN

**UMA LEITURA FEMINISTA DA ALIENAÇÃO PARENTAL: PERCEPÇÕES SOBRE
O CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR**

Monografia de conclusão de curso apresentada no curso de graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Carla Harmatiuk Matos

Coorientadora: Ma. Jacqueline Lopes Pereira

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, por todas as oportunidades que me deram na vida, por me ensinarem a seguir meu próprio caminho e a ser forte diante das adversidades do mundo, por possibilitarem todos os meus anos de estudo e por me inspirarem a ser quem sou hoje;

À minha orientadora, Prof.^a Ana Carla, por ter me incentivado, desde o início da faculdade, a pesquisar e expor minhas ideias, por ter sempre contribuído para o meu crescimento acadêmico e ter sido uma professora exemplar nesse percurso;

À minha coorientadora, Jacqueline, e também à Ligia e a Andressa, que não apenas aceitaram avaliar meu trabalho e contribuir com a minha pesquisa desta vez, mas também ao longo de toda a minha graduação;

Às demais professoras e professores que me inspiraram, me ensinaram e me possibilitaram enxergar o mundo com os olhos críticos, durante toda a minha vida escolar e acadêmica. Em especial, agradeço aqui ao Prof. Luis Fernando, à Prof.^a Melina e à Prof.^a Danielle;

Às servidoras e servidores da Universidade Federal do Paraná, um agradecimento especial por toda ajuda nesses últimos anos, sobretudo à Jane, Claudia e Paula, e às trabalhadoras/es terceirizadas/os da Universidade, que contribuem com a manutenção e organização dos espaços que frequento;

Às amigas da vida, mesmo àquelas que se afastaram, porque cada conversa e cada momento me ajudaram a me (des)construir. Especialmente, agradeço de todo o coração à Carol, que sempre esteve disposta a ouvir e compartilhar as ideias mais malucas, sem me julgar;

Às Promotoras Legais Populares, agradeço imensamente. A todas as mulheres que participaram desse projeto e que mudaram a minha vida com a maneira de pensar, enxergar o mundo, expor as ideias: pensei em vocês a cada palavra aqui escrita. Também agradeço a todas as companheiras dos quatro anos de coordenação das PLPs, por todos os momentos de desabafos, lutas, construções e resistência, por todas as nossas trocas e pelo crescimento que tivemos juntas;

E, por fim, ao meu amor, Kauan, por ser meu companheiro de vida, por aceitar lutar do meu lado, superando todos os momentos difíceis com desabafos, risadas e viagens, e por ser sempre o primeiro a ouvir as minhas ideias e contribuir para que elas se realizem. Obrigada por tudo!

*Reloj de campana tócame las horas
Para que despierten las mujeres todas
Porque si despiertan todas las mujeres
Irán recobrando sus grandes poderes*

RESUMO

Este trabalho almeja discutir sobre alienação parental a partir de uma perspectiva feminista. Posicionar-se aqui como feminista para debater sobre a questão proposta é, sem dúvida, uma escolha política. Ao se considerar os altos números de violência contra mulheres na sociedade brasileira e como essa violência é consequência de uma cultura sexista, aqui se argumenta que o sistema jurídico brasileiro é também influenciado pela estrutura de desigualdades sociais entre mulheres e homens. Nesse contexto, embora o tema da alienação parental tenha sido criticado severamente por autores/as e instituições internacionais, no Brasil ele se encontra regulado pela lei nº 12.318/2010. O problema apresentado aqui, assim, tendo em vista as considerações feministas sobre a temática, é como as alegações de alienação parental têm sido utilizadas contra as mulheres. A começar, questionam-se os artigos e textos escritos acerca da alienação parental, sobretudo devido ao fato de que reproduzem estereótipos de gênero e ignoram o contexto de violência contra as mulheres na sociedade brasileira. Desse modo, defende-se a importância de se colocar em pauta a realidade de violência doméstica nas discussões do direito das famílias. Ademais, este trabalho trata da questão dos abusos sexuais de crianças e adolescentes no Brasil, pontuando como frequentemente se dão no âmbito familiar e são perpetrados por membros da família da vítima. Nessa seara, denuncia-se que a lei da alienação parental é utilizada por agressores para invalidar as denúncias das vítimas e afastá-las de sua genitora – um problema sério que pouco é tratado pela doutrina brasileira. Ainda, aborda-se aqui o projeto de lei nº 4.488/2016, atualmente em trâmite no Congresso Nacional, que intenta criminalizar os atos de alienação parental, agravando a situação de mulheres, crianças e adolescentes abusados. Este projeto é justificado com o argumento de impedir “manejo falso da Lei Maria da Penha”; torna, portanto, explícita sua intenção de descreditar mulheres que denunciam a violência doméstica. Em tom conclusivo, portanto, a leitura feminista da alienação parental permite ressaltar as facetas políticas da discussão sobre o tema, denunciando como as alegações baseadas na lei nº 12.318/2010 podem prejudicar ainda mais mulheres, crianças e adolescentes que são vítimas de violência doméstica.

Palavras-chave: perspectiva feminista; alienação parental; violência doméstica e intrafamiliar.

ABSTRACT

This work aims to discuss parental alienation from a feminist perspective. Standing as a feminist here is, without any doubt, a political choice. Considering the high levels of violence against women in society and how this violence is a consequence of sexist education, here it is argued that Brazilian law system is also influenced by the social inequalities between women and men. That said, even though the subject of parental alienation has been severely criticized by international authors and institutions, in Brazil it is regulated by law n. 1.2318/2010. Thus, the problem shown here, observing the feminist discussion around the matter, is how the parental alienation allegations are being used against women. First, the essays written about the topic are questioned by their insistence in justifying the problem with gender stereotypes and in ignoring the context of violence against women in Brazil. As a result, the main argument defended here is that domestic violence is an important issue to be addressed by family law. Moreover, this work deliberates about the matter of children and teenagers' sexual abuse in Brazil, describing how they are often abused inside their own homes by family members. In this context, the parental alienation law is used by aggressors to invalidate victim's depositions and to harm their relationship with their mother. It represents a serious issue that has been little addressed by the authors and authorities. Furthermore, it is exposed that the Congress has been considering a new regulation about the subject (law project n. 4.488/2016), which means to turn parental alienation into a crime, aggravating the situation for abused mothers and children. What's more, this new regulation is justified by its author with the argument that women have been making abusive use of law Maria da Penha, therefore, turning explicit its intentions of discrediting women who come forward with domestic violence reports. In conclusion, the use of a feminist perspective means to highlight the political debate that involves parental alienation, pointing out that allegations based on law n. 12.318/2010 may hurt even more women, children and teenagers who are domestic violence victims.

Keywords: feminist perspective; parental alienation; domestic violence.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 UMA ESCOLHA POLÍTICA: A LEITURA FEMINISTA DA ALIENAÇÃO PARENTAL | 12 |
| 1.1 TEORIAS JURÍDICAS FEMINISTAS PARA (RE)PENSAR O DIREITO | 13 |
| 1.2 NOS LIMITES DA AFETIVIDADE: COMO A LEITURA FEMINISTA AFETA O DIREITO DAS FAMÍLIAS | 25 |
| 2 QUESTIONANDO OS DISCURSOS JURÍDICOS SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL | 39 |
| 2.1 ENTRE A CONJUGALIDADE E A PARENTALIDADE: CONSIDERAÇÕES FEMINISTAS SOBRE A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL | 40 |
| 2.2 LAÇOS JURÍDICOS DA MATERNIDADE: A MULHER ENTRE GUARDIÃ E “ALIENADORA” | 54 |
| 3 AS VIOLÊNCIAS NA FAMÍLIA: ALIENAÇÃO PARENTAL, ABUSOS SEXUAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | 70 |
| 3.1 AS DIVERSAS FACETAS DOS ABUSOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR | 71 |
| 3.2 “COM O MANEJO FALSO DA LEI MARIA DA PENHA”: A ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | 88 |
| CONCLUINDO: AS AMEAÇAS DA ONDA CONSERVADORA | 101 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 103 |

INTRODUÇÃO

Minha escolha de tema para este trabalho teve início em 2016, quando, ao lado de outras colegas envolvidas com os movimentos feministas, auxiliei na organização de um evento¹ em que propusemos discutir a violência sexual e de gênero, tão presentes na sociedade brasileira. Neste evento, compareceu um grupo de mães que trouxeram ao debate a questão da violência sexual contra crianças no ambiente familiar, prestando depoimentos impactantes sobre como tiveram seus/suas filhos/as abusadas/os por membros da família - na maior parte dos casos, os próprios pais. Elas manifestaram, assim, seu temor pela aplicação da lei da alienação parental pelos tribunais e contaram que, nos grupos de apoio que frequentavam, uma das mulheres participantes já havia perdido a guarda do filho devido à denúncia de alienação parental feita pelo genitor.

O diálogo com essas mães me alertou, ainda, para a existência do projeto de lei nº 4.488/2016, em trâmite no Congresso Nacional, que propõe criminalizar alguns dos atos considerados pela legislação brasileira como alienação parental. A aprovação desse projeto, pois, certamente colocaria em situação de maior vulnerabilidade as mães que denunciam judicialmente os abusos perpetrados no âmbito doméstico, uma vez que procura combater as “falsas denúncias” de abusos sexuais e violência doméstica realizadas pelas mulheres. Foi neste momento, então, quando escutei a perspectiva dessas mães, que me interessei pelo tema da alienação parental e me propus a explorar sua relação com as situações de violência intrafamiliar e doméstica.

Ainda recente no ordenamento jurídico brasileiro, a temática da alienação parental vem ganhando espaço entre doutrinadores/as do direito das famílias, em especial a partir de promulgação da lei nº 12.318/2010², que disciplina legalmente a questão. Define a referida lei, em seu artigo 1º, que o ato de alienação parental trata da interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida por um/a dos/as genitores/as (ou algum membro da família) para que repudie

¹ O evento, intitulado “Violência sexual e de gênero: o que fazer?”, foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná no dia 30 de agosto de 2016 e tinha como objetivo promover uma oficina de encaminhamento e acolhimento a vítimas de estupro. Auxiliei na organização deste evento juntamente com outras colegas do curso de direito, e contamos com a presença da psicóloga Cláudia Kobayashi, da advogada Sandra Lia Bazzo Barwinski, da promotora Mariana Seifert Bazzo e da jornalista Vanessa Fogaça Prateano (também organizadora do evento).

² BRASIL. *Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm > Acesso em: 2 de junho de 2018.

seu/sua outro/a genitor/a, causando afastamento e enfraquecimento dos vínculos com ele/a, normalmente no contexto de separação conjugal³.

Nessa senda, tem-se consolidado pelos textos doutrinários e pesquisas que, na maior parte dos casos, é a mãe a alienadora dos/as filhos/as, a pessoa que manipula emocional e psicologicamente as crianças e adolescentes para que se afastem do convívio paterno. Esses mesmos textos, porém, não se aprofundam nos motivos de serem as mulheres as “alienadoras” e pouco comentam sobre o contexto familiar no qual se desenvolvem esses casos. Assim, para responder essas inquietações, busco, além de reconhecer a violência contra crianças e adolescentes no seio familiar, trabalhar também com as questões de gênero e a centralidade da figura da mulher na concepção de família.

Em outras palavras, o que pretendo realizar é uma leitura do fenômeno jurídico da alienação parental⁴ a partir de uma perspectiva feminista, que considere as desigualdades de gênero – sobretudo no ambiente familiar – como fator relevante na aplicação do direito. É consabido que o gênero opera no direito e o direito se constrói a partir de uma estrutura socialmente constituída das relações de gênero,⁵ mas falta concretizar um discurso jurídico que tenha em vista essas barreiras sociais. Trago aqui essas discussões, portanto, devido a preocupações teóricas e práticas que enfrentei ao pesquisar e apreender os discursos proferidos pela doutrina sobre o tema.

Cabe explicar, nesse ponto, que a escolha de adotar uma perspectiva feminista nesta pesquisa vem, principalmente, da minha própria formação no feminismo, que fez parte também da minha trajetória acadêmica. É indissociável, assim, o pensamento feminista de qualquer reflexão sobre a ordem do mundo que me proponho a realizar: por esse motivo, escolhi evidenciar meu posicionamento neste trabalho ao invés de debater, no campo jurídico, esses temas dentro da chave da aparente “neutralidade”. Não acredito, pois, que o direito é (ou deve ser) neutro e

³ Ao utilizar aqui o termo “separação conjugal”, faço referência tanto aos casos de divórcio quanto de dissolução da união estável, ou ainda términos de relacionamentos em sentido abrangente.

⁴ A alienação parental é definida por seus/as estudiosos/as como um “fenômeno psicológico”, que se encontra na intersecção entre psicologia e direito, uma vez que o tema foi positivado no Brasil pela lei nº 12.318/2010. Aqui, utilizo a expressão “fenômeno jurídico” justamente para englobar todas as variáveis envolvendo a questão da alienação parental, desde as discussões trazidas pela psicologia forense até a inclusão da matéria no ordenamento jurídico e sua aplicação pelo Judiciário.

⁵ SMART, Carol. *La teoría feminista y el discurso jurídico*. Em: BIRGIN, Haydée (Comp.). *El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 31-61.

imparcial, mas reconheço a possibilidade de utilizá-lo como ferramenta para transformações políticas.

Assumir explicitar essa escolha política, naturalmente, tem suas consequências, inclusive metodológicas, que não podem ser ignoradas. Como a subjetividade⁶ da pesquisadora faz parte da pesquisa científica, escrevo este trabalho em primeira pessoa⁷, mesmo entendendo as críticas que se fazem, em especial na área do direito, a esse formato. Meu intuito é justamente poder evidenciar como o âmbito jurídico trata de questionamentos e problemas políticos, que influem na aplicação do direito e sua relação com a realidade social.

Desse modo, ao escrever este trabalho, investigo os argumentos jurídicos que sustentam as inquietações feministas sobre a alienação parental, por meio do diálogo também com autoras de outras áreas, tais quais as ciências sociais e a psicologia. Com esses instrumentos interpretativos, o objetivo principal é considerar o fenômeno jurídico da alienação parental dentro do contexto mais amplo de violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres, crianças e adolescentes, de modo a questionar como podem ser encaradas, pelo direito, as denúncias de violência nas relações familiares – sobretudo, as denúncias de abuso sexual infantil e violência doméstica. É importante, para isso, observar como a doutrina jurídica está lidando com esses problemas e quais as soluções legislativas propostas, a exemplo do projeto de lei nº 4.488/2016.

A título introdutório, procurei mencionar minhas preocupações para não as perder de vista ao longo do processo de construção e leitura deste trabalho. Isso não significa, certamente, que a investigação está restrita a elas, apenas julguei importante destacar quais meus pontos de partida e por que me proponho a pensar nesse tema. O intuito, afinal, não é acalmar essas inquietações; pelo contrário, o que pretendo é mostrar como e porque essas preocupações são relevantes para o tratamento jurídico dado à alienação parental.

⁶ Afinal, como problematiza HARAWAY (1995, p. 7-41), “desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade”. Ver: HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 5, 1995.

⁷ Em sua dissertação (também escrita em primeira pessoa), BAPTISTA (2008, p. 46) desvenda que “o método de pesquisa no Direito nos ensina a forma de escrever, não de pesquisar cientificamente o tema”. Sua assertiva é fruto de sua indignação com o campo acadêmico do direito, que muitas vezes prioriza as palavras técnicas e os argumentos de autoridade, em detrimento dos trabalhos que se utilizam da criatividade para questionar algumas das “certezas” tão caras ao saber jurídico. Ver: BAPTISTA, Bárbara Gomes L. *Os rituais judiciários e o princípio da oralidade: construção da verdade no processo civil brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

1 UMA ESCOLHA POLÍTICA: A LEITURA FEMINISTA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Ao me propor a realizar uma leitura *feminista* da alienação parental, fiz, sem dúvida, uma escolha política, uma escolha de me posicionar em meio aos problemas sociais.⁸ Certamente, toda a teoria representa um compromisso com valores e crenças sobre o modo como está organizado o mundo;⁹ assumir como marco teórico as teorias feministas, assim, é aceitar um compromisso político. Essa escolha, todavia, traz consigo um conjunto de dificuldades que preciso enfrentar ao adotar uma posição feminista como meio de análise do fenômeno jurídico. A começar, a própria escolha da perspectiva feminista - em detrimento de uma perspectiva que tenha como foco unicamente uma análise a partir da categoria *gênero*¹⁰ - já busca por si mesma confrontar problemas que vão além da dicotomia entre *mulher* e *homem* muitas vezes colocada ao se questionar os papéis sociais estabelecidos e juridicamente reproduzidos.

No entanto, mesmo ao buscar desconstruir os papéis sociais concebidos, há uma própria tendência, dentro dos feminismos¹¹, de assumir uma definição de “mulher” ou reproduzir um padrão de “experiências femininas” que são fixados, excludentes e homogeneizantes. Partir da categoria de mulher, afinal, sugere que as pessoas dessa categoria compartilham de um conjunto de características essenciais e a-históricas, constituindo uma identidade que, na realidade, não existe.¹²

Com esses riscos em mente - e assumindo os desafios que as reflexões sobre essas “categorias” me trazem – me lanço neste trabalho a realizar uma leitura feminista da questão da alienação parental, apreendendo como ela pode fornecer

⁸ BARTLETT, Katharine. *Feminist legal methods*. Harvard Law Review, Cambridge, vol. 103, n. 4, fevereiro/1990, p. 833.

⁹ JARAMILLO, Isabel Cristina. *La crítica feminista al derecho, estudio preliminar*. Em: WEST, Robin (Org.). *Género y teoría del derecho*. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

¹⁰ Conforme explica OLIVEIRA (2015, p. 16): a adoção de uma perspectiva feminista “pressupõe uma abordagem comprometida em desestabilizar dado contexto de equilíbrio. A perspectiva de gênero, embora possa resultar em investigação semelhante a que se segue, não subscreve, *per si*, as mesmas premissas. Por vezes, aliás, até se recorre a ela para legitimar posição contrária à emancipatória”. Ver: OLIVEIRA, Ligia Ziggotti de. *(Con)formação da(s) identidade(s) da mulher no direito das famílias contemporâneo: perspectivas feministas sobre o individual e relacional em família*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015

¹¹ De acordo com DEBERT (2010, p. 479), adotar um posicionamento feminista “não é supor um consenso entre as várias teorias envolvidas”. Ver: DEBERT, Guita Grin. *Desafios da politização da justiça e a antropologia do direito*. São Paulo: Revista de Antropologia, vol. 53, 2010, p. 477-492

¹² BARTLETT, 1990, *ibidem*, p. 834-835.

elementos críticos sobre as estruturas de poder desenvolvidas no âmbito jurídico. Enfim, questiono como as normativas afetam (ou podem afetar) a realidade das famílias brasileiras e suas relações afetivas e violentas. Trato também das complexas imbricações entre conjugalidade e parentalidade, que são o cerne para se considerar o fenômeno da alienação parental e as preocupações que me guiam neste trabalho.

1.1 TEORIAS JURÍDICAS FEMINISTAS PARA (RE)PENSAR O DIREITO

Pensar nas críticas feministas feitas ao direito, bem como nos usos do direito feitos pelos feminismos¹³, deve levar em consideração uma série de variantes que envolvem esse relacionamento nada simples. A correlação entre feminismos e o direito depende da maneira com que cada mulher – ou cada grupo de mulheres, cada organização, cada movimento – entende sua opressão na sociedade contemporânea e, ainda, como essas opressões podem estar inseridas no cenário jurídico e se relacionam com as esferas da vida social.¹⁴ É importante, nesse sentido, explorar a relação entre o direito e os movimentos sociais, pesquisando os sentimentos jurídicos desses grupos e as suas ideias e percepções sobre o direito.¹⁵ Da mesma forma, relevante destacar como os movimentos sociais, ao problematizar as questões jurídicas, acabam por ampliar o horizonte de seu debate político.¹⁶

Destarte, o fenômeno da alienação parental, com todas as controvérsias relativas a ele, foi também debatido pela sociedade.¹⁷ Embora a lei nº 12.318 tenha

¹³ Há diversas correntes feministas, que possuem suas próprias perspectivas de interpretação e atuação perante o direito; por esse motivo, trato do termo “feminismos” no plural.

¹⁴ JARAMILLO, 2000, *Op. Cit.*, p. 104.

¹⁵ SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *Pequeno ensaio sobre antropofagia jurídica: por uma sociologia histórica do direito brasileiro?* Curitiba: Revista da Faculdade de Direito – UFPR, vol. 61, n.1, janeiro-abril/2016, p. 307-308.

¹⁶ A respeito do assunto, interessante a consideração feita por SANTOS (2017, p. 16) sobre os usos do direito feito pelo movimento LGBT: “A partir dos usos que o movimento LGBT tem feito do direito, procuraremos pensar como certos problemas jurídicos como o reconhecimento das relações homoeróticas como família, ou a possibilidade de indenização por impedimento do uso do banheiro adequado ao gênero, ou mesmo a discussão acerca do impedimento da doação de sangue se transformam também em um debate público mais amplo, o que coloca o direito numa posição estratégica interessante, como possível provocador de debates sociais, como possível questionador de certas normas que, enquanto permanecem fora dos tribunais, são intocáveis ao debate e à historicidade.” Ver: SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos. *Movimento LGBT e direito: identidade e discursos em (des)construção*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2017.

¹⁷ Pontuo que, apesar de defender abertamente um dos lados neste debate, não deixarei de analisar os argumentos que sustentam a aplicação da lei da alienação parental pelos tribunais. Nos próximos

sido promulgada no Brasil em 2010, apenas mais recentemente tem chamado atenção de grupos feministas e organizações de mulheres. Em setembro de 2017, vários desses grupos buscaram se mobilizar em algumas cidades do país em atos e campanhas contra a aplicação da referida lei, após a multiplicação de denúncias realizadas por mulheres, sobretudo mães, que estavam sendo prejudicadas em ações judiciais por causa do uso indevido da legislação pelos tribunais. Na maioria dos casos, elas denunciavam judicialmente o genitor de seus/as filhos/as por comportamento abusivo e violência e acabavam sendo acusadas de alienação, chegando inclusive a perder a guarda dos/as infantes para o agressor.¹⁸

No Rio Grande do Sul, o debate se iniciou com o recebimento de denúncias pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa acerca de situações em que se operavam reversões da guarda quando as mães denunciavam os pais por abusos. Foram várias as mães que denunciaram esses casos, chamando atenção da assistente técnica da Comissão, Ariane Leitão, que se responsabilizou por formar um grupo de autoridades e pessoas interessadas no assunto, ao qual foi dado o nome “Mães por Justiça”. A partir dessa mobilização, organizou-se uma manifestação de mães e mulheres na frente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com o apoio de outros movimentos e grupos de mulheres, como a Marcha Mundial de Mulheres e o Coletivo Voz Materna.¹⁹

Na mesma ocasião, devido à atenção trazida ao tema pela mobilização no Rio Grande do Sul, outros grupos e movimentos feministas se organizaram nas demais regiões do país para protestar contra a lei de alienação parental, em eventos intitulados “Proteger nossos filhos não é crime!”. Por meio dessa mobilização, grupos como o “Mães que Lutam”, reuniram mulheres de todo o Brasil e novas denúncias foram reveladas. Em histórias relatadas no artigo veiculado pela Agência Patrícia Galvão²⁰, percebe-se que a alienação parental é utilizada como argumento contra mulheres vítimas de violência doméstica. A título exemplificativo, menciona-se o relato de uma mulher que havia sido queimada pelo ex-companheiro e, ao chegar

capítulos, ofereço um panorama da doutrina sobre a temática, até mesmo para apontar as eventuais circunstâncias em que é pertinente maior aprofundamento.

¹⁸ GOMES, Luís Eduardo. *Mães denunciam uso da Lei de Alienação Parental para silenciar relatos de abuso sexual de crianças*. Agência Patrícia Galvão, publicado em 13 de setembro de 2017. Disponível em: < <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/maes-denunciam-uso-da-lei-de-alienacao-parental-para-silenciar-relatos-de-abuso-sexual-de-criancas/> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

¹⁹ GOMES, 2017, *idem*.

²⁰ GOMES, 2017, *idem*.

à Vara de Família para prestar depoimento, ouviu que ser “mau marido não queria dizer que seria um mau pai”.

Ainda, em nota elaborada para a divulgação dos protestos²¹, a União de Mulheres do Município de São Paulo, grupo que atua há mais de 34 anos defendendo os direitos das mulheres, denunciou o machismo reproduzido pelo Judiciário e explicou porque os movimentos feministas devem se manifestar e mobilizar em relação à lei de alienação parental:

Ao invés de proteger e defender o direito das mulheres e suas filhas e seus filhos a uma vida sem violência, o judiciário tem expedido sentenças determinando a guarda das crianças favoráveis a pais agressores alegando que as mães estão agindo de má fé, quando apresentam as denúncias de abuso, baseando-se em uma síndrome enganadora.

Essa síndrome não é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da ONU, e é chamada Síndrome de Alienação Parental (SAP). No Brasil ela deu respaldo à lei 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental), que vem sendo usada contra as mulheres.

Pelo fim do machismo no judiciário e pelo acesso à justiça pleno e restaurador de direitos para todas as mulheres!²²

No mesmo sentido, Rubia Abs da Cruz²³, em artigo publicado pelo jornal Carta Capital e no website da instituição GELEDÉS Instituto da Mulher Negra (organização da sociedade civil que se posiciona contra o racismo e o machismo²⁴), expressou que a alienação parental é uma nova forma de violência contra a mulher, porque transforma a denúncia da vítima em uma forma de puni-la e suprir-lhe seus direitos. Nas palavras dela, “a falta de neutralidade da norma gera efeitos discriminatórios diretos e indiretos contra as mulheres, reproduzindo estereótipos de gênero em prejuízo das mulheres”²⁵. O Judiciário, portanto, que deveria proteger aquelas/es mais vulneráveis nas relações familiares, coloca as mães na posição de alienadoras.

²¹ UNIÃO DE MULHERES. *Proteger nossos filhos não é crime!* Mensagem recebida por: isabelahummelgen@gmail.com. 12 de setembro de 2017.

²² UNIÃO DE MULHERES, 2017, *idem*.

²³ CRUZ, Rubia Abs da. *Alienação parental: uma nova forma de violência contra a mulher*. São Paulo: Justificando, Carta Capital, publicado em 23 de agosto de 2017. Disponível em: < <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/23/alienacao-parental-uma-nova-forma-de-violencia-contramulher/> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

²⁴ GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. *Geledés – Missão Institucional*. Publicado em 10 de abril de 2016. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

²⁵ CRUZ, 2017, *ibidem*.

Por outro lado, com a pauta colocada em discussão, as manifestações favoráveis à existência da lei – e, portanto, contrárias aos argumentos expressados pelos movimentos e grupos feministas – também se multiplicaram. Muitos/as juristas defenderam sua aplicação, sob fundamento de que ela visa a resguardar os direitos das crianças de conviverem com ambos os genitores, independentemente da situação de conjugalidade em que vivem. Um dos contra-argumentos utilizados pelos/as defensores da lei, assim, é de que ela não foi elaborada e não vem sendo utilizada contra as mulheres, até porque a lei trabalha com “pronomes neutros” para tratar dos genitores, não se referindo apenas a elas.

É essa “neutralidade” jurídica que se tem para justificar a aplicação da lei e para se apoiar a aprovação do projeto de lei nº 4.488/2016, que institui a criminalização da alienação parental, como tratarei mais adiante. Em artigo publicado pelo Observatório da Guarda Compartilhada – OBGC Brasil²⁶, considera-se uma “esdrúxula tese” a de que a alienação parental estaria relacionada com a violência contra a mulher. Entende-se, pois, que a violência doméstica não pode ser discutida em questões relacionadas à parentalidade, porque nesses casos a proteção deve-se dirigir à criança, mesmo diante da situação de vulnerabilidade das mulheres. Ainda, sustenta-se a neutralidade da lei e do projeto de lei:

Veja-se, o projeto de lei menciona “quem praticar”, ou seja, todo aquele que praticar. Como bem sabemos “QUEM” é um pronome interrogativo utilizado gramaticalmente para nos referirmos a pessoas ou coisas personificadas. Ele se refere a terceira pessoa gramatical indicando a pessoa de quem se fala, ao assunto, ou a pessoa. Em português a terceira pessoa gramatical corresponde a “ele” ou “ela” e aos plurais “eles” ou “elas”. O uso do pronome “QUEM” no texto do projeto de lei evidencia claramente que a questão de gênero não é central nesse debate. Ao contrário, o aspecto relevante do projeto é a garantia efetiva dos direitos da criança e do adolescente, violados, por mais essa prática assombrosa de violência contra a infância.²⁷

Essa visão, porém, não é exclusiva dos artigos de opinião publicados por juristas na internet, tendo sido sustentada pela maior parte da doutrina desde o período anterior à elaboração e promulgação da lei. Conforme intento demonstrar ao

²⁶ PERNAMBUCO, Fernanda; VALENTIN, Fernando. *Alienação parental como violência contra a mulher: quando a ideologia subverte a realidade*. São Paulo: Observatório da Guarda Compartilhada – OBGC Brasil, publicado em setembro de 2017. Disponível em: < <https://obgcbrasil.jusbrasil.com.br/artigos/492770264/alienacao-parental-como-violencia-contra-a-mulher-quando-a-ideologia-subverte-a-realidade> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

²⁷ PERNAMBUCO; VALENTIN, 2017, *idem*.

longo deste trabalho, o fenômeno *jurídico* da alienação parental teve os suportes necessários para se instituir enquanto lei no ordenamento brasileiro até passar a ser aplicado pelos tribunais. Como argumento base para a defesa dessa lei, sem dúvida, encontra-se a proteção das crianças no ambiente familiar, traduzida no princípio do melhor interesse do/a infante – princípio esse construído pelas normativas nacionais e internacionais, que procuram salvaguardar os interesses das crianças e adolescentes como grupo em condição de vulnerabilidade.²⁸ A lei trata dos pais e demais familiares, portanto, com a típica neutralidade jurídica, que exclui as relações sociais de poder entre os/as adultos/as e ignora o contexto no qual se inserem essas relações.

O direito²⁹, afinal, em suas variadas formas, possui a pretensão de ser neutro e austero, de não tomar posicionamentos e de servir a um “sujeito” universal. Contudo, o problema com essa perspectiva é que ela invisibiliza as questões sociais e culturais que permeiam os indivíduos - como ocorre no caso da alienação parental, por exemplo. A jurista colombiana Isabel Cristina Jaramillo³⁰, ao buscar sistematizar as críticas feministas ao direito³¹, indica que a partir dos feminismos é possível

²⁸ Sobre o assunto, observa ALEGRE (1999, p. 367-368): “A pesar que no existe una exacta definición de este principio pude decirse que el mismo incluye el desarrollo físico, mental, espiritual, moral y social del/la niño/a, como había sido propuesto em el primer borrador de la Convención presentado por Polonia. Algunos especialistas denominan este artículo como una provisión “paragua” en el sentido que provee de protección o sirve de referencia em situaciones o condiciones no especificadas.” Ver: ALEGRE, Marcela Huaita. *Derecho de custodia, neutralidad de género, derechos humanos de la mujer e interes superior del niño o niña*. Em: FACIO, Alda; FRIES, Lorena. (Org.) *Genero y derecho*. Santiago: La Morada, 1999.

²⁹ Cabe pontuar que aqui quando eu me refiro ao direito estou o considerando como o *aparato institucional que regula a vida em sociedade e centraliza a autoridade na figura estatal*. É importante pontuar isso porque a própria noção de direito pode ter significados múltiplos, que podem se reinventar e ser repensados de acordo com as críticas feministas realizadas, permitindo seu uso alternativo ou até subversivo. Como coloca DEBERT (2010, p. 478-484), não pode ser desconhecida ou minimizada “a percepção de que a lei é parte de um conjunto maior de instituições voltadas para o controle, a disciplina, a normatização”. Falar de justiça, para a autora, “é tratar de conjuntos muito distintos de instituições e agências como a polícia, o ministério público, os tribunais. Os significados e os usos de cada uma delas pelos diferentes segmentos populacionais são muito variados.” FACIO (1999, p. 38), igualmente, indica que o direito está constituído por três componentes: o formal normativo, o estrutural e o político-cultural. Segundo ela, “al hacer um análisis de la doctrina jurídica o del comportamiento delictivo (componente político cultural y también en parte, estructural) es necesario ver cómo éstas se han o no traducido en leyes (componente formal-normativo) y cómo las leyes son interpretadas y aplicadas por quienes administran justicia (componente estructural)”. No mesmo sentido, relevante o apontamento de SANTOS (2017, p. 58) de que considerar o direito como mero complexo de normas não dá conta do problema, porquanto ignora as práticas que concretizam essas normas; o direito, afinal, continua sendo praticamente impossível de ser conceitualmente definido. Ver: FACIO, Alda. *Metodología para el análisis de género del fenómeno legal*. Em: FACIO, Alda; FRÍES, Lorena. *Género y Derecho*, Santiago de Chile, Ediciones LOM, 1999.

³⁰ JARAMILLO, 2000, *Op. Cit.*, p. 122.

³¹ Sobre o assunto, DEBERT (2010, p. 479-481) e JARAMILLLO (2000, p.113-121) fizeram considerações importantes acerca de cada uma das quatro grandes correntes da teoria jurídica

compreender como o direito – sendo produto das sociedades patriarcais – foi construído de um ponto de vista masculino. Voltado a atender as necessidades e interesses masculinos, o direito acaba sendo desfavorável às mulheres mesmo quando pretende proteger os seus interesses. As teorias feministas, dessa forma, já partem da crítica à pretensa neutralidade do direito como um processo imparcial e universal de tomadas de decisões, incapaz de responder adequadamente à condição feminina.³²

Ademais, ao se pretender neutro, o direito recai em um dilema que Alda Facio³³, jurista feminista costarriquenha, aponta como manifestação do *sexismo* no fenômeno jurídico, que opera na doutrina, nos princípios e fundamentos legais para excluir, invisibilizar ou subordinar as mulheres.³⁴ A autora identifica como os efeitos jurídicos atingem de maneira distinta mulheres e homens porque cada gênero está

feminista que realizam sua própria leitura do direito. De acordo com as autoras, as *feministas liberais* defendem a igualdade do tratamento jurídico entre mulheres e homens, mas percebem qualquer diferença no tratamento entre os gêneros como manifestação da superioridade masculina (exemplo: advogam pela identificação da gravidez como qualquer outra condição física que impede o exercício de atividade laboral). Para as *feministas culturalistas*, existe um processo de desenvolvimento moral distinto para mulheres e homens, e, por consequência, os homens são, por exemplo, direcionados para agirem com lógica, enquanto mulheres são mais inclinadas a realizarem funções de cuidado. Do ponto de vista jurídico, defendem o tratamento diferenciado entre os gêneros, aplicando assimetricamente o princípio da igualdade, centrado na condição feminina. As *feministas radicais*, por sua vez, acreditam que para combater juridicamente o machismo, deve-se voltar a atenção para as manifestações concretas da dominação masculina, propondo uma revisão de diversos institutos jurídicos. Por fim, as *feministas pós-modernas* fundamentam que o sujeito “mulher” não tem e não pode ter uma identidade central, pois é constituído por múltiplas estruturas e discursos que se entrelaçam, se sobrepõem e se contradizem de várias formas.

³² DEBERT, 2010, *Op. Cit.*, p. 479.

³³ FACIO, 1999, *Op. Cit.*, p. 39.

³⁴ A autora (FACIO, 1999, p. 39-45) identifica sete formas de manifestações do sexismo no fenômeno jurídico: o androcentrismo; o excesso de generalização ou de especificação; a insensibilidade ao gênero; o duplo parâmetro; o dever ser de cada sexo; a dicotomia sexual e o familismo. Neste trabalho, em momentos diferentes, eu procuro identificar essas manifestações nas análises que farei dos componentes jurídicos. Ocorre o *androcentrismo* quando o estudo ou investigação se dá a partir da perspectiva masculina, mas sem tratá-la como uma perspectiva, de forma que os textos se consideram universais, objetivos e científicos. No *excesso de generalização*, o estudo analisa a conduta do sexo masculino e apresenta os resultados como válidos para ambos os sexos, enquanto no *excesso de especificidade* se apresenta uma necessidade ou um comportamento como específico de cada um dos sexos. A *insensibilidade ao gênero*, na concepção de Facio, faz referência às investigações que ignoram a variável de gênero como socialmente importante ou válida, menosprezando que os efeitos do fenômeno jurídico são distintos para cada gênero. O *duplo parâmetro*, por sua vez, é identificado quando uma mesma conduta é valorada de forma diferente se for cometida por pessoas de gênero diferente. O *dever ser de cada sexo* diz respeito aos papéis sociais e às características e condutas esperadas das pessoas de cada sexo. Segundo Facio, o fenômeno jurídico baseado em uma *dicotomia sexual* trata os dois sexos como diametralmente opostos e sem características semelhantes. Por fim, o *familismo* identifica na figura feminina uma correspondência com a manutenção familiar. Em outras palavras, trata a família como sinônimo de mulher.

relacionado a um específico papel cultural e social e está atribuído a uma posição de poder diferente na sociedade.

De forma generalizada, a desigualdade de gênero é invisibilizada pela teoria jurídica, porque não se pondera a questão como relevante, tomando o masculino e seus interesses, necessidades e experiências como padrão.³⁵ Na questão da alienação parental, ainda que uma parcela sólida da doutrina defenda a aplicação da lei no Brasil (como trabalho em diante), essa invisibilidade é patente quando se desconsidera que a construção social do papel das mulheres como “mães” é significativa nas relações conjugais e parentais que se estabelecem e na apreensão jurídica dessa realidade.

Nesse sentido, os estudos feministas do direito partem da crítica “de que norma, doutrina e decisão subestimam as reais relações de poder e identificam, na construção destes elementos, o ponto cego correspondente às mulheres.”³⁶ Ao se pensar nas relações entre mulheres e homens e, propriamente, nas relações de gênero, a partir de uma perspectiva feminista, a intenção é contestar justamente a situação na qual se estabelece a dominação-exploração masculina – no contexto específico, atribuindo às mulheres a condição de “alienadora” e ignorando as realidades de violência e subjugação que podem existir para além da identificação da alienação parental. Afinal, apesar da noção de gênero³⁷ não carregar, por si só, uma estrutura de desigualdade, ela dá significado às representações do *masculino* e do *feminino* construídas pela sociedade, que por sua vez se relacionam com as funções assumidas por cada sujeito nas relações familiares.

A essas representações atribui-se, então, uma carga valorativa que as coloca em posição hierárquica de poder. A socióloga e militante feminista Heleieth Iara

³⁵ FACIO, 1999, *Op. Cit.*, p. 39 *et seq.*

³⁶ OLIVEIRA, *Op. Cit.*, 2015, p. 21.

³⁷ É relevante ressaltar, neste ponto, as diferenças e aproximações entre os conceitos de “gênero” e “sexo”, que ainda geram confusão. Isso porque o gênero, embora diga respeito “a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 124), caminha ao lado do sexo; ambos, ainda, fazem parte de uma totalidade que engloba tanto sua inscrição no plano histórico quanto sua inscrição na natureza. Destaco aqui as palavras de SAFFIOTI (2015, p. 144): “o gênero independe do sexo apenas no sentido de que não se apoia necessariamente no sexo para proceder à formatação do agente social. Há, no entanto, um vínculo orgânico entre gênero e sexo (...) Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico.” Para SAFFIOTI (2015, p. 47), o conceito de gênero não explicita a desigualdade entre mulheres e homens, sendo essa hierarquia muitas vezes presumida. Ela entende que há um grande problema teórico em conceber essa hierarquia independente do momento histórico-espacial considerado. Ver: SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero patriarcado violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Saffioti explica esse posicionamento hierárquico das relações de gênero por meio da estrutura do patriarcado³⁸. Na definição de Saffioti, o patriarcado “é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”³⁹, baseado no controle e no medo. A desigualdade de gênero, portanto, não é dada, mas sim construída pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas relações sociais, formadas pelo patriarcado.⁴⁰ Alda Facio e Lorena Fries explicam o patriarcado da seguinte forma:

Trata-se de um sistema que justifica a dominação com base em uma suposta inferioridade biológica das mulheres. Tem sua origem histórica na família, cuja chefia é exercida pelo pai e se projeta a toda a ordem social. Existe também um conjunto de instituições da sociedade política e civil que se articulam para manter e reforçar o consenso expressado em uma ordem social, econômica, cultural, religiosa e política, que determina que as mulheres como categoria social sempre estarão subordinadas aos homens, embora possa ser que uma ou várias mulheres tenham poder, até mesmo muito poder, ou que todas as mulheres exerçam certo tipo de poder, como o poder que exercem as mães sobre os e as filhas.⁴¹

Com essas considerações, volto a mencionar que a adoção de uma perspectiva feminista para realização de qualquer análise deve se questionar sobre a questão da exclusão. Utilizar-se de uma categoria geral de “mulher” ou “gênero” é por si só excludente, porquanto pressupõe os interesses e experiências de um determinado grupo de mulheres como universais para todas as mulheres⁴²; quando se trata das teorias feministas ao direito, ainda, recai-se no problema que esses

³⁸ FACIO e FRIES (2005, p. 25), ao explorar o conceito de “patriarcado”, explicam ser uma noção antiga, que não surgiu necessariamente do pensamento feminista, tendo sido mencionado por Engels e Weber. As teorias feministas, contudo, buscaram atualizar o conceito deixado pelos cientistas sociais, para utilizá-lo como forma de pensar as desigualdades de gênero nas sociedades. Ver: FACIO, Alda; FRIES, Lorena. *Feminismo, genero y patriarcado*. Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires, vol. 3, n. 6, 2005.

³⁹ SAFFIOTI, 2015, *Op. Cit.*, p. 47.

⁴⁰ SAFFIOTI (2015, p. 126) explica que “gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias”.

⁴¹ Tradução minha do seguinte trecho original de FACIO e FRIES (2005, p. 25): “Se trata de un sistema que justifica la dominación sobre la base de una supuesta inferioridad biológica de las mujeres. Tiene su origen histórico en la familia, cuya jefatura ejerce el padre y se proyecta a todo el orden social. Existen también un conjunto de instituciones de la sociedad política y civil que se articulan para mantener y reforzar el consenso expresado en un orden social, económico, cultural, religioso y político, que determina que las mujeres como categoría social siempre estarán subordinadas a los hombres, aunque pueda ser que una o varias mujeres tengan poder, hasta mucho poder, o que todas las mujeres ejerzan cierto tipo de poder como lo es el poder que ejercen las madres sobre los y las hijas.”

⁴² BARTLETT, 1990, *Op. Cit.*, p. 847.

interesses e experiências são comumente associados às mulheres brancas heterossexuais, pertencentes às classes sociais mais abastadas⁴³. O desafio que me coloco, assim, é como corrigir essas possíveis falhas enquanto mantenho o potencial feminista de analisar socialmente as relações de gênero apreendidas pelo direito e, em especial, as discussões travadas em torno da alienação parental.⁴⁴

Os feminismos, nesse contexto, representam as vozes que se prestam a repensar a personagem “mulher” nas esferas sociais, seja pela produção teórica, seja pelas práticas cotidianas dos movimentos sociais.⁴⁵ Nessas produções e práticas, não se deixa de reconhecer um leque de significados e experiências diversas⁴⁶, envolvendo inúmeras formas (invisíveis) de exclusão enfrentadas pelos diferentes grupos de mulheres⁴⁷, tendo como “o denominador comum o reconhecimento da condição de vulnerabilidade em que se encontra a mulher.”⁴⁸ Nessas circunstâncias, uma das principais críticas formuladas pelas mulheres ligadas ao movimento negro é que o discurso dominante dos feminismos parte da perspectiva das mulheres brancas e raramente questiona se essa perspectiva corresponde às experiências de todo o grupo coletivo de mulheres.

Nesse sentido, embora compreendam que a maioria das mulheres sofre devido à tirania sexista, apontam que nem sempre há um lugar-comum entre todas as mulheres, uma vez que as diferentes realidades de raça e classe criam desigualdades substanciais na qualidade de vida, na representação no imaginário

⁴³ Destaco aqui as palavras da jurista MALIK (2006, p. 221): “The accusation is that tradicional feminism marginalises women who are differentiated along categories of race, culture, religion and class. This critique is now well established. Mainstream feminist thought is comfortable with the idea that theory and practice can sometimes exclude or marginalise women who do not fit comfortably into the majority category because of their race, culture, religion or class.” Ver: MALIK, Maleiha. ‘*The branch on which we sit*’: multiculturalism, minority women and family law. Em: DIDUCK, Alison; O’DONEVAN, Katherine. *Feminist perspectives on family law*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 221.

⁴⁴ MALIK, 2006, *idem*, p. 187

⁴⁵ DAVIS (2016, p. 95) comenta que os debates sobre como definir a categoria “mulher” foram centrais no final do século XX. Segundo ela, haviam muitos embates acerca de quem estaria incluída, quem estaria excluída, e esses embates explicam porque há ainda uma grande resistência das mulheres negras, pobres e da classe trabalhadora em se identificarem com o feminismo. Muitas consideravam, Davis pontua, o movimento daquela época “branco demais e especialmente classe-média demais, burguês-demais” (tradução minha do original: “too white and especially too middle class, too bourgeois.”) Ver: DAVIS, Angela. *Freedom is a constant struggle*: Fegunson, Palestine, and the Foundations of a Movement. Chicago: Haymarket Books, 2016.

⁴⁶ OLIVEIRA, 2015, *Op. Cit.*, p. 29.

⁴⁷ BARTLETT, 1990, *Op. Cit.*, p. 848.

⁴⁸ OLIVEIRA, 2015, *ibidem*, p. 29.

cultural e no *status* social.⁴⁹ A filósofa e ativista brasileira Sueli Carneiro, nesse ponto, denuncia a realidade de exclusão das mulheres negras do debate feminista no Brasil:

Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.⁵⁰

Com base nessa crítica, e em busca de propostas para essas questões, Kimberlé Crenshaw⁵¹, advogada e professora estadunidense, introduziu ao debate a noção de *interseccionalidade*. Em resumo, essa ideia permite perceber que há diversos eixos de poder que estruturam a vida social, tendendo a se sobrepor e se entrecruzar, ainda que distintos entre si e mutuamente excludentes.⁵² Destarte, se por um lado todas as mulheres estão sujeitas à discriminação de gênero, é importante considerar que fatores como classe, raça, orientação sexual, etnia, religião, casta, origem nacional são “diferenças que fazem diferença” na maneira como os diversos grupos de mulheres vivenciam essa discriminação.⁵³ Para a autora, assim, os problemas da exclusão não podem ser resolvidos apenas incluindo as mulheres negras em uma estrutura de análise já estabelecida, porque os argumentos feministas tendem a generalizar demasiadamente as vidas das mulheres e, por isso, muitas vezes estão errados.

Crenshaw pontua, por exemplo, que o discurso feminista de crítica ao direito geralmente se foca em como as normas e leis contribuem para a subordinação das mulheres; para esse discurso, as normas justificam a exclusão das mulheres da

⁴⁹ hooks, bell. *Feminist Theory from margin to center*. Boston, Estados Unidos: South End Press, 1984, p. 3-4.

⁵⁰ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 17, n. 49, 2003, p. 118.

⁵¹ CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum: vol. 1989, iss. 1, article 8. Disponível em: < <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> > Acesso em: 4 de maio de 2018.

⁵² RIBEIRO, Julyanne Carvalho. "Só corpo, sem mente": direitos reprodutivos, imaginário social e controle sobre os corpos das mulheres negras. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vol. 11, 2012, p. 181.

⁵³ CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, vol. 10, n. 1, 2002, p. 173.

esfera pública e sua manutenção nos papéis típicos da esfera privada. Essa observação, porém, não engloba a realidade das mulheres negras e ignora a opressão estrutural do racismo, tendo em vista que as mulheres negras, historicamente, trabalharam fora da esfera doméstica e foram afastadas da noção típica de “maternidade” relacionada às mulheres brancas.⁵⁴

Dessa forma, a autora argumenta a necessidade de inclusão de uma perspectiva interseccional nas análises feministas, de maneira a capturar as “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.”⁵⁵ Na leitura que proponho, essas indagações são úteis na medida em que a alienação parental é considerada e debatida tendo como “modelo” de mãe aquele relacionado à maternidade das mulheres brancas, que não apreende as realidades diversas da culturalmente dominante.

Com efeito, importa considerar que o sujeito “mulher” é constituído por múltiplas estruturas e discursos que se entrelaçam, se sobrepõem e se contradizem de várias formas. Donna Haraway, professora e escritora estadunidense, disserta que a imagem privilegiada das epistemologias feministas é a *divisão*, que representa multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e multidimensionais. É esse *ser dividido e contraditório* que, nas palavras da autora, “pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se às conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história.”⁵⁶ Não há uma posição “inteira”, perfeita, essencial, assim como não há maneira de “estar” simultaneamente em todas as posições estruturadas por gênero, raça, nação e classe.⁵⁷

Diante desses problemas, a jurista Katherine Bartlett⁵⁸ sugere - como proposta para enfrentar essas exclusões trazidas pelo uso da perspectiva feminista – que, ao

⁵⁴ CRENSHAW, 1989, *Op. Cit.*

⁵⁵ CRENSHAW, 2002, *Op. Cit.*, p. 177.

⁵⁶ HARAWAY, 1995, *Op. Cit.*, p. 26.

⁵⁷ HARAWAY, 1995, *idem*, p. 27.

⁵⁸ De acordo com MACHADO (2014, p. 22-23), Judith Butler, em sua obra precursora *Gender Trouble* (1990), faz uma crítica ao uso pelos feminismos da categoria *mulheres*, porquanto entende que essa categoria não dá conta da diversidade das mulheres. Machado explica, ainda, que Butler reconhece, anos mais tarde, em *Undoing gender* (2004), que a categoria *mulheres* possibilitou a politização da causa feminista e a produção de alianças - “se não se acionassem questões identitárias, dificilmente se politizaria a questão da mulheres”. No entanto, Butler atenta que nenhuma categoria identitária pode ser eternizada ou não admitir diversidades. Como conclui Machado, então: “ao se pensar o conceito de gênero como construção cultural transformável (...) torna-se claro que não há identidades, mas identificações em processo jamais identidades eternas e unificadas.” Ver:

se referir à categoria “mulheres”, quem escreve se atente para mencionar sobre qual grupo de mulher está tratando. A própria autora, porém, reconhece que essa não é uma tarefa simples, considerando que qualquer categoria, não importa o quão específica seja, acaba associando ao grupo características que talvez não sejam comuns para todas as suas integrantes.⁵⁹ Ademais, essa tarefa é ainda mais complicada quando colocado no âmbito jurídico, no qual se trabalha com estruturas e conceitos abstratos.

Por esse motivo, é necessária a preocupação com a indeterminação do direito e sobre como ele mascara hierarquias particulares e estruturas de poder, apesar de sua pretensão de neutralidade e objetividade⁶⁰; a partir dessa perspectiva, pois, entende-se que o direito, assim como seus critérios de validade e legitimidade, são construções sociais que revelam esconder um viés de gênero.⁶¹ Bartlett entende, assim, que uma investigação dos fenômenos jurídicos, que se proponha a ir além do problema de gênero para identificar outras formas de exclusão, deve-se colocar questionamentos tais como: quais são as suposições feitas pelo direito acerca de quem é afetado/a por ele e quais pontos de vista estão refletidos nessas suposições, bem como se seria possível identificar e considerar os pontos de vista excluídos, invisibilizados ou periféricos.⁶²

Essa proposição, sem dúvida, não é facilmente cumprida sem uma ponderação crítica das premissas sugeridas pelos próprios feminismos, que muitas vezes são, por si só, excludentes. Com essas problematizações em mente, ao explorar o tema da alienação parental, procuro me lembrar da reflexão da autora e ativista feminista bell hooks⁶³: “nós resistimos à dominação hegemônica do

MACHADO, Lia Zanotta. *Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 42, janeiro-junho/2014, p. 13-46.

⁵⁹ BARTLETT, 1990, *Op. Cit.*, p. 848.

⁶⁰ BARTLETT, 1990, *idem*, p. 877-878.

⁶¹ Nessa senda, DEBERT (2010, p. 481) faz as seguintes considerações: “É preciso salientar a diversidade social, econômica, racial, étnica, religiosa e etária. A utilização do direito seria pragmática, sem se comprometer com a formulação de uma teoria jurídica sistematizadora dos diversos institutos jurídicos. A preocupação é antes com a construção de respostas à discriminação sexual a partir das desvantagens estruturais experimentadas pelas mulheres em situações e posições distintas.”

⁶² BARTLETT, 1990, *ibidem*, p. 848.

⁶³ Aqui a grafia em letras minúsculas se deve à escolha da própria autora. bell hooks escreve seu nome dessa maneira como forma de transgressão da escrita, apresentando um “processo de resistência às normas gramaticais de padrão branco e patriarcal”. O nome é um pseudônimo escolhido por ela e o seu intuito é que o foco seja em seu trabalho e suas ideias, não em seu nome e personalidade. (RIBEIRO, 2012, p. 180)

pensamento feminista insistindo que o feminismo é uma teoria em construção, que devemos necessariamente criticar, examinar e explorar as novas possibilidades.”⁶⁴

De fato, minha proposta aqui, para além de adotar as teorias feministas como marco teórico, é questionar como os diversos eixos de opressão e violência são desconsiderados nas análises jurídicas da alienação parental. Enfim, me apoio nas leituras feministas para repensar a estrutura do direito das famílias e os discursos sustentados e reproduzidos pela doutrina, sempre com o pensamento de que um estudo totalizante e perfeitamente abrangente não é possível – nem desejável. Afinal, qualquer perspectiva do mundo ou conhecimento é parcial, “nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro.”⁶⁵

1.2 NOS LIMITES DA AFETIVIDADE: COMO A LEITURA FEMINISTA AFETA O DIREITO DAS FAMÍLIAS

Na abertura deste capítulo, descrevi como os movimentos e organizações feministas perceberam a lei da alienação parental e formularam suas críticas à aplicação da referida lei pelos tribunais brasileiros, de modo a denunciar como o mundo jurídico pode reproduzir a desigualdade de gênero socialmente construída. Essas críticas são o ponto de partida para as reflexões que aqui coloco, uma vez que utilizo as teorias feministas não apenas como chave para crítica do fenômeno jurídico da alienação parental, mas também como possibilidade de transformação ou até reconstrução das formas de se pensar o direito, em suas dimensões políticas e pessoais.

Não obstante, colocar esses questionamentos, reconhecendo as diferenças existentes entre os diversos grupos de mulheres, pode significar que o foco da minha perspectiva nem sempre será homogênea e estável; estou, pois, disposta a sacrificar algumas certezas e objetividades.⁶⁶ A leitura feminista que proponho, portanto, tem como intuito dar ênfase à dimensão política das relações pessoais, que, traduzidas em linguagem jurídica, muitas vezes se perdem em um mar de pretensa objetividade e neutralidade.

⁶⁴ hooks, 1984, *Op. Cit.*, p. 10.

⁶⁵ HARAWAY, 1995, *Op. Cit.*, p. 26.

⁶⁶ MALIK, 2006, *Op. Cit.*, p. 225.

De modo geral, cabe pontuar que as correntes feministas externam as inquietações referentes à regulação das vidas privadas pela produção jurídica, ao denunciar que o direito contribui para dar visibilidade a categorias de família a partir de uma perspectiva específica e fechada à realidade social.⁶⁷ A estrutura jurídica e a formação do direito, afinal, tendem a prezar pela constituição de famílias de forma particular, excluindo arranjos familiares que estão fora do modelo estabelecido como padrão.⁶⁸ A importância da leitura crítica no direito das famílias é, assim, evidenciar como a regulação da vida privada e das relações familiares diz respeito também a escolhas sociais e políticas, uma vez que a perspectiva feminista desafia não apenas os fundamentos jurídicos de objetividade e os argumentos liberais de autonomia e igualdade, mas, sobretudo, as normas legais e sociais e as formas de pensar que sustentam esses fundamentos.⁶⁹

Assim, ao refletir aqui especialmente sobre o direito das famílias, tenho como foco um dos principais pontos de tensão das críticas feministas com esse ramo específico do direito: a sua preocupação prioritária com os *relacionamentos* formados entre as pessoas, muitas vezes em detrimento dos próprios interesses individuais.⁷⁰ Nessa seara, a partir da leitura feminista, é possível refletir como a família é frequentemente uma porta fechada para as mulheres, um ambiente no qual o poder é exercido e abusos acontecem, ao mesmo tempo em que os sentimentos de pertencimento, intimidade e privacidade continuam relevantes.⁷¹ Os feminismos se preocupam em questionar as vidas das mulheres, que por vezes estão centradas em suas famílias. Por esse motivo, importa ler o direito das famílias com base nos feminismos, tendo em vista que os métodos feministas estão relacionados com a crítica, buscando questionar o *normal*, o *neutro*, o *objetivo*, e bagunçar as certezas.

Nesse sentido, busco investigar a temática mais a fundo, para abarcar o conceito de família de uma perspectiva interdisciplinar; a ideia, pois, é reconhecer que não é possível uma definição precisa e exata de *família*, por ser um termo

⁶⁷ OLIVEIRA, 2015, *Op. Cit.*, p. 44-45.

⁶⁸ DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. *Introduction: feminism and families plus ça change?* Em: DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. *Feminist perspectives on family law*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 7.

⁶⁹ DIDUCK; O'DONEVAN, 2006, *idem*, p. 1-2.

⁷⁰ Sobre o assunto, desenvolve OLIVEIRA (2015, p. 38): “proclama-se primitiva a família como célula do Estado que se move organicamente e que deve ser preservada mesmo às custas da felicidade de quem a integra. Enuncia-se mais contemporânea a família como célula de uma sociedade livre, justa e solidária, deste modo atenta à identidade-nós, e que só deve perdurar enquanto satisfizer os indivíduos que dela participam, deste modo atenta à identidade-eu.”

⁷¹ DIDUCK; O'DONEVAN, 2006, *ibidem*, p. 8.

imperfeito, plural e que está constantemente em construção e desconstrução. Nas palavras da socióloga Ana Maria Goldani⁷², há uma “referência comum nos discursos” que parece criar um modelo hegemônico de família construído pelo imaginário social; nesse modelo, a família seria um grupo de pessoas que reside em uma mesma casa e mantém laços de parentesco e dependência, e até relações hierárquicas. De acordo com a autora, adotar uma perspectiva feminista no estudo das famílias consiste em dar ênfase aos padrões de mudanças das estruturas familiares, no contexto de transformações econômico-sociais.⁷³

Destarte, ao colocar em destaque a *família*, ressalto que busco assumir uma concepção do termo inclusiva e aberta a discussões e problematizações, sem pretender supor que há um modelo de família a ser seguido. Com efeito, a intenção é abrir o conceito para suas possibilidades históricas, ideológicas e emotivas, e questionar como o direito das famílias tem apreendido essas possibilidades. Portanto, analiso as famílias como noções políticas e historicamente situadas⁷⁴ e entendo que as relações das mulheres com as famílias variam e se modificam de acordo com o contexto histórico, a classe social e a realidade em que elas estão inseridas. Essas diferenças, todavia, nem sempre possuem respaldo no campo jurídico, uma vez que o direito tem a pretensão de encontrar respostas atemporais para os problemas propostos, pautadas em uma determinada realidade social - aquela da classe burguesa e branca. Com base nessa ideia, proponho aqui algumas reflexões sobre a construção do direito das famílias no Brasil, como pano de fundo para a discussão proposta sobre a alienação parental.

É importante comentar, sobre a questão específica da alienação parental, que o fenômeno é comumente identificado a partir de uma visão *tradicional* de família, e dentro de um determinado recorte de raça e classe. Isso significa, de modo abrangente, que os textos doutrinários sobre a alienação parental são escritos tendo como ponto de partida uma família formada por um casal heterossexual e seu/s filhos/s, na qual então surgiriam os conflitos relativos à guarda e alimentos, que ensejariam a alienação parental. Por isso, minha perspectiva tende a se referir a esse modelo, já que não há praticamente nenhuma referência a casos de alienação

⁷² GOLDANI, Ana Maria. *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 1, 1993, p. 88

⁷³ GOLDANI, 1993, *idem*, p. 69.

⁷⁴ FONSECA, Cláudia. *Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 29, 2007, p. 9-35.

parental em famílias formadas por casais homossexuais, por exemplo, nos textos consultados. Da mesma forma, a doutrina jurídica como um todo, ao tratar das polêmicas relacionadas à família, costumeiramente se refere a uma família pertencente às classes mais abastadas, com pouca consideração sobre outras realidades sociais, nas quais o acesso ao Judiciário é bastante limitado.

Não deixo de considerar, porém, que o próprio conceito de família passou por uma transformação recente no mundo jurídico, resultado da reinterpretação e abertura do conceito a partir da Constituição de 1988⁷⁵. Desde o final do último século, a doutrina tem interpretado no texto constitucional modelos de família diversos dos positivados, que buscam permear a sociedade em suas complexidades, principalmente por meio da valorização do afeto enquanto fundamento para a constituição de família.⁷⁶ De modo sucinto, uma das principais discussões feitas pelas/os teóricos do direito das famílias nas últimas décadas foi buscar incorporar à noção jurídica de família essa característica da *afetividade*, considerando os vínculos afetivos como fato social que produz efeitos no ordenamento jurídico,⁷⁷ para possibilitar uma abertura das estruturas familiares juridicamente aceitas e o reconhecimento de direitos àqueles indivíduos que até então se encontravam à margem do ordenamento jurídico.

Essa mudança foi relevante, sobretudo porque buscou alterar a lente jurídica que enxergava a família a partir de uma moldura engessada, pautada nos modelos legislativos, que pouco refletiam a realidade brasileira. Esse giro permitiu que fossem trazidas à consideração do pensamento jurídico realidades familiares antes excluídas e marginalizadas, como as relações conjugais que não eram formalizadas pelo matrimônio.⁷⁸ Ademais, no bojo da Constituição de 1988 e da redemocratização do país, tem-se seguido uma lógica caracterizada pela crescente regulação da vida

⁷⁵ Como possível notar pela redação do art. 226, o texto constitucional reconhece as famílias formadas pelo casamento ou pela união estável (heterossexual) e as famílias monoparentais como entidades familiares. Essa redação é interpretada, pelas correntes mais progressistas da doutrina brasileira, como demonstração de um rol *exemplificativo* de famílias reconhecidas pelo ordenamento (em contraposição a correntes mais conservadoras que encaram o artigo como rol taxativo), de modo a permitir uma interpretação ampliativa da Constituição, incluindo no sistema o reconhecimento de direitos para famílias que não se enquadram em nenhum desses modelos. Sobre o tema, ver: LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus*. Revista IBDFAM, vol. 12, janeiro-fevereiro-março/2002, p. 40-55.

⁷⁶ CALDERÓN, Ricardo Lucas. *Princípio da afetividade no direito de família*. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

⁷⁷ BARROS, Sérgio R. de. *A tutela constitucional do afeto*. Anais V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2006, p. 887.

⁷⁸ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2000.

pelo direito, com a interferência nas práticas sociais, até em esferas tidas como estritamente privadas, como as relações de gênero no meio familiar e o tratamento dado às crianças pelos adultos.⁷⁹

Atualmente, no direito brasileiro, então, propõe-se um *modelo igualitário*, que se contrapõe ao *modelo autoritário*, associado à codificação de 1916. A redação do antigo Código Civil trazia uma noção de família hierarquizada, patrimonial, matrimonializada e transpessoal⁸⁰, um modelo unitário que colocava à margem do ordenamento qualquer outra estrutura familiar diversamente constituída.⁸¹ A partir do advento da Constituição de 1988, principalmente, iniciou-se uma releitura do modelo de família positivado no Brasil, pautando-se a realização familiar na solidariedade e no respeito à dignidade humana, como marcos para uma mudança paradigmática do conceito de família.⁸²

De fato, o texto constitucional possibilitou uma alteração na organização jurídica de família, ao eliminar as relações de subordinação entre os membros, implantar a igualdade de gênero, a paridade entre os filhos e a proteção de cada um/a dos/as integrantes da família.⁸³ Até então, estabelecida sob uma perspectiva transpessoal, no Brasil do século XIX, a família implicava em uma divisão interna e funcional de papéis entre seus membros, que geravam um sentido de hierarquização e desigualdade entre os indivíduos. A norma jurídica acabava por se preocupar com a legitimação desses papéis, e não com a proteção dos interesses da pessoa humana.⁸⁴ Esse modelo de família definia o conceito da *família tradicional brasileira*, positivada no Código de 1916 e atrelada à realidade burguesa da época.⁸⁵

⁷⁹ DEBERT, 2010, *Op. Cit.*, p. 487.

⁸⁰ FACHIN, Rosana A. G. *Em Busca da Família do Novo Milênio, uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do Direito de Família brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

⁸¹ CARBONERA, Silvana M. *Aspectos históricos e socioantropológicos da família brasileira*. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.) *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁸² LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 33 *et seq.*

⁸³ PESSOA, Adélia M. *Direitos humanos e família: da teoria à prática*. Anais V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2006, p. 29-53.

⁸⁴ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

⁸⁵ Como descreve D'INCAO (2013, p. 223): "O estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista. A chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala." Ver: D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. Em: DEL PRIORE, Mary (Org.) ; PINSKY, Carla Bessanezi (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

As relações de poder são, nesse contexto, estabelecidas no ambiente familiar dentro dessa acepção tradicional de família: tem-se a figura masculina (o pai) como provedora, que vai ao espaço público buscar o sustento do lar; por outro lado, a figura feminina (mãe) é a mulher, sensível, frágil, restringida ao espaço privado.⁸⁶ Em que pese as transformações na produção do direito das famílias tenha buscado acompanhar as mudanças sociais, econômicas e demográficas,⁸⁷ essa realidade foi também marcada por períodos de descontinuidades, retrocessos e pelo contexto neoliberal da economia nacional. Como coloca a socióloga Belmira Rita de Costa Magalhães, é evidente que “algumas funções permanecem, outras são explicitadas e algumas silenciadas”.⁸⁸ Desse modo, pode-se constatar por um lado que, no direito das famílias, tem-se concretizado avanços pela inclusão de normas mais protetivas dos grupos vulneráveis, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Por outro, porém, ainda permanecem resquícios da visão tradicional sedimentada pelo Código Civil de 1916.

Aqui, importa questionar alguns desses resquícios, sobretudo no que diz respeito à permanência das estruturas de desigualdade de gênero. Neste ponto, almejo evidenciar os debates sobre o papel que a maternidade e as relações de conjugalidade ocupam nas vidas das mulheres brasileiras. A literatura feminista, afinal, ao fazer uma análise das esferas pública e privada, costuma apontar que as mulheres são comumente vistas como mães e esposas nas famílias, antes de serem vistas como indivíduos. A filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter pontua que a divisão funcional de papéis e a hierarquia são determinados pelos valores dominantes da sociedade: quando esses valores estão direcionados para garantir os interesses das crianças e adolescentes, seu adequado desenvolvimento e educação, o foco é colocado na figura feminina, responsável por garantir essa situação. A maternidade é, nesse contexto, sobrevalorizada.⁸⁹

A “ideologia da maternidade” ocupa um grande papel na consideração das mulheres como inferiores aos homens – ou, ao menos, distintas e “separadas”

⁸⁶ MATOS, 2000, *Op. Cit.*

⁸⁷ GOLDANI, 1993, *Op. Cit.*, p. 73-74.

⁸⁸ MAGALHÕES, Belmira. *As marcas no corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica*. Maceió: Editora UFAL, 2005, p. 44.

⁸⁹ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: DUTRA, Waltensir. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p 26.

deles.⁹⁰ As performances convencionais de gênero ainda são assumidas pelas mulheres quando se tornam esposas e mães, resultado também de uma pressão interior para assumir esses papéis conforme as expectativas sociais.⁹¹ Nesse sentido, importa ressaltar que não é apenas o amor por seus filhos que leva a mulher a cumprir com seus *deveres maternos*, influenciando sobre a situação a moral e valores sociais, ou religiosos, mesmo que comumente se justifique essa propensão feminina a realizar as funções de cuidado ao mais puro produto da natureza.⁹²

Por esses motivos, o direito de escolher como e quando exercer a maternidade foi considerado um dos pontos catalisadores dos movimentos de mulheres; a ideia de *maternidade voluntária*, pois, permitiria às mulheres uma maior emancipação para participar da vida política⁹³. Os direitos reprodutivos, desde então, estão no centro das demandas e discussões feministas, partindo de uma forte crítica à naturalização do papel de *mãe*. Ainda assim, esse pensamento perpassa estruturalmente a sociedade e incube às mulheres – mães ou pertencentes à família extensa - os gestos de amor e devotamento aos filhos, atribuindo-se a elas o “corpo vital da criança”, os deveres de assumir os cuidados básicos para sua sobrevivência e desenvolvimento.⁹⁴

Ao mesmo tempo, considerando minha proposta de pensar os feminismos de uma perspectiva interseccional, não posso deixar de mencionar o problema apontado, principalmente pelas feministas negras, nessas demandas que estão ligadas “diretamente às experiências das mulheres brancas, de escolaridade elevada e, em sua maioria, economicamente privilegiadas.”⁹⁵ Nesse contexto, o direito de controle sobre a própria reprodução, com a escolha de quando e como ter

⁹⁰ O'DONOVAN, Katherine; MARSHALL, Jill. *After birth: decisions about becoming a mother*. Em: DIDUCK, Alison; O'DONOVAN, Katherine (Org.). *Feminist perspectives on family law*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 103.

⁹¹ O'DONOVAN; MARSHALL, 2006, *idem*, p. 5-6.

⁹² BADINTER (1985, p. 17) também reflete que a ideia do “amor materno” é historicamente situada. Por mais que o sentimento tenha sempre existido, foi a partir do final do século XVIII que ele passou a ser exaltado como “um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade.”

⁹³ Nesse sentido, DAVIS (1983, p. 208) completa: “It was not a coincidence that women's consciousness of their reproductive rights was born within the organized movement for women's political equality. Indeed, if women remained forever burdened by incessant childbirths and frequent miscarriages, they would hardly be able to exercise the political rights they might win. Moreover, women's new dreams of pursuing careers and others paths of self-development outside marriage and motherhood could only be realized if they could limit and plan their pregnancies. In this sense, the slogan 'voluntary motherhood' contained a new and genuinely progressive vision of womanhood. At the same time, however, this vision was rigidly bound to the lifestyle enjoyed by the middle classes and the bourgeoisie.” Ver: DAVIS, Angela. *Women, Race & Class*. New York: Vintage Books, 1983.

⁹⁴ BADINTER, 1985, *ibidem*, p. 338.

⁹⁵ RIBEIRO, 2012, *Op. Cit.*, p. 180.

filhos, o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes, a possibilidade de adequado planejamento familiar, o acesso ao aborto seguro e legal, são todos requisitos fundamentais para a emancipação das mulheres, mas precisam afetar todas as classes sociais e levarem em consideração as questões raciais.⁹⁶

Afinal, como pontua a ativista política Angela Davis, nessas mobilizações iniciais dos movimentos feministas pela *maternidade voluntária*, as demandas não refletiam as condições das mulheres da classe trabalhadora, “uma vez que elas estavam engajadas em uma luta muito mais fundamental pela sua própria sobrevivência econômica”.⁹⁷ No mesmo sentido, bell hooks disserta que enquanto para as mulheres brancas a maternidade se apresentava como um obstáculo para sua emancipação, para as mulheres negras os desafios eram outros: racismo, disponibilidade de trabalhos e falta de acesso à educação estariam no topo da lista. Além disso, as mulheres negras estiveram sujeitas à outra realidade de controle de seus corpos, herança da sua escravização:

A existência das “mães pretas” representou, na prática, a negação da maternidade à mulher escrava e a mortalidade de seus filhos e filhas. A figura da ama de leite no cenário brasileiro é emblemática da apropriação dos corpos das mulheres escravizadas, tanto pela criança branca quanto pela sociedade brasileira como um todo. A maternidade transferida (Costa, 2002) é a responsável pela figura da mãe-preta no imaginário nacional pós-escravização, a qual generosamente se doaria à criança branca.⁹⁸

Na mesma senda, é preciso também desapegar da visão de que o modelo *tradicional* de família foi absoluto até a década de 1960, quando se considera que as mulheres foram incluídas no mercado de trabalho.⁹⁹ Como pontuado por Leila

⁹⁶ RIBEIRO, 2012, *Op. Cit.*, p. 183.

⁹⁷ Tradução minha do seguinte trecho original de DAVIS (1983, p. 208): “The aspirations underlying the demand for ‘voluntary motherhood’ did not reflect the conditions of working-class women, engaged as they were in a far more fundamental fight for economic survival.”

⁹⁸ RIBEIRO, 2012, *ibidem*, p. 193.

⁹⁹ Considera-se que a “emancipação das mulheres” ocorreu a partir dessa década em específico - com as alterações legislativas promovidas pelo Estatuto da Mulher Casada e maior liberdade laboral concedida às mulheres – em muitos dos textos doutrinários que tratam da evolução do direito das famílias e sua formação ao longo do tempo, sobretudo em manuais da matéria. É preciso, contudo, atentar-se às observações de MATOS (2000, p. 28): “Referentemente à condição feminina, salienta-se também o abarcamento legal de uma espécie de família unida a uma certa classe social. Devemos ter em mente a contradição existente entre as diferentes classes sociais. Somente as famílias de certo poder econômico poderiam determinar a mulher ao confinamento do serviço doméstico. Muitas mulheres auxiliavam no negócio do marido e outras desempenhavam várias tarefas de produção rural, ainda que tendo uma atividade, de modo geral, diretamente ligada a do marido; ou poderiam

Sanches de Almeida¹⁰⁰, esse marco temporal diz respeito à ocupação das mulheres de classe média e alta em empregos exercidos fora de casa. Para as mulheres negras, a maternidade não as impedia de trabalhar, porque elas sempre trabalharam.¹⁰¹ O trabalho feminino sempre esteve presente no cotidiano das famílias brasileiras, sobretudo daquelas em que as mulheres precisavam assumir trabalhos remunerados para compor a renda familiar, em muitos casos para “escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário masculino”.¹⁰²

Ainda hoje, muitas vezes, o trabalho produtivo das mulheres é o principal sustento da casa, sobretudo quando se leva em consideração a situação do abandono masculino, tendo as mulheres que lidar, por muitas décadas, com o preconceito moral da sociedade.¹⁰³ Dessa forma, conforme colocado por Almeida¹⁰⁴, as mulheres das famílias de baixa renda raramente puderam se dedicar integralmente aos afazeres domésticos e ao cuidado com os/as filhos/as. A atenção materna, com disponibilidade para exercer todos os cuidados com a prole, bem como aproveitar o tempo com os/as filhos/as para realizar atividades de lazer, é um luxo para as mulheres na sociedade brasileira, considerando a sobrecarga das mulheres das classes menos favorecidas¹⁰⁵ e a quantidade de mães solteiras ou separadas, que criam seus/suas filhos/as com pouco ou nenhum apoio do genitor.¹⁰⁶

Nessa realidade, a maioria das famílias tende a confiar o cuidado com os/as infantes a familiares extensos (como avós, por exemplo), com vizinhas/os da

exercer, igualmente, uma atividade considerada extensão ‘natural’ de seu papel feminino – como costureira, lavadeira, cozinheira, empregada doméstica e de cuidado para com as crianças.”

¹⁰⁰ ALMEIDA, Leila Sanches de. *Mãe, cuidadora e trabalhadora*: as múltiplas identidades das mães que trabalham. Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, vol. 19, n. 2, julho-dezembro/2007, p. 412.

¹⁰¹ Sobre o tema, hooks (1984, p. 133) ainda complementa: “Black women would not have said motherhood prevented us from entering the world of paid work because we have always worked. From slavery to the present day black women in the U.S. have worked outside the home, in the fields, in the factories, in the laundries, in the homes of others.”

¹⁰² FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre*. Em: DEL PRIORE, Mary (Org.) PINSKY, Carla B. (Coord.) História das mulheres no Brasil. 10. ed. 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2013, p. 516.

¹⁰³ FONSECA (2013, p. 517) considera: “a norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres.”

¹⁰⁴ ALMEIDA, 2007, *ibidem*, p. 413.

¹⁰⁵ BADINTER, 1985, *Op. Cit.*, p. 224.

¹⁰⁶ Nas concepção de hooks (1984, p. 137), os homens só começarão a compartilhar igualmente o exercício da parentalidade a partir do momento de que a sociedade os ensinar que a paternidade tem o mesmo sentido e significado que maternidade.

comunidade ou, até mesmo, deixam o cuidado das crianças mais novas com as crianças mais velhas.¹⁰⁷ A essa rede de cuidados, Cláudia Fonseca¹⁰⁸ dá o nome de “circulação de crianças.” Ela descreve como, nas famílias brasileiras de baixa renda, a criação e o cuidado com as crianças muitas vezes cabem a todo o grupo familiar, de forma que as unidades nucleares são diluídas nos grupos consanguíneos, nos quais se estabelecem “lealdades fortes e duradouras” contrastantes com a “precariedade do laço conjugal.”¹⁰⁹

Fonseca ainda pontua como o trabalho reprodutivo é valorizado de forma diversa conforme o acesso diferencial dos atores a recursos sociais e materiais. Por um lado, tem-se a figura da “mulher profissional”, que possui uma reconhecida e promissora carreira, com suas crianças cuidadas no lar, muitas vezes graças à presença de outra mulher, empregada para prestar esses cuidados¹¹⁰. De outro lado, tem-se as próprias empregadas domésticas ou babás, com suas crianças criadas “em circulação”, nessa rede de apoio familiar e de vizinhança.¹¹¹ As duas figuras podem, em um grau ou outro, serem desvalorizadas por não ocuparem o papel ideal da maternidade; a primeira, contudo, pode ser apresentada como uma alternativa aceitável, enquanto a segunda acaba sendo rotulada como *desorganizada*.

Segundo a autora, para entender o que é ser mãe na sociedade brasileira é preciso retirar a experiência materna do isolamento da família conjugal – isto é, a visão tradicional da mulher dona-de-casa que cria seus/as filhos/as – e situá-la dentro dessas redes sociais. De modo geral, ela afirma, o cuidado com as crianças cabe às mulheres, mas elas nem sempre são as mães biológicas.¹¹² Nada obstante, essa complexidade das relações sociais raramente consegue ser refletida nos textos doutrinários e nas decisões judiciais. Justamente porque o direito, mesmo com os avanços percebidos na atualidade, tende a se apropriar e reforçar um discurso

¹⁰⁷ ALMEIDA, 2007, *Op. Cit.*, p. 413 *et seq.*

¹⁰⁸ FONSECA, 2013, *Op. Cit.*, p. 537.

¹⁰⁹ FONSECA, 2013, *idem*, p. 536-537.

¹¹⁰ Sobre o mesmo problema, comenta CRENSHAW (2002, p. 180): “quando o Estado corta recursos relativos aos cuidados com os jovens, doentes e idosos, as necessidades não supridas recaem, em grande parte, sobre os ombros das mulheres, a quem tradicionalmente se atribuíram essas responsabilidades. Além disso, as adicionais estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esse trabalho e quais mulheres pagarão outras economicamente desfavorecidas, para que prestem esse serviço. Assim, mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria.”

¹¹¹ FONSECA, 2007, *Op. Cit.*, p. 18.

¹¹² FONSECA, 2013, *ibidem*, p. 534-535.

patriarcal dos modelos familiares, tem-se uma certa dificuldade em pensar as questões jurídicas fora dessa mentalidade já pré-concebida.

Com essas questões, portanto, a perspectiva feminista permite um olhar que leva em consideração não apenas os vínculos afetivos estabelecidos pelas estruturas familiares – relevantes, com certeza, devido ao contexto de marginalização dos modelos não positivados, conforme mencionado – mas também as facetas conflitivas dessa realidade, marcadas pela violência doméstica, pelo abandono paterno, pela sobrecarga de trabalhos destinada às mulheres. A família, afinal, por um lado é um espaço de afetividade e intimidade, mas não deixa de ser um espaço também de violência, que foi silenciada por muito tempo por todos os seus membros e foi apagada e desconsiderada pelas instituições sociais.

Nesse tópico, destaco aqui as acertadas considerações da antropóloga e cientista política brasileira Guita Debert:

Não se trata de um mundo privado impenetrável às instituições estatais e ao sistema de justiça. Estamos também muito distantes da família como o reino da proteção e da afetividade, o refúgio num mundo sem coração. A família é antes percebida pelos agentes das instituições analisadas como uma instância geradora de violência em que os deveres de cada um de seus membros, ao longo do ciclo da vida, precisam ser claramente definidos, cabendo às instituições da justiça criar mecanismos capazes de reforçar e estimular cada um deles no desempenho de seus respectivos papéis.¹¹³

Percebo, com base nas críticas feministas, que a família não se pauta unicamente nas relações de afeto, já que é com frequência um ambiente de opressão para seus membros mais vulneráveis.¹¹⁴ Existe uma *pedagogia da violência* difundida pela sociedade, que considera normal o homem maltratar a mulher e os pais maltratarem seus/suas filhos/as. Na prática, impera-se a tolerância e, muitas vezes, o incentivo social para que o homem exerça seu papel dominante no ambiente doméstico, cuja consequência é a naturalização da violência contra a mulher e contra as crianças e adolescentes. Em geral, a sociedade condena o excesso de violência, mas no ambiente doméstico aceita que o marido¹¹⁵ pode “dar

¹¹³ DEBERT, 2010, *Op. Cit.*, p. 488.

¹¹⁴ MALIK, 2006, *Op. Cit.*, p. 217.

¹¹⁵ Aqui cabe ressaltar que a violência doméstica também ocorre em relacionamentos homossexuais, uma vez que as práticas de agressividade fazem parte das construções e discursos sociais, não se restringindo aos relacionamentos heteronormativos.

umas lapadas” na esposa quando “ela provoca”.¹¹⁶ Ou seja, os homens têm o consentimento da sociedade para transformar a agressividade, característica “tipicamente” masculina, em agressão.

Nesse contexto, todas as mulheres convivem com ameaça de agressões masculinas, que funciona como mecanismo social de sujeição aos homens, mas interpretado por cada mulher singularmente, tendo em consideração ainda os demais eixos de opressão a que ela está socialmente sujeita.¹¹⁷ Certamente, as práticas culturais não são lugares de consenso, mas de disputa e de conflitualidade, sobretudo quando as noções de gênero se vinculam com as relações étnicas e raciais. Isto é, as formas genderizadas de violências se articulam com as violências racializadas e diferenciadas segundo orientações sexuais.¹¹⁸ Não posso deixar de mencionar, nesse ponto, que apesar da violência doméstica ser uma realidade que atinge a todas as mulheres, essa violência é mais frequente e possui facetas mais perversas quando se tratam de mulheres negras¹¹⁹, mulheres LGBTI+¹²⁰ ou pertencentes a outros grupos marginalizados.

Problematizar aqui essa face violenta das famílias é fundamental para as críticas que pretendo traçar a respeito da lei da alienação parental. Sobretudo,

¹¹⁶ MEGALHÕES, 2005, *Op. Cit.*, p. 82-83.

¹¹⁷ SAFFIOTI, 2015, *Op. Cit.*, p. 79-80.

¹¹⁸ MACHADO, 2014, *Op. Cit.*, p. 32-39.

¹¹⁹ Estatísticas e pesquisas sugerem que a violência contra as mulheres negras é mais evidente e mais recorrente na sociedade brasileira. Dados coletados pelo Mapa da Violência (Flacso Brasil) e Atlas da Violência (IPEA e FBSP) apontam que as maiores taxas de homicídios e feminicídios são cometidos contra mulheres não brancas. Acerca do tema, sugere-se: GONÇALVES, Juliana. *Mortes de mulheres no Brasil têm raça e classe definidas, dizem pesquisadores*. São Paulo: Brasil de Fato, publicado em 7 de novembro de 2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/07/mortes-de-mulheres-no-brasil-tem-raca-e-classe-definidas-dizem-pesquisadores/> > Acesso em: 26 de outubro de 2018. Dados mencionados: INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada; FORUM Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro, disponibilizado em junho de 2018. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf > Acesso em: 26 de outubro de 2018; e WASELFISZ, Julio Jacobo Waiselfisz. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília, 2015. Disponível em: < www.mapadaviolencia.org.br > Acesso em: 26 de outubro de 2018.

¹²⁰ A violência doméstica cometida contra pessoas LGBTI+ é invisibilizada. Por um lado, são rejeitadas pelas suas famílias, sofrendo agressões físicas e estando sujeitas a situações de exclusão e negligência. Por outro, podem também estar submetidas a relacionamentos conjugais abusivos. Ver: CASTEDO, Antía. *O drama do 'armário duplo': a violência 'invisível' entre casais do mesmo sexo*. BBC Brasil, publicado em 5 de maio de 2017. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39791785> > Acesso em: 26 de outubro de 2018. Sobre as formas de violência contra pessoas LGBTI+, inclusive as agressões perpetradas no âmbito doméstico, ver ainda: COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas. Doc. 36/15, rev.1, publicado em 12 de novembro 2015. Disponível em: < <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf> > Acesso em: 22 de setembro de 2018.

porque entendo ser cada vez mais importante pensar na violência como elemento central no direito das famílias, sem mais delegar apenas à área criminal os conflitos violentos que permeiam as realidades familiares. Nesse sentido, a violência é um aspecto fundante para teorizar juridicamente a alienação parental, por constituir o principal argumento daqueles que defendem o seu uso pelos tribunais.

Afinal, a justificativa para a elaboração e aplicação da lei nº 12.318/2010 é a proteção da criança e adolescente contra violação de seus direitos, infringida por um/a de seus genitores/as ou familiares. O próprio texto dispõe, em seu artigo 3º, que a “prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável”, indicando, portanto, a prática de uma violência contra a criança e o adolescente, ocorrida no próprio seio familiar¹²¹.

O problema que percebo, porém, é que essa violência é enxergada apenas na esfera das relações de parentalidade, como dissociada dos abusos perpetrados nas relações conjugais. Como já justifiquei, entendo o ambiente familiar na sociedade brasileira como um espaço de conflitos e violências nas relações humanas, para além das afetividades pontuadas; um espaço, pois, que também é perpassado por uma violência estrutural, resultado das desigualdades sociais da realidade brasileira. Se por um lado precisamos - no direito como um todo, e em especial no direito das famílias - deixar de silenciar as violências perpetradas no âmbito privado, fundamental também expandir as problematizações sobre a violência para abranger sua faceta estrutural. Em outras palavras, é essencial apontar para as violências reproduzidas e infringidas pelo próprio ordenamento jurídico, especialmente em sua interpretação e aplicação.

O direito, nesse contexto, produz suas próprias violências, seja colocando às margens do ordenamento aquelas famílias que não se encontram no modelo positivado, seja estruturando a lógica jurídica na reprodução dos padrões de violência socialmente dispostos. Parto desse argumento para fundamentar minha leitura feminista do fenômeno da alienação parental, entendendo que a estrutura jurídica – legislativa, doutrinária e jurisprudencial – tende a ignorar os contextos sobre os quais se desenvolve a prática do fenômeno.

¹²¹ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *Alienação Parental: aspectos materiais e processuais*. Civilistica.com. a.2, n.1, 2013. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Teixeira-e-Rodriguescivilistica.com-a.2.n.1.2013.pdf> > Acesso em: 17 de julho de 2016.

Desse modo, ao considerar que o âmbito familiar é permeado por violências, que atingem sobretudo os elementos mais vulneráveis nessas relações (cujo foco, na minha análise feminista, são as mulheres e as crianças e adolescentes), tenho em mente esse contexto estrutural como fundamental para pensar qualquer outra forma de violação de direitos relacionada. Isto é, percebo a alienação parental como um fenômeno *resultante* desse ambiente familiar violento, não necessariamente como causa da situação de violência.¹²²

¹²² Como pontuam GOMIDE e MATOS (2016, p. 131): “Caso haja recusa ou revelação da criança sobre qualquer tipo de abuso é preciso que a avaliação determine precisamente a causa, antes de se levantar a hipótese de alienação parental. Os determinantes da recusa da criança não são mutuamente excludentes: motivos reais que justificam a recusa da criança em conviver com um dos genitores, abuso sexual infantil e alienação parental.” Ver: GOMIDE, Paula I. C.; MATOS, Ana Carla H. *Diálogos interdisciplinares acerca da Alienação Parental*. Em: GOMIDE, Paula I. C.; STAUT JUNIOR, Sergio S. (Org.). *Introdução à psicologia forense*. Curitiba: Juruá, 2016.

2 QUESTIONANDO OS DISCURSOS JURÍDICOS SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL

Apesar dos debates sobre a alienação parental no Brasil terem se intensificado durante processo de elaboração e promulgação da lei nº 12.318/2010, sua aprovação e promulgação foi responsável pela multiplicação de produções acadêmicas sobre o tema. Essa proliferação de trabalhos indica, portanto, que a maior parte da construção doutrinária teve como referência os conceitos e premissas instituídos pela legislação. O texto da lei nº 12.318/2010, pois, estabelece que a prática da alienação parental se caracteriza como abuso moral contra a criança e o adolescente e representa o descumprimento de deveres inerentes à autoridade parental.¹²³ Com efeito, um de seus principais alicerces é a proteção das crianças e adolescentes, buscando garantir seu direito fundamental de convivência familiar saudável e desenvolvimento de relações com seus genitores.

Nessa senda, já indiquei, no capítulo anterior, que minha divergência das principais correntes doutrinárias que tratam da temática se encontra neste ponto: enquanto muitos/as juristas percebem na alienação parental uma forma de violação dos direitos da criança e do adolescente (uma percepção não infundada, naturalmente), busco inverter essa chave para considerar a alienação parental *a partir* de um contexto de violação dos direitos das pessoas vulneráveis nas relações familiares. É notável que, de forma geral, as práticas de alienação parental são justificadas, pelos/as juristas, nas circunstâncias de separação do núcleo conjugal, momento no qual se geram sentimentos de raiva, mágoa, decepção, que por sua vez levariam à interferência, por um/as dos/as genitores/as, na relação de parentalidade do/a outro/a com sua prole.

Acusa-se, então, a confusão entre as relações de conjugalidade e parentalidade, totalmente mal vista pelo mundo jurídico, que tende a sustentar a distinção completa entre esses dois núcleos das relações familiares – análise essa que, a meu ver, é descabida, porquanto na realidade social essas relações estão imbricadas. Prevejo, pois, a alienação parental a partir do contexto em que as relações de conjugalidade e parentalidade não podem ser separadas: contexto esse

¹²³ WAQUIM, Bruna Barbieri. *Criminalizar a alienação parental é a melhor solução?* Reflexões sobre o projeto de lei nº 4488/2016. Civilistica.com, a. 5. n. 2. 2016. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Waquim-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf> > Acesso em: 6 de julho de 2017, p.5.

de altos índices de violência doméstica, abusos sexuais contra crianças e adolescentes no seio familiar e abandono paterno do lar. Todas essas circunstâncias podem acarretar na exigência de uma conduta mais ostensiva - principalmente da genitora (mas não apenas) - de proteção das/os infantes e adolescentes, o que, infelizmente, pode levar à identificação de atos de alienação parental.

Neste capítulo, pois, pretendo realizar uma leitura mais aprofundada das/os principais doutrinadores/as do direito e da psicologia que tratam do tema da alienação parental, tendo como perspectiva as críticas feministas já mencionadas. Para isso, primeiramente traço alguns panoramas sobre o surgimento e significado da expressão “alienação parental”, bem como de toda a fundamentação, nos campos da psiquiatria, da psicologia e do direito, para sua existência e aplicação no mundo jurídico brasileiro, por meio da promulgação da lei nº 12.318/2010. Em seguida, investigo como os mecanismos propostos pela lei podem adquirir novos significados de acordo com as práticas socialmente identificadas.

2.1 ENTRE A CONJUGALIDADE E A PARENTALIDADE: CONSIDERAÇÕES FEMINISTAS SOBRE A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL

De início, cabe retomar que, embora Judith Wallerstein e Joan Kelly já tivessem escrito, em 1980, acerca do tema das crianças que se recusavam a visitar um de seus pais¹²⁴, a teorização da expressão “alienação parental” normalmente é associada à pesquisa do psiquiatra estadunidense Richard Alan Gardner, sobretudo a partir da publicação de seu artigo “Recent trends in divorce and custody litigation”¹²⁵. Nesse contexto, com base em suas observações trabalhando na psicologia forense em casos envolvendo litígios de guarda, Gardner cunhou o fenômeno chamado “Síndrome da Alienação Parental” (SAP, em diante). A princípio, ele justificou sua escolha do termo e o definiu da seguinte forma:

O termo que prefiro usar é “síndrome da alienação parental”. Eu introduzi este termo para me referir a um distúrbio no qual os/as filhos/as estão obcecados com a desaprovação e crítica de um/a de

¹²⁴ STAHL, Philip M. *Understanding and Evaluating Alienation in High-Conflict Custody Cases*, 2010. Disponível em: < https://www.americanbar.org/content/dam/aba/publishing/family_law_enewsletter/Mar_PhilStahlArticle.authcheckdam.pdf > Acesso em: 10 de maio de 2018.

¹²⁵ GARDNER, Richard A. *Recent trends in divorce and custody litigation*. Academy Forum, vol. 29, n. 2, verão/1985, p. 3-7.

seus genitores – difamação que é injustificada ou exagerada. A noção de que esses/as filhos/as passam meramente por uma “lavagem cerebral” é restrita. O termo “lavagem cerebral” sugere que um/a dos pais está sistemática e conscientemente programando a/o filha/o para difamar o/a outro/a genitor/a. O conceito de síndrome da alienação parental inclui a lavagem cerebral, mas é mais inclusivo. Ele inclui não apenas os fatores conscientes, mas também os subconscientes e inconscientes que levam o/a genitor/a a contribuir com a alienação da criança. Ademais (e isto é extremamente importante), ele inclui fatores que surgem dentro da criança – independente das contribuições parentais – que contribuem para o desenvolvimento da síndrome.¹²⁶

Ao longo das décadas 1980 e 1990, o autor continuou sua pesquisa com a temática da alienação parental, publicando diversos artigos que sustentam a existência da síndrome e enumeram os critérios para que seja identificada e tratada. Chegou a justificar, em 1998, que a SAP estava sendo utilizada de forma equivocada por falta de entendimento acerca de suas especificidades. Segundo ele, a SAP não se aplica nos casos em que o afastamento da criança de seu genitor se dá por motivos de abusos e negligência, mas sim apenas nas circunstâncias em que o comportamento difamatório é inexplicável ou infundado.¹²⁷

Assim, diante das confusões e polêmicas geradas pelas suas propostas iniciais, em 2002, Gardner escreveu “Parental alienation syndrome vs. Parental alienation: which diagnosis should evaluators use in child-custody litigation?”¹²⁸, em que se propõe a distinguir alienação parental da síndrome da alienação parental. Em suas palavras, ele conceitua alienação parental de forma ampla:

Alienação parental se refere a uma ampla variedade de sintomas que podem resultar ou estar associados à alienação da criança de um/a

¹²⁶ Tradução minha do seguinte trecho original de GARDNER (1985, p. 3-7): “The term I prefer to use is parental alienation syndrome. I have introduced this term to refer to a disturbance in which children are obsessed with deprecation and criticism of a parent -- denigration that is unjustified and/or exaggerated. The notion that such children are merely “brainwashed” is narrow. The term brainwashing implies that one parent is systematically and consciously programming the child to denigrate the other parent. The concept of the parental alienation syndrome includes the brainwashing component but is much more inclusive. It includes not only conscious but subconscious and unconscious factors within the parent that contribute to the child's alienation. Furthermore (and this is extremely important), it includes factors that arise within the child -- independent of the parental contributions -- that contribute to the development of the syndrome.”

¹²⁷ CORRÊA, Adalgiza Mara. *Alienação parental: uma revisão sistemática da literatura*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2016, p. 33-34.

¹²⁸ GARDNER, Richard A. *Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?* The American Journal of Family Therapy, vol. 30(2), p. 93-115, 2002.

de seus genitores. Os/as filhos/as podem se tornar alienados/as de um/a genitor/a devido a uma situação de abuso físico, com ou sem abuso sexual. A alienação dos/as filhos/as pode ser resultado do abuso emocional do/a genitor/a, que pode ser evidente sob a forma de abuso verbal ou negligência.¹²⁹

Pode-se notar, pelo trecho acima destacado, que a alienação parental, na conceituação de Gardner, tende a englobar também as situações na qual a criança ou adolescente se afasta de seu genitor de modo justificado, devido a fatores que não envolvem um/a suposto/a alienador/a – como comportamento agressivo e negligente do/a alienado/a, envolvimento com alcoolismo ou drogas, sentimento de culpa pelo fim do relacionamento conjugal, entre outros. Por outro lado, em sua concepção, a síndrome da alienação parental é um conceito mais estrito, tratando especificamente do afastamento *induzido* da criança de seu genitor, fomentado pelo/a alienador/a:

A síndrome da alienação parental (SAP) é um distúrbio da infância que surge quase exclusivamente no contexto de disputas pela guarda da criança. Sua manifestação primária é a campanha difamatória da/o infante contra o/a genitor/a, uma campanha que não tem justificativa. É resultado de uma combinação da programação (lavagem cerebral) das doutrinações de um/a dos genitores e as contribuições da própria criança para a difamação do genitor-alvo. Quando há um verdadeiro abuso e/ou negligência por parte do genitor, a animosidade da criança pode ser justificada e então a explicação da síndrome da alienação parental para a hostilidade infantil não é aplicada.¹³⁰

Importante destacar esses dois conceitos cunhados por Gardner aqui, porque há ainda muita confusão, principalmente entre os/as juristas brasileiros/as, no momento de aplicação e discussão do fenômeno. Na concepção de Gardner, a SAP seria uma espécie de “subtipo” da alienação parental, que possui uma definição bem abrangente. Em outras palavras, enquanto a alienação parental seria uma categoria

¹²⁹ Tradução minha do seguinte trecho original de GARDNER (2002): “Parental Alienation (PA) refers to the wide variety of symptoms that may result from or be associated with a child’s alienation from a parent. Children may become alienated from a parent because of physical abuse, with or without sexual abuse. Children’s alienation may be the result of parental emotional abuse, which may be overt in the form of verbal abuse or more covert in the form of neglect.”

¹³⁰ Tradução minha do seguinte trecho original de GARDNER (2002): “The parental alienation syndrome (PAS) is a childhood disorder that arises almost exclusively in the context of child-custody disputes. Its primary manifestation is the child’s campaign of denigration against a parent, a campaign that has no justification. It results from the combination of a programming (brainwashing) parent’s indoctrinations and the child’s own contributions to the vilification of the target parent. When true parental abuse and/or neglect is present, the child’s animosity may be justified and so the parental alienation syndrome explanation for the child’s hostility is not applicable.”

mais genérica, a SAP “corresponderia à sintomatologia específica da alienação causada pela programação de um dos genitores e pela própria contribuição da criança”¹³¹, sendo uma alienação injustificada.

Nada obstante, as teorias de Gardner foram recebidas com polêmicas e controvérsias pelos/as psiquiatras, juristas e demais estudiosos/as nos Estados Unidos: de um lado, argumentou-se que não existe a “síndrome da alienação parental”, e que a pesquisa de Gardner não teria validade; de outro, sustentaram-se as teorizações do psiquiatra, sob o argumento de que a SAP existe e está prejudicando infantes e adolescentes.¹³² Neste último grupo, vários argumentos e estudos foram elaborados para sustentar as hipóteses do psiquiatra estadunidense. Cabe destacar aqui o posicionamento da psicóloga Mary Lund¹³³, que discorda do argumento de que pouquíssimos casos se encaixam na descrição exata de SAP elaborada por Gardner. Segundo ela, é possível sim identificar a síndrome da alienação parental em muitos casos de conflitos conjugais; para detectar a presença da referida síndrome, pois, é preciso analisar até que ponto a criança está consciente ou inconscientemente sendo programada pelo/a “alienador/a” para rejeitar o/a outro/a.

Em contrapartida, entre aquelas/es que se encaixam no grupo crítico da alienação parental, encontram-se profissionais que desaprovam o conceito porque as pesquisas de Gardner se focam no papel do “genitor-alienador” e propõem intervenções radicais para o problema, como a inversão da guarda do/a infante. A jurista e professora Carol S. Bruch¹³⁴, nesse sentido, critica veementemente a aplicação da síndrome da alienação parental pelos tribunais estadunidenses. De acordo com ela, a teoria de Gardner é exagerada e elaborada sem nenhum rigor científico, além de faltarem provas e evidências que sustentam seus argumentos. Além disso, Bruch evidencia que Gardner confunde a reação desenvolvida pela criança ao divórcio e aos conflitos parentais (incluindo violência) com psicose, ao falhar em reconhecer que a raiva – mesmo inapropriada – da criança e do/a

¹³¹ WAQUIM, 2016, *Op. Cit.*

¹³² STAHL, 2003, *Op. Cit.*

¹³³ LUND, Mary. *A Therapist's View of Parental Alienation Syndrome*. Family and Conciliation Courts Review, vol. 33, n. 3, julho/1995, p. 1-3.

¹³⁴ BRUCH, Carol S. *Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Getting It Wrong in Child Custody Cases*. Family Law Quarterly, vol. 35, n. 3, outono/2001. Disponível em: < https://law.ucdavis.edu/faculty/bruch/files/fam353_06_Bruch_527_552 > Acesso em: 5 de junho de 2018.

genitor/a é um comportamento totalmente previsível no contexto de separação conjugal.

Nesse mesmo grupo, estão as pessoas que defendem as causas das mulheres e crianças abusadas, sobretudo relacionadas a alguma corrente feminista. Essas/es autoras/es observam que a aplicação da alienação parental se dá muitas vezes em detrimento das alegações de abuso sexual infantil, realizadas por mães que procuram proteger seus filhos.¹³⁵ Nessa lógica, a advogada Cheri L. Wood¹³⁶ questiona o fato de Gardner estabelecer que a maior parte das alegações de abuso sexual infantil são falsas, sendo inventadas pelas mães, e aponta também que a SAP tem sido admitida pelos tribunais, apesar de não ser sustentada por muitos/as especialistas da área. Um de seus problemas, para a autora, é a atribuição da culpa pela alienação apenas à mãe, com referências sempre a uma pessoa do gênero feminino como a “alienadora”.

Contudo, ressalto que foi possível, para alguns/as estudiosos/as, sustentar a existência da alienação parental por meio de uma aproximação cautelosa da questão. O psicólogo Philip Stahl¹³⁷, por exemplo, tem o cuidado de definir que a alienação parental ocorre quando “uma criança imotivadamente rejeita um de seus pais, devido à influência do outro genitor, mas combinada com as próprias contribuições da criança”. Ao observar que a alienação parental só é possível quando a rejeição é imotivada, o autor considera que os casos de alienação parental são distintos das situações de abuso infantil ou violência doméstica, quando o afastamento do genitor abusador é visto como uma resposta “saudável” às circunstâncias¹³⁸. Ele entende que a alienação parental não é causada unicamente pela ação do genitor-alienador sobre a criança, mas sim principalmente por uma combinação de diversos fatores, como o comportamento negativo do genitor-

¹³⁵ FERREIRA, Cláudia G.; ENZWEILER, Romano J. *Síndrome da alienação parental, uma iníqua falácia*. Revista da ESMESC, vol. 21, n. 27, 2014, p. 85-86.

¹³⁶ WOOD, Cheri L. *The Parental Alienation Syndrome: A Dangerous Aura of Reliability*. Loyola of Los Angeles Law Review, 1994, p. 1368-1373.

¹³⁷ STAHL, 2003, *Op. Cit.*

¹³⁸ STAHL (2003) também diferencia as situações de “alienation” (alienação) de “estrangement” (estranhamento, afastamento) do genitor pelas crianças, explicando que os/as infantes que refusam contato com o genitor em casos de abusos e violência doméstica são consideradas “estranged” (estranhadas, afastadas), e não alienadas. Nas suas palavras: “in contrast, it is considered alienation when a child had a healthy attachment with each parent and now is rejecting one parent as a result of some combination of these forces”.

alienado, os conflitos parentais na ocasião do divórcio e a influência de irmãos e demais familiares.¹³⁹

Nesse sentido, em que pese seja concebível uma abordagem como a de Stahl, tornando possível um estudo da alienação parental enquanto fenômeno psicológico/psiquiátrico, as soluções propostas por esses/as profissionais nem sempre são realizáveis por meio da intervenção judicial. Bruch¹⁴⁰ aduz que autores/as desse grupo buscaram refinar o pensamento de Gardner, com base em uma seleção cuidadosa de seus referenciais, que conferem validade a seus argumentos. No entanto, a crítica da autora é que, por mais que essa produção tenha contribuído com informações clínicas úteis, as recomendações elaboradas são intervenções judiciais amplas, coercivas e altamente intrusivas, ademais de serem altamente custosas para as partes.

Além dessas questões pontuadas por Bruch, outro problema que identifico, na adaptação e discussão do fenômeno jurídico no Brasil, é que o contexto familiar não é de todo considerado pela maioria dos/as juristas que debatem a aplicação judicial da alienação parental. Destaco aqui que a própria tradução de um fenômeno investigado na área médica e psicológica para o campo legislativo possui seus problemas teóricos e metodológicos. A começar, no Brasil, o conteúdo discutido sobre a alienação parental e a SAP, inclusive seu conceito e aplicação, tem sido marcado por uma homogeneidade¹⁴¹ na academia e nos tribunais, não havendo no país um debate tão intenso e sério como houve nos Estados Unidos.¹⁴²

No mesmo sentido, em outros países, como Espanha e Argentina, a alienação parental foi recepcionada com críticas e questionamentos sobre sua aplicação. A exemplo, a jurista espanhola Dolores Padilla Racero¹⁴³ comenta como o

¹³⁹ STAHL, 2003, *Op. Cit.*

¹⁴⁰ BRUCH, 2001, *Op. Cit.*

¹⁴¹ Aqui, em tom de provocação, cabe mencionar mais uma vez as críticas de BAPTISTA (2008, p. 44-45) acerca da produção acadêmica do campo do direito: “os trabalhos jurídicos em geral – mesmo os acadêmicos – são recortes que reproduzem tudo o que já fora produzido sobre o mesmo tema e que fora escrito por pessoas consagradas no campo: os doutrinadores”; assim, “o conhecimento jurídico é atualizado de forma a não produzir transformações, mas cópias”. Essa interpretação ajuda a compreender porque, na leitura da produção nacional sobre alienação parental, encontrei uma repetição de conteúdos e argumentos, que me deixaram com a verdadeira impressão de homogeneidade dos posicionamentos.

¹⁴² FERREIRA, ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 85

¹⁴³ RACERO, Dolores Padilla. *El síndrome de alienación parental no es un trastorno mental, problema relacional ni de conducta. Es una feroz resistencia a los avances en la igualdad entre hombres y mujeres*. Espanha: Revista Infancia, Juventud y Ley, n. 4, 2013. Disponível em: < <http://paip-publicaciones.blogspot.com/p/infancia-juventud-y-ley.html> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

conceito SAP possui um irreparável descrédito na Espanha, ao ponto de seus apoiadores utilizarem estrategicamente outros termos para se referirem ao fenômeno¹⁴⁴; assim, a autora aponta como a SAP acaba, de uma forma ou outra, chegando aos tribunais e prejudicando, sobretudo, as mulheres.¹⁴⁵ Igualmente, o juiz argentino Carlos Rozanski¹⁴⁶ denuncia o uso da síndrome da alienação parental como maneira de silenciar crianças abusadas.

Essas controvérsias sobre a alienação parental em vários países do mundo, enfim, levaram o debate a nível internacional, inclusive sendo cogitada possibilidade de reconhecimento da SAP pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa discussão foi protagonizada seriamente por estudiosos/as que acreditam ser necessária a inclusão da síndrome da alienação parental em manuais de referência da área, como Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5) e Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID -11); contudo, essa possibilidade demorou a ser considerada¹⁴⁷, devido principalmente às críticas feitas à suposta síndrome e aos posicionamentos contrários de organizações internacionais relevantes, como a American Psychiatric Association¹⁴⁸ e a Asociación Española de Neuropsiquiatria¹⁴⁹.

¹⁴⁴ RACERO (2013, p. 59) menciona termos como: “interferencias parentales”, “madre obstativa”, “no colaboradora, entorpecedora”, “madre no garante de las relaciones paterno filiales”, “madres que no toman una postura activa en pos de corregir la negativa del hijo o hija a relacionarse con el progenitor”.

¹⁴⁵ Comenta RACERO (2013, p. 67) sobre o assunto: “El SAP invade y aún el derecho, la psicología y lo social, y desde el punto de vista del derecho, donde tienen cabida los procesos de divorcios donde el SAP aparece, sus efectos inmediatos son, contraviniendo los principios, pilares sobre los que se sustenta nuestro ordenamiento jurídico, sin que se haya instado ningún procedimiento para la reforma de éste: que sobre la madre cae el peso de la carga de la prueba”, invirtiéndola; que por mucho que alegue y pruebe en su defensa, no cabe prueba en contrario –iure et de iure- de esta acusación; que desprovee del derecho a la tutela judicial efectiva tanto a los menores como a sus madres, que nuestra Constitución Española en su artículo 24 establece, dentro de los derechos fundamentales.”

¹⁴⁶ Nas palavras de ROZANSKI (2013): “El denominado “síndrome de alienación parental” (en Adelante SAP), es una de las formas más sofisticadas de incidir en las practicas institucionales y en especial en las que definen situaciones judiciales, para mantener no sólo la constante de abuso y maltrato hacia los niños, sino además, de impunidad hacia sus autores.” Ver: ROZANSKI, Carlos. *El síndrome de alienación parental (SAP) y otras formas de silenciar niños abusados*. Espanha: Revista Infancia, Juventude y Ley, n. 4, 2013. Disponível em: < <http://paip-publicaciones.blogspot.com/p/infancia-juventud-y-ley.html> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

¹⁴⁷ Apenas muito recentemente, em julho de 2018, a OMS resolveu registrar o termo “alienação parental” no CID-11, mas não como síndrome, e sim como problemas relacionais entre a criança e seu cuidador/a. Ver: INSTITUTO Brasileiro de Direito de Família. *OMS reconhece a existência do termo Alienação Parental e o registra no CID-11*. Assessoria de Comunicação do IBDFAM, publicado em: 8 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/>> Acesso em: 30 de agosto de 2018.

¹⁴⁸ BERNET, William; BAKER, Amy J. L. *Parental Alienation, DSM-5, and ICD-11: Response to Critics*. The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, vol. 41, issue 1,

Dessa forma, embora a alienação parental tenha sido reconhecida pela jurisprudência de pouquíssimos países e rejeitada por grande parte das instituições internacionais, foi transformada em lei no contexto brasileiro, tornando-se “verdade incontrastável”.¹⁵⁰ A lei brasileira, pois, não se utiliza da terminologia da SAP, mas é explícita em conceituar como alienação parental apenas os atos realizados pelos genitores “alienadores”, desconsiderando quaisquer outros fatores que possam alterar ou induzir o comportamento da criança ou adolescente. Destarte, nos termos da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, a alienação parental recebeu a seguinte definição para o mundo jurídico brasileiro:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.¹⁵¹

Nas palavras da jurista Bruna Barbieri Waquim¹⁵², a lei brasileira “se preocupa com o *ato de Alienação Parental* (como constelação de comportamentos) ao mesmo tempo em que reconhece que sua consequência direta é a produção de interferência psicológica”. Isto é, a lei trata prioritariamente do comportamento do “alienador” e como pode influenciar a convivência e as relações familiares. Na sequência, inclusive, traz um rol exemplificativo dos atos caracterizados como alienação parental, a serem identificados no caso concreto pelo Juízo ou pela perícia realizada nos autos:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
II - dificultar o exercício da autoridade parental;
III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

março/2013, p. 98-104. Disponível em: < <http://jaapl.org/content/41/1> > Acesso em: 30 de agosto de 2018.

¹⁴⁹ ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NEUROPSIQUIATRIA. Declaración de la Asociación Española de Neuropsiquiatria en contra del uso clínico y legal del llamado Síndrome de Alienación Parental. Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria, vol. 30, n. 107, setembro/2010, p. 535-549. Disponível em: < <http://www.revistaaen.es/index.php/aen/article/viewFile/16095/15953> > Acesso em: 30 de agosto de 2018.

¹⁵⁰ FERREIRA, ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 114-115

¹⁵¹ BRASL, 2010, *Op. Cit.*

¹⁵² WAQUIM, 2016, *Op. Cit.*, p. 5,

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Com a positivação da lei, assim, o debate sobre a alienação parental foi trazido para o cenário brasileiro, tanto por iniciativa de instituições que defendem a aplicação da lei pelos tribunais¹⁵³, quanto pelas críticas levantadas pelos movimentos e organizações feministas, de que tratei no capítulo anterior. Porém, como questionado pelas professoras Paula Inez Cunha Gomide e Ana Carla Harmatiuk Matos¹⁵⁴ em estudo sobre a temática, a promulgação da lei nº 12.318/2010 no Brasil urge para o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas acerca da questão, impedindo que haja um “uso abusivo e falso da alegação de alienação parental quando nada há ou quando há uma proteção adequada da criança.”¹⁵⁵

Afinal, ocorre com frequência que a discussão em torno da alienação parental no Brasil é deslocada da consideração do contexto familiar, tendo a/o infante como centro, para os comportamentos e atitudes do “genitor-alienador” que podem ser identificadas como alienação parental. Chega-se ao ponto do jurista e advogado Eduardo de Oliveira Leite¹⁵⁶ ressaltar que “a produção de efeitos” é irrelevante para a caracterização da alienação parental, de modo que a prática do ato considerado alienante, por si só, configura em ilícito civil, não sendo necessário que produza consequências nas relações entre a criança e o “genitor-alienado”. Para o autor, isso

¹⁵³ Nas palavras de CRUZ e WAQUIM (2014, p. 2): “Recentemente, a discussão sobre Alienação Parental ganhou espaço no cenário das mídias e políticas brasileiras, por iniciativa principalmente da Associação dos Pais e Mães Separados, em sua luta pela divulgação sobre os males da SAP e sobre a importância da adoção da guarda compartilhada na separação dos casais, como forma de prevenir a prática da síndrome em questão”. Ver: CRUZ, Mônica da Silva; WAQUIM, Bruna Barbieri. *Os entrelugares do sujeito no discurso: conjugalidade e parentalidade na alienação parental*. Revista de Direito Privado, vol. 57, janeiro-março/2014, p. 215-232.

¹⁵⁴ As autoras (GOMIDE; MATOS, 2016), em artigo bem lúcido sobre o assunto, buscaram traçar um diálogo interdisciplinar sobre a alienação parental, de modo a aprofundar a discussão e perceber as dificuldades enfrentadas por psicólogos/as e operadores/as do direito. O artigo também se foca em explorar outros fatores que levam ao afastamento de infantes de seus genitores, que muitas vezes são identificados como alienação parental, mas na realidade fazem parte de um conjunto maior de violências ocorridas no contexto familiar.

¹⁵⁵ GOMIDE, MATOS, 2016, *Op. Cit.*, p. 129.

¹⁵⁶ LEITE, Eduardo de Oliveira. *A lei de alienação parental e a responsabilidade do poder judiciário*. Revista de Direito de Família e das Sucessões, vol. 3, abril-março/2015, p. 2.

significa que o Judiciário deve agir de forma preventiva, impedindo que ocorram os efeitos da alienação parental.

O problema desse ponto de vista é que, por mais que se use como argumento a proteção integral da criança e do adolescente, a própria leitura dos textos de Gardner e seus/suas seguidores/as pelos/as juristas acaba ficando distorcida, uma vez que se confundem os conceitos de “alienação parental” com a SAP. De forma geral, o mundo jurídico tende a definir a alienação parental como a “utilização de artifícios” pelos/as alienadores/as (com base nos incisos do artigo 2º da lei) para “neutralizar o exercício da autoridade parental do genitor não guardião”, limitando seus deveres de criação e educação¹⁵⁷. Para o juiz Elizio Luiz Perez¹⁵⁸, o uso dessa definição é justificado, já que a intenção da lei não foi tratar da alienação parental como patologia, mas tão somente reconhecer que é uma conduta que merece intervenção judicial.

Nesse contexto, Ana Maria O. Souza e Ricardo M. Barreto¹⁵⁹ descrevem a alienação parental enquanto *meio* de realização da campanha difamatória pelo/a alienador/a, sendo a SAP o efeito causado no/a infante.¹⁶⁰ Por sua vez, as pesquisadoras Bruna Lyra Duque e Letícia Durval Leite¹⁶¹ entendem a SAP como um *agravamento* das circunstâncias da alienação parental, que se daria em um momento posterior, por desistência do/a alienado/a, ou pela falta de meios para manutenção dos vínculos afetivos. Em geral, a justificativa que se dá para o início do processo de alienação parental é o contexto de fim do relacionamento conjugal e afetivo dos/as genitores/as.

¹⁵⁷ TEIXEIRA; RODRIGUES, 2016, *Op. Cit.*

¹⁵⁸ PEREZ, Elizio Luiz. *Breves comentários acerca da lei da alienação parental* (Lei 12.318/2010). Em: DIAS, Maria Berenice (Org.). *Incesto e Alienação Parental: realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011., p. 67.

¹⁵⁹ SOUZA, Ana Maria O.; BARRETO, Ricardo M. Síndrome de alienação parental, falso abuso sexual e guarda compartilhada: a necessidade de uma observação jurídica transdisciplinar. *Espaço Jurídico*, vol.12, n. 1, 2011, p. 72-73.

¹⁶⁰ De acordo com SOUZA e BARRETO (2011, p. 71), a SAP “é uma doença que surge em crianças no contexto de disputas pela custódia dos filhos, sendo o resultado direto da combinação da programação (lavagem cerebral) de crianças pelo pai alienante e contribuições das próprias crianças a uma campanha de difamação contra o genitor alienado”.

¹⁶¹ Nesse tema, DUQUE e LEITE (2016, p. 6) consideram que: “Consumada a alienação, perante a desistência do genitor, responsável ou familiar alienado ou pela falta ou desistência de meios para a conservação do relacionamento, torna-se possível a instauração da doença na criança ou no adolescente, o que originará sequelas, em sua maioria, irreversíveis, comprometendo o desenvolvimento destes indivíduos”. Ver: DUQUE, Bruna Lyra; LEITE, Letícia Durval. Dever fundamental de afeto e alienação parental. *Revista de Direito de Família e das Sucessões*, vol. 7, janeiro-março/2016, p. 15-31.

Na esmagadora maioria das vezes, assim, a explicação é que a alienação parental ocorre nas hipóteses de “guerra da conjugalidade”, expressão utilizada pelas juristas Ana Carolina Brochado Teixeira e Renata de Lima Rodrigues¹⁶². Os/as autores/as aduzem, nesses casos, que é comum nos litígios do direito das famílias observar a inclusão dos/as filhos/as no conflito do casal¹⁶³, alertando para a necessidade de “auxiliar os pais num trabalho de discriminação entre seus conflitos conjugais mal elaborados e as necessidades da criança.”¹⁶⁴ Isso porque a “guerra de conjugalidade” entre os genitores tem efeitos danosos, que são experimentados pelos infantes.¹⁶⁵

Identifica-se, portanto, que a alienação parental surge nesse contexto de ruptura do casal, no qual evidentemente as relações de conjugalidade estão em um estágio de conflito. Elabora-se que a alienação parental decorre dos sentimentos - como raiva, mágoa, desilusão e inconformismo com o fracasso da relação¹⁶⁶ - acumulados nesse processo. Dentre esses sentimentos, cita-se também o “desejo de vingança e de rivalidade”¹⁶⁷ do genitor-alienador, que pode surgir em decorrência do/a ex-companheiro/a começar um novo relacionamento amoroso com outra pessoa.¹⁶⁸ Sobre o assunto, Souza e Barreto¹⁶⁹ mencionam que a inserção do inciso I do artigo 2º da Lei nº 12.318/2010¹⁷⁰ vem desse contexto de separação conjugal, fomentando “indutores comportamentais por parte do progenitor alienante em desqualificar e tornar o genitor alienado inapto para a guarda compartilhada”.¹⁷¹

Nessas condições, de acirrada disputa conjugal, entende-se que há uma quebra de comunicabilidade entre os cônjuges¹⁷² - que pode inclusive levar a uma

¹⁶² TEIXEIRA; RODRIGUES, 2016, *Op. Cit.*, p.13.

¹⁶³ AZAMBUJA, Maria Regina Fay de.; TELLES, Lisieux E. de Borba; DAY, Vivian Peres. *A alienação parental à luz do direito da criança*. Revista de Direito da Infância e da Juventude, vol. 1, janeiro/2013, p. 83 *et seq.*

¹⁶⁴ AZAMBUJA; TELLES; DAY, 2013, *idem*, p. 6.

¹⁶⁵ TEIXEIRA; RODRIGUES, 2016, *idem*, p.13.

¹⁶⁶ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Alienação Parental: a tragédia revisitada*. Revista de Direito de Família e das Sucessões, vol. 1/2014, julho-setembro/2014, p. 61-81.

¹⁶⁷ FERNANDES, Maysa Meireles; CARDONE, Rachel dos Reis. *Alienação parental e o dano moral na relação familiar*. Revista de Direito e Família e das Sucessões, vol. 7, janeiro-março/2016, p. 77-94.

¹⁶⁸ FERNANDES; CARDONE, 2016, *idem*, p. 2.

¹⁶⁹ SOUZA; BARRETO, 2011, *Op. Cit.*, p. 73.

¹⁷⁰ Dispõe o inciso mencionado: “I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade”.

¹⁷¹ SOUZA; BARRETO, 2011, *ibidem*, p. 73.

¹⁷² DUQUE; LEITE, 2016, *Op. Cit.*, p. 5.

certa inimizade entre eles/as¹⁷³ - fazendo com que um/a dos genitores transfira seus sentimentos de frustração para os/as filhos/as, propositalmente ou não, o que pode levar ao afastamento do outro/a genitor/a¹⁷⁴. Portanto, a vítima desses conflitos acaba sendo os/as filhos/as, que podem ser usados/as como “instrumento de litígio” ou “instrumento de vingança”, prejudicando psicologicamente a criança ou adolescente, já que, por ter apenas o intuito de se vingar do ex-parceiro, o genitor-alienador confunde conjugalidade com parentalidade.¹⁷⁵

Nessa senda, aqui se problematiza que os discursos jurídicos reforçam uma ideia de que a mulher é a principal causadora do fenômeno da alienação parental, atribuindo às mães, principalmente, o papel de *alienadoras*. As juristas Maysa M. Fernandes e Rachel dos Reis Cardone¹⁷⁶, por exemplo, descrevem que a alienação parental se inicia “quando o genitor, na maioria dos casos a mãe, impõe ao/a filho/a restrições contra o outro genitor, normalmente o pai, quando há dissolução do convívio conjugal.” Ainda, Leite¹⁷⁷ identifica que o “cônjuge alienador” pode ser tanto a mãe quanto o pai, mas destaca que “no caso brasileiro, se manifesta principalmente no ambiente materno, devido à tradição brasileira de que a mulher é mais indicada para exercer a guarda dos filhos”, enquanto o “cônjuge alienado” é “quase sempre o pai”.

No mesmo sentido, as pesquisadoras Mônica da Silva Cruz e Bruna Barbieri Waquim¹⁷⁸ afirmam que geralmente é a mãe o “agente alienador”, porque ela compete pela guarda dos/as infantes na ocasião da separação e induz a alienação parental, por meio de uma campanha de difamação contra o pai, devido a, na maioria das vezes, “frustração pelo fim do relacionamento, pelo ciúme do novo relacionamento do ex ou ainda como vingança”. A separação, assim, geraria na mãe

¹⁷³ PEDROSO, Susana da Silva Rodrigues; COPATTI, Livia Copelli. *A guarda compartilhada e a mediação como soluções para prevenir a alienação parental e garantir o direito à convivência familiar*. Revista dos Tribunais do Sul, vol. 4, março-abril/2014, p. 75-89.

¹⁷⁴ DUQUE; LEITE, 2016, *Op. Cit.*, p. 5.

¹⁷⁵ PEDROSO; COPATTI, 2014, *ibidem*, p. 4-7.

¹⁷⁶ FERNANDES; CARDONE, 2016, *Op. Cit.*, p. 5.

¹⁷⁷ LEITE, (2014, p. 2-3) por sua vez, define alienação parental: “a partir de 1980, na qualidade de psiquiatra infantil, Gardner observou o número crescente de crianças que hostilizavam pais, até então queridos. O psiquiatra constatou que este distúrbio infantil surge no contexto dos divórcios quando se acirra a disputa pela posse e guarda dos filhos, manifestando-se por meio de uma campanha de difamação (denigration) que a criança realiza contra um dos genitores, sem qualquer razão para justificá-la. Ou seja, o filho é programado (pelo genitor alienador) para que odeio o genitor visitante (alienado). Uma campanha lenta e paulatina é levada a efeito para desmoralizar o genitor alienado e o filho é utilizado como instrumento de revanche ao parceiro.”

¹⁷⁸ CRUZ; WAQUIM, 2014, *Op. Cit.*, p. 215-232.

esses sentimentos de abandono e rejeição, contribuindo para sua tendência vingativa. Por esse motivo, ao não conseguir superar os traumas da separação, a mulher daria início a um processo de destruição, desmoralização e descrédito do ex-cônjuge.¹⁷⁹

Nesse panorama, é traçado um perfil da mulher “ciumenta e vingativa”, bastante reproduzido pela doutrina. A alienadora é vista como manipuladora, que realiza uma “lavagem cerebral” nos filhos/as para se vingar do ex-parceiro; acusam-na, pois, de confundir conjugalidade com maternidade, utilizando as crianças como instrumento para atingir o outro.¹⁸⁰ Em outras palavras, os textos descrevem uma campanha da mãe para fazer com que o/a filho/a tenha raiva do pai, porque sofreu demasiadamente com o término da relação e/ou se sentiu abandonada.¹⁸¹ Nesses casos, a alienação parental é identificada como uma forma nociva de vingança e revanchismo contra o ex-companheiro por meio dos filhos/as, tudo porque se sente traída e magoada.¹⁸²

O pesquisador Mário Henrique C. P. de Oliveira¹⁸³ identifica, nesse contexto, que há também um direcionamento da “campanha de difamação” contra o/a nova/a companheiro/a do genitor alienado, fazendo com que os/as filhos/as desenvolvam uma rejeição a essa pessoa, que é apoiada pela alienadora “ao incutir na concepção dos filhos que a nova companheira do genitor busca tomar o seu lugar como mãe”. Destaca-se, nesse ponto, que, por mais que os textos, de maneira geral, descrevam o fenômeno de modo a não atribuir gênero à parte alienadora, os exemplos dados do cônjuge que se sente abandonado e traído e, portanto, propenso a comportamento ciumento e vingativo, são sempre de mulheres, como no caso destacado descrito por Oliveira, citado acima. Se por um lado, então, trata-se genericamente da questão da vingança contra o ex-parceiro, por outro, ao buscar concretizar a situação, a doutrina recorre a descrever um comportamento feminino.

A título exemplificativo, destacam-se os seguintes trechos:

¹⁷⁹ DIAS, Maria Berenice. *Síndrome da alienação parental: o que é isso?* Em: Associação de Pais e Mães Separados (Org.). *Síndrome da alienação parental: a tirania do guardião. Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008, p. 11.

¹⁸⁰ PEDROSO; COPATTI, 2014, *Op. Cit.*, p. 7.

¹⁸¹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. *Alienação parental: uma interface do direito e da psicologia*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 61.

¹⁸² OLIVEIRA, Mario Henrique C. P. *A alienação parental como forma de abuso à criança e ao adolescente*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

¹⁸³ OLIVEIRA, 2012, *idem*, p. 129.

Não poupava o filho do seu ódio em relação ao ex-marido em momento algum. Na recepção do consultório falou, na frente do filho, que o pai não presta, que não quer saber dos filhos/as, que os abandonou.¹⁸⁴

E ainda sobre o tema temos de analisar outra ótica: quando uma mãe impede um parente de seu ex-companheiro de visitar seus filhos/as ela provoca danos aos filhos/as (...) a detentora da guarda usa de mágoa, rancor e da própria guarda para atingir o ex-companheiro, assim cria um verdadeiro ambiente de terror em relação às visitas.¹⁸⁵

Algumas meninas, identificadas com sua mãe, por exemplo, repetem as falas maternas agressivas dirigidas ao ex-parceiro, como: “Homem não presta!” Alienadas ao que escutam, afirmam: “Quando eu crescer não quero casar”. Desse modo evitam contato com o genitor visitante, contaminadas pelas verbalizações de descrédito, humilhantes e acusadoras dirigidas ao pai, que contribuem para que as filhas construam imagens ruins e deformadas do genitor, e dessa maneira passam a enquadrar os homens e futuros parceiros nessa categoria deprimente e desvalorizada transmitidas sob o olhar e discurso materno.¹⁸⁶

Nesse último trecho, identifico mais alguns traços da discriminação de gênero presente nos discursos sobre a alienação parental: uma grande preocupação no texto, por exemplo, é a possibilidade das meninas não “quererem casar”, sugerindo que o casamento é (e deve ser) um desejo delas por pertencerem ao gênero feminino. Ainda, infere-se que esse desejo de se casar – ou, ao menos, ter uma relação conjugal – deve ser com um homem, reforçando a heteronormatividade dos enunciados sobre as estruturas familiares. Observa-se, mais uma vez, portanto, a atribuição de estereótipos de gênero pela doutrina ao tratar da alienação parental. Além disso, é notável como o exemplo utilizado (sobretudo nesse último trecho) trata dos efeitos dos discursos da *mãe* enquanto alienadora – o texto não menciona como seria o contexto inverso e quais os possíveis discursos a serem utilizados pelo genitor contra a ex-parceira.

¹⁸⁴ BUOSI, 2012, *Op. Cit.*, p. 103.

¹⁸⁵ GONÇALVES, Antonio Baptista. *O alerta das consequências da síndrome de alienação parental para as crianças e adolescentes*. Revista de Direito da Infância e da Juventude, vol. 4, julho-dezembro/2014, p. 309-343.

¹⁸⁶ DUARTE, Lenita Pacheco L. *Alienação parental: inocente, vítima ou sedutora*. Em: DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 114.

Desse modo, “culpar a mãe” acaba se tornando uma solução simples para um problema muito mais complexo.¹⁸⁷ Isso porque, enquanto a culpa recair sobre um indivíduo, basta tomar medidas que neutralizem a atuação desse indivíduo para solucionar o problema. As circunstâncias da alienação parental, porém, estão inscritas em uma estrutura maior de violência e desigualdade no âmbito familiar. Ademais, há de se considerar todas as situações geradas pela dissolução dos laços conjugais, inclusive os possíveis litígios judiciais para regulamentar as questões de guarda, visitação e alimentos.

Noutra senda, ainda que considere o fator “conflitos conjugais” como importante para determinar as relações de parentalidade, é problemática a visão da alienação parental como causa direta de meros sentimentos de “mágoa” ou “vingança” em relação ao fim de um relacionamento. É preciso que a responsabilidade parental, compartilhada pelos genitores, esteja inserida em um contexto complexo de distribuição das relações de poder, “marcadas pelas construções socioculturais sobre o feminino e masculino, restando, ainda, às mães exceder os limites de responsabilização pela prole.”¹⁸⁸ Por conseguinte, essa realidade precisa ser pensada a partir dos desafios trazidos por uma sociedade construída sobre a ambivalência dos papéis feminino e masculino, na qual a igualdade de acesso ao trabalho digno e o cuidado cotidiano com as crianças ainda não foi concretizada.¹⁸⁹

2.2 LAÇOS JURÍDICOS DA MATERNIDADE: A MULHER ENTRE GUARDIÃ E “ALIENADORA”

Como questionado anteriormente, no Brasil, há uma aceitação por grande parte da doutrina¹⁹⁰ que o fenômeno da alienação parental é causado

¹⁸⁷ WOOD, 1994, *Op. Cit.*, p. 1386.

¹⁸⁸ GOMIDE; MATOS, 2016, *Op. Cit.*, p. 148.

¹⁸⁹ GOMIDE; MATOS, 2016, *idem*, p. 147.

¹⁹⁰ Sobre essa questão, importante fazer aqui um apontamento. Em vários trabalhos que li sobre o tema (artigos científicos, mas também dissertações e livros), tem-se a constatação de que as mulheres são maioria das alienadoras com base em dados estatísticos do IBGE de 2002. No entanto, como não consegui encontrar a fonte direta dos dados, investiguei como que eles estavam sendo citados nos textos e percebi que os/as autores/as faziam referência à produção de Denise Maria Perissini da Silva, na obra “Guarda Compartilhada e Síndrome da Alienação Parental” (2ª edição publicada em 2011), quando citavam os dados. Em seu livro, por sua vez, a autora pontua o seguinte: “segundo pesquisa do IBGE, feita em 2002, 91% dos casos de alienação parental são praticados por mulheres” (p. 56). Essa informação, contudo, não está nos dados disponibilizados no IBGE, e seria

majoritariamente por mulheres, porque são elas quem normalmente detêm a guarda unilateral dos/as infantes. Enxerga-se, assim, que quem permanece com a guarda após a separação é quem irá exercer uma “influência negativa” nas crianças e adolescentes, pela proximidade e exclusividade dos vínculos estabelecidos. Gonçalves¹⁹¹ pontua, sobre o assunto, que na maioria dos casos, “talvez por uma questão cultural”, é a mulher quem permanece com a guarda e, portanto, vai manter vínculos mais estreitos com seus/suas filhas/os, deixando os pais, “às margens da vida da criança”, mais suscetíveis de serem alienados.

Nesse sentido, minha intenção neste tópico é desenvolver a “questão cultural” que com certeza incide nos casos de separação de casais. Tenho em mente, nesse panorama, que embora o direito das famílias não se apresente, *a priori*, como “ferramenta de exclusão das realidades destoantes do padrão moral dominante”¹⁹², o tratamento jurídico dado às questões como a divisão sexual entre os papéis afetivo e econômico continua – por sua pretensa neutralidade e indiferença – a reproduzir as desigualdades sociais.

No seu primeiro artigo escrito sobre a questão da alienação parental, Gardner deixa explícito que há dois fatores que operavam, à época, nos casos litigiosos de guarda, que contribuíram diretamente para o “crescimento” do fenômeno, e esses dois fatores estão relacionados às questões de gênero. O primeiro fator identificado por Gardner é a aceitação, pelos tribunais, de que os genitores homens poderiam também pleitear a guarda de seus filhos, descartando-se a teoria de que as mães, por serem mulheres, eram automaticamente consideradas como a genitora preferencial para a concessão da guarda – essa preferência, inclusive, é chamada por Gardner de “sexista”, implicando que haveria uma discriminação contra homens na aplicação da referida teoria. O segundo fator nomeado pelo autor é a crescente popularidade, no contexto estadunidense, da aplicação da guarda compartilhada.¹⁹³

estranho se estivessem, uma vez que a alienação parental ainda não havia sido reconhecida por lei em 2002 (mesmo nas pesquisas posteriores a 2010, o IBGE não incluiu a alienação parental como dado analisado em suas pesquisas). Concluo, assim, que provavelmente a autora deduziu esse número dos dados referentes a concessão de guarda dos/as infantes – pelas informações prestadas pelo IBGE, afinal, “em sua grande maioria, a responsabilidade da guarda dos filhos menores era das mães (91,8% nas separações e 89,7% nos divórcios)”. Os dados, portanto, foram “deduzidos” pela autora e reproduzidos de forma irresponsável por grande parte da doutrina, que não se atentou para as fontes utilizadas na pesquisa. Dados do IBGE disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2002_v29.pdf>

¹⁹¹ GONÇALVES, 2014, *Op. Cit.*, p.11.

¹⁹² OLIVEIRA, 2015, *Op. Cit.*, p. 19.

¹⁹³ GARDNER, 1985, *Op. Cit.*

Menciono esses dois fatores, trazidos por Gardner, como importantes porquanto estão relacionados à desigualdade de gênero reproduzida na aplicação judicial do instituto de guarda, ainda hoje no contexto brasileiro. Nos seus primeiros estudos, o autor buscou quebrar a premissa de que a mãe é mais adequada para exercer a guarda dos/as infantes após a separação conjugal, manifestando que essa é uma premissa sexista, para reafirmar a observância do princípio do melhor interesse da criança. A seu ver, contudo, a quebra dessa premissa e a possibilidade da aplicação da guarda compartilhada ou da concessão da guarda exclusiva ao genitor levaram as mulheres a passarem a utilizar manobras absurdas com a finalidade de evitar o rompimento dos vínculos com seus/suas filhos/as, o que poderia levar à ocorrência da síndrome da alienação parental.¹⁹⁴

Dessa forma, na visão de Gardner, a princípio, na maioria das vezes, as mães são as alienadoras e os pais são vítimas das campanhas de difamação, de modo que, constantemente em seus primeiros textos, o autor se refere ao “genitor-alienador” como “mãe” e “genitor-alienado” como “pai”. Posteriormente, porém, ele se retrata de seu posicionamento de que o induzimento da SAP era predominante nas mulheres, chegando a afirmar que o fenômeno é realizado de forma paritária por mulheres e homens, principalmente a partir da década de 1990, com o aumento de concessão da guarda exclusiva aos pais.¹⁹⁵

Essa concepção do autor está relacionada a um discurso de certa forma predominante nas doutrinas jurídicas de que, sobretudo com as mudanças legislativas provocadas pelos movimentos feministas no final do século passado, a igualdade de gênero refletiu na aplicação do direito das famílias; isto é, no que diz respeito à concessão da guarda de infantes, mulheres e homens estariam dividindo as responsabilidades de modo igualitário. É comum que se refira no *pretérito* a uma situação na qual a mulher era a única, ou principal, responsável pelos cuidados do lar e com as crianças. Por exemplo, Rolf Madaleno¹⁹⁶ entende que, historicamente, a guarda dos/as filhos/as, na hipótese de separação, foi maciçamente outorgada à mãe devido ao contexto social e familiar existente “em um período em que a mulher

¹⁹⁴ CORRÊA, 2016, *Op. Cit.*, p. 23-25.

¹⁹⁵ De acordo com CORRÊA (2016, p. 37), Gardner realizou essa retratação em 1999, em seu artigo “The Parental Alienation Syndrome: a guide for Creative Therapeutics, mental health and legal professionals.”

¹⁹⁶ MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. 6 ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

não trabalhava e costumava ter tempo para se dedicar inteiramente ao lar e aos filhos.” No mesmo sentido, Rodrigo da Cunha Pereira¹⁹⁷ atribui que o papel de criação de filhas/os estava intrinsecamente vinculado à figura materna, em um tempo no qual a mulher estava relegada aos limites do lar.¹⁹⁸

Outrossim, Duarte – tratando da alienação parental – assevera que no contexto atual a maternidade e suas formas de exercê-la é uma decisão que está “nas mãos” da mulher, que estaria emancipada e livre para escolher se deseja ou não ter filhos/as. Essa circunstância, segundo a autora, significa que as mães estão em situação de “preponderância de fato, se não de direito” em relação à guarda dos/as infantes, em detrimento do pai, devido à “valorização do cultuado instinto materno”. Ela aponta essa condição como problemática porque em sua concepção a figura paterna é igualmente importante na vida dos/as filhos/as e a “dificuldade emocional de algumas mulheres em aceitar tal condição de paridade” desperta reações negativas, podendo desencadear o processo de alienação parental.¹⁹⁹

Ainda, destaca-se a observação de Cruz e Waquim sobre o tema:

As alternâncias nesses papéis [de mãe e pai] podem ser visualizadas particularmente nas situações de litígio judicial pela guarda dos filhos, e que ainda remanesce o mito do primado materno, que deixa transparecer a cultura firmada no Brasil de que as mulheres são naturalmente propensas ao cuidado de menores, gerando, em consequência, o afastamento entre pais e filhos após a ruptura da sociedade conjugal. A grande observação de Richard Gardner, nesse contexto, foi vislumbrar de que forma o genitor que ficava com a guarda dos filhos utilizava esse contato para prejudicar o ex-parceiro, manipulando o afeto das crianças e adolescentes para rejeitarem o outro genitor, em busca de vingança ou como moeda de troca para auferir vantagens.²⁰⁰

O posicionamento dessas autoras, entretanto, deve ser encarado com cautela. Ao mesmo tempo em que é possível afirmar que a sociedade passa por um processo de transformações nas relações familiares (atrelado, sem dúvida, a atuação e disseminação dos movimentos feministas e LGBTI+), essa “emancipação” das mulheres comentada ainda não faz parte da realidade brasileira, em especial

¹⁹⁷ PEREIRA, Rodrigo da C. Princípios fundamentais norteadores do direito de família. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p.155.

¹⁹⁸ Vale comentar, aqui, que embora esse entendimento seja usual na doutrina do direito das famílias, ele não está de todo adequado, porque, conforme já explicado, a realidade e as condições de vida das mulheres brasileiras variam de acordo com sua inserção social.

¹⁹⁹ DUARTE, 2011, *Op. Cit.*, p. 105.

²⁰⁰ CRUZ; WAQUIM, 2014, *Op. Cit.*, p. 2.

quando se percebe as diferentes condições de classe e raça. Além disso, na apreensão jurídica das relações familiares, a função primordial de criação e educação dos filhos tende a ser delegada às mulheres. Apesar de haver, na atualidade, uma tendência de desconstrução da função materna e da função paterna, o útero continua definindo o lugar das mulheres como mães.²⁰¹

Essa rigidez dos papéis familiares, por mais que esteja em constante transformação e desconstrução, manifesta-se na operação do direito das famílias. Há certa resistência em desassociar o cuidado dos filhos a uma função praticamente exclusiva (ou, pelo menos, principal) das mulheres no âmbito familiar.²⁰² Do mesmo modo, continua-se pensando o direito a partir da condição binária dos gêneros, reproduzindo os discursos de que a criança precisa de uma “figura materna” e uma “figura paterna” para seu desenvolvimento – o que reforça a visão tradicional de família e exclui as configurações familiares formadas por pessoas LGBTI+.

Assim, mesmo no “contexto de afirmação de igualdade constitucional de gênero”,²⁰³ permanece a atribuição, na aplicação do direito das famílias, das funções afetivas e de cuidado às mulheres. Nas palavras de Leite²⁰⁴, impera no Judiciário brasileiro uma “ideia preconceituosa” de que a mãe é sempre boa para seus filhos e, portanto, sempre apta ao exercício da guarda.²⁰⁵ Cabe destacar, todavia, que essa “ideia preconceituosa” não corresponde a uma interpretação favorável da legislação

²⁰¹ MATOS, 2000, *Op. Cit.*, p. 26.

²⁰² CARBONERA, 2013, *Op. Cit.*, p. 54.

²⁰³ CARBONERA, 2013, *idem*, p. 53.

²⁰⁴ O mesmo autor afirmou, em outra oportunidade (LEITE, 2014, p. 11-12): “No Brasil, apesar de todas as tentativas legais no sentido de igualar os direitos dos pais em relação aos filhos, raramente se defere a guarda ao pai, comprometendo-se as conquistas da legislação anterior à Lei de Alienação Parental. Os preconceitos levam a desqualificar o pai no interesse do filho. Excepcionalmente a guarda é deferida a um pai e o argumento sempre repetido, é o de que a mãe esta mais habilitada a exercer a guarda e educação dos filhos. Claro está que o panorama nacional começa a mudar, mas as alterações neste sentido ainda são insignificantes. Quando um pai luta para obter a guarda de um filho todos os motivos invocados são interpretados de modo negativo. Evelyn Sullerot arrolou alguns dos preconceitos que levam a desqualificar o pai no interesse do filho. Assim, ‘o homem que pede o divórcio age por egoísmo, enquanto a mulher pensa nos seus filhos. Um homem não pode, espontaneamente, querer educar sozinho seus filhos: se ele pede a guarda é para prejudicar a mulher. Os filhos não podem, espontaneamente, querer viver com seu pai: se eles exprimem este desejo, é porque eles foram manipulados. Sempre se suspeita de um homem que quer a guarda de sua filha: não há qualquer coisa de incestuoso neste desejo? A um pai que se sai bem profissionalmente retruca-se sempre que, com seu trabalho, ele não conseguirá se ocupar dos filhos. Se ele alega preferir seus filhos à sua carreira, ele é taxado de fracassado. Se o pai chora ou exprime uma forte emoção, é um homem frágil, depressivo, talvez psicopata. Se ele assiste, calmo, as lágrimas de sua mulher, é um insensível. Se ele declara que pretende trocar seus horários, trabalhar menos para ter tempo para seus filhos, todos o dissuadem da pretensão. Ele trabalha demais, ou não trabalha suficientemente...”

²⁰⁵ LEITE, 2015, *Op. Cit.*, p. 9-10.

em benefício das mulheres, como o autor leva a entender. Pelo contrário: trata-se de um dado cultural a que as mulheres estão submetidas, afetando-as ainda de modo diferente conforme sua condição social.

Como assevera a jurista Silvana Maria Carbonera²⁰⁶, permanecem as decisões judiciais que levam em conta unicamente o sexo do/a genitor/a para decidir com quem ficará a guarda²⁰⁷. Mesmo quando se utiliza o critério de que a guarda deve ser atribuída para quem tiver as “melhores condições”, não se alterou o elevado número de casos em que é unilateralmente concedida às mães, porque os comportamentos considerados “maternais” funcionam como fator fundamental da decisão judicial.²⁰⁸ Em termos estatísticos, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016 indicam que em aproximadamente 74,4% dos casos de definição de guarda pós-separação há a atribuição da guarda de forma unilateral para a mãe.²⁰⁹ Além disso, a guarda unilateral é ainda a modalidade mais aplicada pelos magistrados, apesar das alterações legislativas previstas pelas leis nº 11.698/2008 (instituiu a preferência pela guarda compartilhada) e nº 13.058/2014 (determinou a obrigatoriedade da aplicação dessa modalidade).²¹⁰ Nessas condições, a figura paterna é reduzida a um “mero visitante sazonal”, tornando-se as visitas, inclusive, mais um motivo de disputa entre os genitores.²¹¹

Nesse panorama, ao refletir sobre a alienação parental, costuma-se destacar a “figura da mãe como alienadora por excelência”²¹², utilizando-se, como justificativa,

²⁰⁶ CARBONERA, Silvana M. *Guarda dos filhos na família constitucionalizada*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2000, p. 148.

²⁰⁷ Nas palavras de LÔBO (2011, p. 190), a guarda “consiste na atribuição a um dos pais separados ou a ambos dos encargos de cuidado, proteção, zelo e custódia do filho”. CARBONERA (2000, p. 47-48), por outro lado, define a guarda como “instituto jurídico através do qual se atribui a uma pessoa, o guardião, um complexo de direitos e deveres, a serem exercidos com o objetivo de proteger e prover as necessidades de desenvolvimento de outra que dele necessite, colocada sob sua responsabilidade em virtude de lei ou decisão judicial”. De acordo com a autora, de forma geral, a guarda decorre de determinação legal, que compreende basicamente a relação paterno-filial, estabelecida pelo vínculo de parentesco. A guarda, assim, nos termos de MADALENO (2015, p. 457), obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.

²⁰⁸ BRITO, Leila Maria Torraca de; GONSALVES, Emmanuela Neves. *Razões e contra-razões para aplicação da guarda compartilhada*. Revista dos Tribunais, São Paulo, vol. 886, agosto/2009, p. 304.

²⁰⁹ Dados disponíveis em: INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Registro Civil* 2016. Rio de Janeiro, vol. 43, 2016. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2016_v43_informativo > Acesso em: 12 de agosto de 2018.

²¹⁰ Cabe mencionar que os dados do IBGE de 2016 indicam que em apenas 16,9% dos casos é deferida a guarda compartilhada.

²¹¹ GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade*. 3. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 182.

²¹² CRUZ; WAQUIM, 2014, *Op. Cit.*, p. 6.

dados que supostamente indicam a prevalência pela guarda materna e o afastamento dos genitores após a separação. Alguns textos²¹³, que procuram aprofundar meramente a discussão, chegam a mencionar a construção social e cultural da maternidade como papel das mulheres. De fato, em muitos casos, no momento de decisão judicial, as mulheres possuem maior probabilidade de serem escolhidas para continuar com a guarda de seus filhos porque sua experiência como mães e com o cuidado da prole, durante o relacionamento do casal, tem peso significativo para os/as juízes/as.²¹⁴

Esses fatores contribuem para a reprodução, pela doutrina, de estereótipos de gênero recorrentes ao tratar da alienação parental. Quando uso o conceito de *estereótipos*, busco evidenciar se os textos reproduzem imagens de mulheres ligadas a seus papéis socialmente atribuídos, relacionadas a seus deveres familiares ou ao imaginário social da mulher emotiva, desequilibrada, ciumenta, por vezes paranoica, nos termos pontuados por Alda Facio²¹⁵. Na minha investigação, observei que essas características – apontadas como “femininas” pela estrutura patriarcal da sociedade - são usadas pela doutrina para descrever a genitora alienadora. A título exemplificativo, aqui destaco: manipuladora, desequilibrada, perversa,²¹⁶ inflexível, baixa autoestima, dominadora, impositiva,²¹⁷ dependente, sedutora²¹⁸, agressiva,

²¹³ CRUZ e WAQUIM (2014, p. 6) dissertam: “apesar de não ser somente a mãe a possível praticante de atos de Alienação Parental, existem razões históricas, culturais e até mesmo psicanalíticas para a predominância de mulheres nessa prática. Historicamente, as mães são as encarregadas do cuidado com os filhos, deixando aos pais o dever de sustento da família. (...) Isso pode ser explicado pelo fato de, na visão da sociedade misógina, a maternidade teria que ser o ápice da vida da mulher, quando ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria (SOUSA: 2010; p. 61-62). De fato, ser mãe e pai implica apropriar-se de um papel social construído historicamente, mas ser mãe, especialmente, está de tal modo inscrito na identidade da mulher que comumente se confundem características maternas com características femininas, e mesmo quando a mulher rompe com o ideal de completude por via da maternidade, não fica livre da cobrança e da pressão social (SOUSA: 2010, p. 61-62).”

²¹⁴ Pontuam nesse sentido: ALEGRE (1999, p. 31), BRITO e GONSALVES (2012, p. 306) e OLIVEIRA (2015, p. 101).

²¹⁵ FACIO, 1999, *Op. Cit.*, p. 211.

²¹⁶ ROSA, Graziela Matos S. S. *Síndrome da alienação parental ou simplesmente vingança*. Paripiranga: Revista Letrando, vol. 2, 2013, p. 5.

²¹⁷ Nas palavras de LEITE (2014, p. 3): “segundo Jorge Trindade, são características do cônjuge alienador: baixa autoestima, hábito contumaz de atacar as decisões judiciais, litigância como forma de manter aceso o conflito familiar e de negar a perda, dominação e imposição, resistência a ser avaliado, recusa ou falso interesse pelo tratamento, entre outros sintomas. Ou seja, o alienador se coloca em posição de supremacia desconsiderando todos os agentes que procuram uma solução ao problema por ele criado. Manipulando a criança e afastando o pai o alienador cria um mundo próprio, mas sobretudo isolado, como forma de impedir o acesso de qualquer pessoa ao filho alienado. Assim agindo, afasta a eventual influência da família e obstaculiza a necessária intervenção do Poder Judiciário.”

instável emocionalmente, paranoica, insegura²¹⁹ - todos termos utilizados para descrever, *genericamente*, o genitor alienador/alienante.

Por outro lado, os genitores alienados são descritos como carinhosos e preocupados com os filhos/as, bem como confusos e impotentes diante do processo de alienação parental.²²⁰ Mesmo sem haver problematização de gênero feita nesses casos, deve-se lembrar que, por serem as mulheres as alienadoras-padrão, há uma atribuição evidente de gênero aos dois perfis. Acerca desse tópico, destaco ainda as considerações de Elizio Perez²²¹: na concepção dele, utiliza-se a nomenclatura “genitor” no texto da lei – podendo se referir tanto ao pai quanto à mãe - justamente para desvincular a alienação parental do debate de gênero. Ele coloca, então, que “embora relevante considerar o contexto de recente perda de espaço a que a mulher fora historicamente destinada, como contrapartida de maior igualdade entre os gêneros e cidadania plena”, não é útil relacionar o ato da alienação parental às relações de gênero, nos discursos traçados sobre o conteúdo da norma. Desnecessário pontuar que, na leitura feminista proposta, essa visão é demasiadamente estrita e desconsidera o contexto estrutural de desigualdade entre mulheres e homens.

Assim, importa a perspectiva feminista justamente para apontar a discriminação de gênero muitas vezes reproduzida pelos textos doutrinários quando esse debate não é considerado. Nessa medida, aponta-se que um dos principais estereótipos reproduzidos está relacionado à construção da figura feminina em torno da naturalização da maternidade ao se considerar que a “alienadora” é de fato a mãe. Chega-se ao ponto, inclusive, de outras expressões utilizadas para fazer referência à alienação parental serem Síndrome da Mãe Silenciosa, Síndrome da Mãe Maliciosa e Síndrome de Medeia.²²² A mãe retratada pela doutrina, em tons gerais, é pintada como egoísta e negligente e destacada como aquela que vai causar dano aos filhos/as, seja por seus comportamentos paranoicos e

²¹⁸ TRINDADE, Jorge. *A síndrome da alienação parental (SAP)*. Em: DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 26-27.

²¹⁹ Como descreve DUARTE (2011, p. 11): “muitas vezes nos defrontamos com pais controladores, agressivos, que apresentam traços paranoicos, instabilidade emocional, insegurança ou mesmo denotando uma estrutura perversa nem sempre evidente.”

²²⁰ OLIVEIRA, 2012, *Op. Cit.*, p. 134-135.

²²¹ PEREZ, 2011, *Op. Cit.*, p. 65-66

²²² ANDRADE, Denise Almeida de. *A alienação parental e as relações familiares no Brasil*. Em: MENEZES, Joyceane B.; MATOS, Ana Carla H. (Org.). *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 671-697.

controladores, seja por se considerar que ela “apenas se importa com seus próprios interesses”.

Como exemplo, destaco o seguinte trecho:

(...) conseguiu uma gravação em que as crianças desmentiam tudo o que estava na primeira gravação e, nos depoimentos das crianças, o juiz descobriu que tudo não passou de armação da mãe, como estratégia para vingar-se do ex-marido. O juiz, em sua sentença, discorreu sobre a doença mental da mãe, sobre o perigo que ela representava para a educação dos filhos/as, mas ressaltou que eles não podiam ser privados da presença e do afeto materno. Entendeu que o erro da mulher foi por mera futilidade, mas não desconsiderou sua doença mental.²²³

O egoísmo, nesses casos, é relacionado à mãe controladora, que não suporta viver sem os filhos/as e não admite o convívio deles com outra pessoa que não seja ela, exprimindo mecanismos de superproteção, dependência e opressão sobre a criança.²²⁴ A psicóloga Ruth Berenice Lass²²⁵, em dissertação sobre a temática, relaciona a alienação parental a transtornos mentais da genitora alienadora²²⁶, apontando que um desses transtornos identificados é o narcisista. A autora traz, pois, dados que indicam serem as mães alienadoras incapazes de “enxergar as necessidades dos filhos”²²⁷, porque são “charmosas” e preocupadas apenas com seus próprios interesses.

A mãe é considerada a alienadora que se utiliza das mais variadas estratégias para “afastar o filho do pai para assumir o controle total da situação.”²²⁸ Há uma descrição da genitora como alguém que não aceita mais o convívio de ninguém na vida do filho, considerando o pai como um invasor que precisa ser afastado. A mãe, então, estaria manipulando a criança para que ela se fechasse em um mundo próprio e isolado, com intuito de diminuir o máximo possível seu contato com o genitor alienado.²²⁹ As características de egoísta, controladora e

²²³ ROSA, 2012, *Op. Cit.*, p. 150.

²²⁴ PEDROSO; COPATTI, 2014, *Op. Cit.*, p. 6.

²²⁵ LASS, Ruth Berenice. *Avaliação de transtorno de personalidade e padrões comportamentais da alienadora parental*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2013.

²²⁶ A própria autora utiliza o termo no feminino, por reconhecer que a alienação parental é costumeiramente atribuída às mães.

²²⁷ LASS, 2013, *ibidem*, p. 22.

²²⁸ LEITE, 2014, *Op. Cit.*, p. 3.

²²⁹ LEITE, 2014, *idem*, p.3.

superprotetora, assim, se confundem no tratamento dado pela doutrina à “mãe alienadora”:

A maioria dos casos de alienação parental é praticada pela figura do alienador materna, que tem como perfil um indivíduo superprotetor, comportamento comum do genitor alienante. O alienador se ampara pelo desejo vingativo e egoístico, implantando falsas acusações para que o filho menor expresse sentimentos de antipatia, desprezo e ódio pelo seu próprio pai, causando a destruição do vínculo familiar entre eles, querendo essa alienadora ficar com a guarda exclusiva da prole.²³⁰

O genitor que detém a guarda dos filhos, que apresenta traços de egocentrismo, faz com que não só os filhos e o ex-cônjuge girem ao seu redor, determinando o que pode e o que deve ser feito, assim como procura driblar a lei, não se sujeitando às decisões jurídicas e, desse modo, acaba por inventar vários tipos de subterfúgios e desculpas para justificar suas condutas, às vezes, ambíguas e incoerentes.²³¹

No mesmo sentido, a mãe manipuladora é ainda retratada como aquela que “quer se fazer de vítima” da situação. Nesses termos, Lass²³², em sua dissertação, identifica também como transtorno da alienadora a “personalidade paranoide”, definido como aquele correspondente a uma pessoa desconfiada, cautelosa e hipervigilante, que normalmente é hostil, irritável, hipersensível, invejosa e colérica. São indivíduos, de acordo com a autora, que suspeitam dos outros e relutam em confiar nas pessoas.²³³ Esse quadro, como apontado, costuma ser utilizado para descrever as mulheres alienadoras, mas é importante ressaltar que há estudos²³⁴ indicando que vítimas de violência doméstica apresentam essas mesmas características e são diagnosticadas com esse mesmo transtorno, devido às situações de trauma vivenciadas. Novamente, reforço que é essencial avaliar o contexto familiar no qual estão inseridos os casos encarados como alienação parental, percebendo como as relações de poder entre os membros da família – e as

²³⁰ FERNANDES; CARDONE, 2016, *Op. Cit.*, p. 3.

²³¹ DUARTE, 2011, *Op. Cit.*, p. 112.

²³² LASS, 2013, *Op. Cit.*, p. 53.

²³³ LASS, 2013, *idem*, p. 22.

²³⁴ Mais sobre o tema em: SÁ, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara. *Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão sistemática da literatura*. Contextos Clínicos, vol. 6, n. 2, julho-dezembro/2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclnicos/article/view/ctc.2013.62.04/3628>> Acesso em: 12 de agosto de 2018.

imbricações entre conjugalidade e parentalidade - podem influenciar no possível diagnóstico da equipe psicológica.

Nada obstante, é preciso se atentar para discursos que, como esses, reproduzem a noção das mulheres como paranoicas, hipersensíveis e frágeis, porquanto – como já mencionado – eles estão dotados de uma alta carga de discriminação de gênero. Dessa forma, comento ainda sobre um trecho, escrito pela pesquisadora Caroline Cássia Francisco Buosi, que não apenas coloca a mulher como principal personagem alienadora e manipuladora, mas também a julga por questões estéticas, reforçando o discurso que obriga as mulheres a corresponderem a determinados ideais de beleza. Eis o trecho, que intenta descrever a aparência e comportamento de uma mãe alienadora:

É frequente perceber em audiências judiciais muitas mães que se apresentam com a fisionomia muito diferente do que tinham na época em que conviviam com seus companheiros. São diversas as mudanças utilizadas para dramatizar e colocar-se numa posição de vítima da situação, tais como mudanças significativas de peso (excessivamente magras ou obesas), falta de cuidados próprios com as unhas, cabelos e roupas, olhar e cabeça cabisbaixos, fala inaudível aparentando sofrimento e muita dor. É com a aparência ‘humilde’ e ‘submissa’ que procuram disfarçar sua personalidade manipuladora.²³⁵

Como fica demonstrado, por esse ângulo, além de atribuírem às mulheres os papéis de principais alienadoras, os discursos jurídicos tendem a reproduzir os preconceitos e discriminações de gênero socialmente instituídos. Afinal, as “mães alienantes” são retratadas como mulheres que odeiam homens, que odeiam os pais de seus/suas filhos/as. Por isso, qualquer mínima resistência ou hesitação delas constitui em mais uma prova de que estão patrocinando a alienação parental, o que aumentam suas chances, inclusive, de perder a guarda dos/as infantes,²³⁶ uma vez que a inversão da guarda é uma das medidas indicadas pela lei para dirimir ou resolver a ocorrência de casos de alienação parental.²³⁷

²³⁵ BUOSI, 2012, *Op. Cit.*, p. 83.

²³⁶ FERREIRA, ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 100.

²³⁷ Dispõe a lei: “Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso: (...) V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão.”

Nesse cenário, uma das soluções mais recorrentes apontadas pela doutrina – além da inversão da guarda, que possui seus problemas de aplicabilidade próprios – é a instituição da guarda compartilhada pelos/as magistrados/as,²³⁸ sobretudo quando inexiste consenso entre os genitores acerca de quem deve assumir a responsabilidade pela prole. Gonçalves²³⁹ identifica, nesse tema, que o grande problema envolvendo a guarda é quando um dos lados a deseja de forma exclusiva para “manipular o filho em detrimento do ex-companheiro”. A efetivação da guarda compartilhada no Brasil, contudo, apresenta uma série de questões complexas a serem estudadas mais profundamente.

Explica-se que a guarda compartilhada, em uma definição ampla, é exercida em conjunto pelos genitores, para que se assegure a convivência e o acesso dos filhos a ambos, tendo surgido como uma opção para pais e mães que não conviviam com seus/as filhos/as.²⁴⁰ A alteração promovida pela lei nº 13.058/2014 teve como intuito, nitidamente, promover uma mudança cultural do instituto da guarda, impondo o compartilhamento de deveres, ao invés da visão tradicional de imprimir os encargos dos cuidados com os filhos a apenas uma das partes (normalmente mulheres).²⁴¹ No entendimento de Paulo Lôbo²⁴², “preferencialmente, os pais permanecem com as mesmas divisões de tarefas que mantinham quando conviviam, acompanhando conjuntamente a formação e o desenvolvimento do filho”. Essa visão, contudo, é perigosa quando se tem em vista as desigualdades da realidade nas relações familiares.

Como acertadamente colocado por Ligia Ziggiotti de Oliveira²⁴³:

²³⁸ Vale mencionar, nesse ponto, que o instituto da guarda, no ordenamento jurídico brasileiro, pode ser instituído de forma unilateral ou compartilhada. Assim, a guarda unilateral ou exclusiva é atribuída a um dos pais ou a terceiro e também pode ser acordada pelas partes. Quando judicialmente determinada, é concedida àquela pessoa que possuir melhores condições (afetivas, educacionais, estruturais) de cuidar e criar da criança e do adolescente. Nenhum fator, porém, é aprioristicamente decisivo para determinar a escolha; o melhor interesse da criança e do adolescente, pois, trata de sua “permanência com o genitor que lhe assegure a manutenção de seu cotidiano e de sua estrutura atual de vida, em relação aos meios de convivência familiar, social, de seus laços de amizade e de acesso ao lazer” (LÔBO, 2011, p. 193).

²³⁹ GONÇALVES (2014, p. 7) complementa sobre o tema: “o magistrado ao definir o processo pode determinar uma guarda exclusiva para mãe ou o pai e regulamentar o direito de visitas, ou, pode estabelecer uma guarda compartilhada a qual ambos os pais partilham o poder familiar sem exclusividade ou detrimento de um para com relação ao outro”.

²⁴⁰ BRITO; GONSALVES, 2012, *Op. Cit.*, p. 300.

²⁴¹ BAISCH, Victoria M.; LAGO, Vivian de M. *Considerações sobre a Guarda Compartilhada e sua efetivação*. Em: GOMIDE, Paula I. C.; STAUT JUNIOR, Sergio S. (Org.) *Introdução à psicologia forense*. Curitiba: Juruá, 2016, p.116.

²⁴² LÔBO, 2011, *Op. Cit.*, p. 200.

²⁴³ OLIVEIRA, 2015, *Op. Cit.*, p. 105.

Do ponto de vista feminista, é preocupante que se pressuponha participação mútua dos pais na criação dos pequenos durante a vigência da relação conjugal que os originou, como se tal equilíbrio fosse espelho e não projeto da realidade nacional. Destarte, a aplicação mecânica do normatizado emancipado, pela modalidade compartilhada, em uma relação fundada na dominação, pode não resultar em uma responsabilização conjunta e, ainda, pode aprofundar um quadro disfuncional se considerada a condição feminina.

Portanto, Oliveira²⁴⁴ defende que se tende a priorizar uma noção idealizada da igualdade de gênero, não reconhecendo os “abismos” nas relações humanas. Ademais, cabe considerar que a aplicação da guarda compartilhada pelo Judiciário não garante sua concretização, que vai depender da postura adotada por cada núcleo familiar no cotidiano.²⁴⁵ É importante, certamente, verificar a viabilidade da divisão das responsabilidades e da tomada de decisões sobre a vida diária do/a infante.²⁴⁶ Afinal, quando os/as genitores efetivamente privilegiam a continuidade de suas relações com seus/suas filhos/as, afastando-os/as dos conflitos parentais, há maior vantagem em “atribuir efeitos jurídicos à atitude de cooperação dos pais”.²⁴⁷

A guarda compartilhada, assim, deixa de ser aplicada por uma série de motivos – inclusive a “tenra idade” da criança, que serve de argumento para delegar a guarda à mãe, sob fundamento de que os cuidados maternos são essenciais nessa idade.²⁴⁸ Deve-se ter em conta também que o processo de término de um relacionamento, especialmente o conjugal, é marcado por um cenário de frustrações e desentendimentos, em que os conflitos entre os cônjuges afetam seus desenvolvimentos parentais. A aplicação da guarda compartilhada, apesar de em muitos sentidos ter sido constituída como forma de tornar mais equilibrada a divisão da responsabilidade parental, está longe de ser uma solução ideal.

Destarte, por um lado, a instituição da guarda compartilhada como obrigatória (pela lei nº 13.058/2014) foi considerada uma vitória para a concretização da igualdade de gênero, na medida em que se buscou uma maior divisão das responsabilidades parentais e uma ampliação dos direitos de convivência paternos.

²⁴⁴ OLIVEIRA, 2015, *Op. Cit.*, p. 106.

²⁴⁵ BAISCH; LAGO, 2016, *Op. Cit.*, p. 125.

²⁴⁶ ALEGRE, 1999, *Op. Cit.*, p. 384.

²⁴⁷ GRISARD FILHO, 2005, *Op. Cit.*, p. 198.

²⁴⁸ BRITO; GONSALVES, 2012, *Op. Cit.*, p. 309.

Em relação às mulheres, permitiu maior independência a muitas mães que não desejam a custódia exclusiva de seus/suas filhos/as. Por outro lado, há de se considerar que muitas sofrem discriminação em seu meio social quando abrem mão da guarda exclusiva dos/as infantes²⁴⁹ ou quando a decisão pela figura paterna é preeminente.²⁵⁰ As mulheres, nesse contexto, enfrentam obstáculos para que seus direitos nas sejam reconhecidos e, em grande parte dos casos, precisam lidar com as desvantagens econômicas em comparação ao ex-companheiro.²⁵¹

Outro fator a ser considerado é a realidade do abandono paterno, que no Brasil chega a dados alarmantes. É cultural no país, conforme já se mencionou, que a parentalidade seja exercida pela mãe.²⁵² Ocorre que, na vida cotidiana, não são poucos os pais que não se mostram interessados em assumir o cuidado diário de seus/as filhos/as, e muitos chegam a abandoná-los material e afetivamente após a dissolução do relacionamento conjugal.²⁵³ Caracteriza-se, então, o abandono afetivo, quando um genitor não convive com o filho, porque se afastou e se ausenta de sua vida, não estabelecendo com ele o vínculo próprio das relações familiares.²⁵⁴

O grande problema das produções sobre a alienação parental é que, enquanto possuem como foco a crítica ao afastamento do genitor pelas mães e chegam até mesmo a falar em *padrectomia*²⁵⁵, não mencionam essa realidade de abandono paterno, muito mais presente no contexto brasileiro. Apontam, inclusive,

²⁴⁹ ALEGRE, 1999, *Op. Cit.*, p. 372.

²⁵⁰ Ainda sobre o assunto, COELHO (2016, p. 20) observa que é evidente, em certa medida, que há tendência a aumentarem o número de pais que desejam um espaço convivência maior com seus/as filhos/as. O problema é que, mesmo em casos nos quais a guarda é efetivamente concedida ao pai, na realidade a pessoa quem acaba provendo os cuidados básicos com as crianças é outra mulher – a avó, por exemplo, ou a nova companheira do pai. Ver: COELHO, Adriana Lima M. *A Guarda Compartilhada frente ao Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2016.

²⁵¹ ALEGRE, 1999, *ibidem*, p. 377-378.

²⁵² COELHO, *ibidem*, 2016, p. 20.

²⁵³ ALGRE, *ibidem*, 1999, p. 378.

²⁵⁴ Aduz OLIVEIRA (2012, p. 111) acerca da questão: “muitas vezes o genitor que abandona afetivamente o filho não o deixa desamparado materialmente, cumprindo com suas obrigações alimentares, pagando a devida pensão e até mesmo provendo-lhe recursos para o custeio de outras despesas, como cursos extracurriculares, prática de esportes, e etc. Deixando o pai ou a mãe que não detém a guarda do filho de lhe prover as necessidades, não auxiliando o outro genitor no sustento e na educação da prole comum, indubitável que o Direito fornece os meios adequados para que tais deveres sejam cumpridos, através da ação de alimentos.”

²⁵⁵ Como definido por GUAZZELLI (2011, p. 38-39), a *padrectomia* é o afastamento forçado do pai, a subtração do papel paterno e a perda de seus direitos sobre os filhos, no contexto em que a mãe possui o poder de afastá-lo, segregá-lo e desautorizar sua imagem, ao mesmo tempo em que o acusa de estar ausente. Ver: GUAZZELLI, Mônica. *A falsa denúncia de abuso sexual*. Em: DIAS, Maria Berenice. (Org.) *Incesto e Alienação Parental: realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 33-58.

que a criança se torna órfã do genitor alienado²⁵⁶, devido à destruição dos vínculos afetivos causada pelo seu afastamento e a violação do direito à convivência familiar.²⁵⁷ Há, contudo, poucas produções que encarem de fato a questão do abandono paterno como reflexo das relações patriarcais na constituição da família, encarregando sempre as mães dos cuidados primordiais com os/as infantes.

Sobre o tema, menciono aqui o documentário “A morte inventada – alienação parental”, em que são apresentados alguns casos nos quais o genitor alienado supostamente se afastou de seus/suas filhos/as pela ocorrência de alienação parental. Por exemplo, é retratado um caso (“Rafaella e João Carlos”) de uma mãe que se muda com seus filhos do Rio de Janeiro para Recife com a intenção de ficarem mais próximos ao genitor das crianças; após três meses na cidade, porém, ela resolveu voltar para o Rio de Janeiro com a prole, o que gerou a revolta do genitor, que conta ter se sentido “abandonado”. A filha do casal narra, em sua entrevista, que nos anos seguintes o seu pai a visitava no Rio de Janeiro, porque precisava comparecer à cidade com frequência por motivos de trabalho.²⁵⁸ Chama atenção nesse caso que, embora a mãe tenha mudado de cidade para permitir a aproximação com o pai de seus/suas filhos/as, ela é acusada de ter feito isso por “ciúmes” da nova companheira do genitor, tendo afastado as crianças dele quando decidiu voltar para sua própria cidade.

A “culpa” pelo discurso do abandono recai invariavelmente na genitora:

Assim, o genitor alienador passa a se referir ao outro, para a criança, como aquele que —abandonou a família, que —os abandonou, assim, dessa forma, no plural. Na maioria dos casos o genitor que deixa o lar, qualquer seja o motivo, está, de fato, se afastando e rejeitando o outro genitor – o que não significa dizer que esteja abandonando o filho. Uma das principais táticas do genitor alienador é precisamente incutir nos filhos essa ideia e essa sensação de abandono, sempre incluindo-os, junto a si, dentre aqueles que foram abandonados pelo genitor alienado.²⁵⁹

²⁵⁶ Aqui outra questão pode ser levantada, refletindo sobre os “duplos parâmetros” (novamente, expressão de Alda Facio) utilizados para os gêneros diferentes. Tem-se a observação de LASS (2013, p. 24), em seus estudos empíricos sobre a alienação parental: “quando o genitor alienado é a mãe, as mulheres costumam vivenciar, com dor adicional, a rejeição muitas vezes dos próprios familiares que acreditam que uma mãe, por ter sido separada de seus filhos, algo de errado deve ter cometido.” Isto é, a sociedade tende a encarar com olhos distintos o pai cujos filhos ficaram sob os cuidados da mãe e a mãe cujos filhos ficaram sob os cuidados paternos.

²⁵⁷ PEDROSO; COPATTI, 2014, *Op. Cit.*, p. 5.

²⁵⁸ A MORTE INVENTADA. *Documentário*. Roteiro e Direção: Alan Minas. Realização: Caraminhola Produções, 2009, 1h 20min, minuto 8:00.

²⁵⁹ OLIVEIRA, 2012, *Op. Cit.*, p. 130.

No entanto, mais uma vez, entendo que é preciso uma leitura da questão a partir do contexto macro da realidade brasileira, no qual se verifica um alarmante número de mães solteiras e crianças sem o registro paterno na certidão de nascimento.²⁶⁰ Afinal, as circunstâncias de afastamento de um dos genitores de seus/suas filhos/as são mais complexas e envolvem fatores mais diversos do que apenas o discurso da genitora-guardiã. Nas imbricações das relações de parentalidade e conjugalidade, o afastamento pode estar relacionado aos próprios motivos que levaram à produção dos discursos de mágoa e ressentimento pelas mulheres ao término do relacionamento – como abandono, violência, negligência.

No documentário mencionado, por exemplo, é retratado outro caso (“Sócrates, Karla e Daniela”²⁶¹), no qual as filhas relatam que a mãe lhes contava que o genitor era violento com ela. O pai, por sua vez, alega na entrevista que tentou contatar com as filhas, mas, após “algumas tentativas”, desistiu e resolveu não mais intervir. Verifica-se, portanto, uma situação em que o próprio pai não se interessou em manter contato com as filhas e a mãe foi culpabilizada porque denunciava para a família as agressões que sofria durante o relacionamento. Nas entrevistas, fica evidente que esses relatos da genitora foram invalidados e desconsiderados pelas filhas quando retomaram o contato com o pai, já na vida adulta.

Importa, assim, explorar essas situações de denúncias cruzadas, nas quais a alienação parental serve como fundamento para afastar e questionar os relatos de violência doméstica. Afinal, foi essa a preocupação que ensejou meu desenvolvimento deste trabalho, por isso busquei ressaltar como as relações de conjugalidade e parentalidade estão imbricadas no contexto familiar. A violência cometida contra as mães frequentemente repercute nas vidas das crianças e adolescentes. É desse assunto específico que trato no próximo capítulo, tratando de evidenciar como a realidade das violências familiares é mais complexa, mais profunda e mais perversa.

²⁶⁰ Estima-se que aproximadamente um terço dos registro de crianças brasileiras não conta com a identificação da figura do pai. Ver: MORAES, Maria C. B. de. *A Família Democrática*. Anais V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2006, p. 613 *et seq.*

²⁶¹ Nas palavras da entrevistada, “o que contavam para a gente é que ele era um bandido, ele tinha traído a minha mãe, batido nela, tentado matar” (A MORTE INVENTADA, 2009, minuto 4:00).

3 AS VIOLÊNCIAS NA FAMÍLIA: ALIENAÇÃO PARENTAL, ABUSOS SEXUAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Neste último capítulo, procuro questionar a construção e formação do texto legislativo sobre a alienação parental, tendo em vista os demais aparatos jurídicos do ordenamento brasileiro que reconhecem e combatem a violência no âmbito familiar. Nesse ponto, importa ressaltar que embora entenda a violência intrafamiliar como aquela que envolve membros de uma mesma família, extensa e nuclear, que pode ocorrer dentro ou fora do domicílio²⁶², aqui adoto uma concepção mais estrita para tratar da violência que é perpetrada sobretudo por pais contra filhos/as e entre cônjuges. Não ignoro, portanto, as demais formas de agressão no âmbito familiar²⁶³, mas compreendo ser necessário delimitar o meu objeto, para melhor relacionar o tema com a prática da alienação parental. De modo mais específico, trato da violência doméstica em suas formas mais perversas, a partir das perspectivas que a leitura feminista me permite.

Como mencionei no início desta reflexão, o problema principal colocado por este trabalho surgiu de uma preocupação de ordem prática com os casos em que a alienação parental poderia ser usada em favor de pais agressores. De fato, verifica-se que a alienação parental pode ser alegada por advogados/as como argumento em situações de violência intrafamiliar, como abusos sexuais infantis e violência doméstica contra a mulher. Em certa medida, utiliza-se a alegação para invalidar e desqualificar essas circunstâncias, tratando das denúncias de abusos sexuais e violência doméstica como “falsas” e mentiras contadas para afastar o genitor do contato com seus/suas filhos/as. Tendo em mente essa situação de “denúncias cruzadas”, coloco em destaque o tema da violência no ambiente familiar, buscando panoramas dos cuidados que os/as operadores/as do direito devem ter ao lidar com essa situação.

²⁶² SAFFIOTI, 2015, *Op. Cit.*, p. 75

²⁶³ Para NERI (2013, p. 777), no contexto anterior à promulgação da Lei Maria da Penha no Brasil: “o que chamamos juridicamente de violência familiar corresponde ao conjunto de previsões que servem, frequentemente, para majorar a pena dos crimes quando o agressor e vítima estejam ligados por relações de parentesco, de convivência ou afetivas, pressupondo a maior vulnerabilidade dos entes familiares às ofensas recíprocas.” Ver: NERI, Eveline Lucena. *Violência familiar: a necessidade de sistematização da resposta jurídica*. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.). *Direito das famílias: por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 775-803.

3.1 AS DIVERSAS FACETAS DOS ABUSOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR

Em sua obra sobre a alienação parental, a jurista e advogada Maria Berenice Dias²⁶⁴ relaciona a prática da alienação parental com as alegações, normalmente feitas pela genitora, de abusos sexuais cometidas pelo genitor contra suas/seus filhas/os. De acordo com a autora, essa é a “ferramenta mais eficaz” da alienadora, uma vez que leva ao afastamento do pai, com o estabelecimento de visitas monitoradas e a elaboração de estudos psicossociais para verificar se realmente ocorreu o abuso ou se não passa de uma “mentira” contada pela genitora, configurando-se um caso de alienação parental.²⁶⁵ Alega-se que com a acusação – chamada de “falsa denúncia” – “muitos guardiões, na sua maioria mulheres, conseguem alcançar seus objetivos junto à Justiça”²⁶⁶, impedindo a visita da prole pelo genitor.

De fato, essa é uma questão bastante pontuada pela doutrina jurídica que se preocupa com o tema da alienação parental. De forma generalizada, trata-se das alegações, geralmente feitas pelas mães, de abuso sexual das crianças por seus pais como falsas. Na maior parte das vezes, em que pese os textos pontuem que a violência sexual contra crianças e adolescentes é recorrente na sociedade brasileira, defendem que as falsas acusações desses abusos são ainda mais comuns e devem ser combatidas. A denúncia, assim, é caracterizada como uma “arma” utilizada pela genitora alienadora, que manipula a criança para que acredite que foi vítima de violência.²⁶⁷

Inicia-se, então, um processo nomeado pela doutrina como “implantação de falsas memórias” ou “cenários emprestados”, por meio do qual a criança começa a reproduzir os fatos narrados pela alienadora, em “uma linguagem incompatível com sua idade”.²⁶⁸ As falsas memórias funcionam como uma verdadeira “lavagem

²⁶⁴ DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

²⁶⁵ DIAS, 2011, *idem*, p. 17.

²⁶⁶ DUARTE, 2011, *Op. Cit.*, p. 106.

²⁶⁷ ROSA, 2013, *Op. Cit.*, p. 151.

²⁶⁸ TEIXEIRA e RODRIGUES (2013, p. 19) descrevem como se daria esse processo de “implantação de falsas memórias”: “Uma das formas mais graves de alienação parental são as falsas alegações de abuso sexual, que também geram a implantação de falsas memórias. A criança começa a reproduzir o que lhe foi implantado pelo genitor alienador, com uma linguagem incompatível com sua idade e com um limite de respostas na medida em que é perguntada, vez que a alienação parental nunca

cerebral” do/a genitora/a alienador/a, através de um processo de convencimento da criança de que ocorreram fatos que na realidade não sucederam. É “implantada” uma versão mentirosa ou deturpada dos fatos, portanto.²⁶⁹ A doutrina costuma relacionar a implantação das falsas memórias às falsas alegações de violência sexual: o abuso denunciado pela criança ou adolescente não passa de uma manipulação da alienadora, que “implantou” na cabeça da/o filha/o a história da agressão.

Reforça-se a ideia de que a alienadora estaria “inventando” histórias sobre agressões sexuais para conseguir afastar as crianças do pai, reproduzindo o descrédito em relação às vítimas, como ocorre constantemente nos casos de estupro de mulheres adultas.²⁷⁰ Nesses casos, é comum que a vítima seja vista como mentirosa que “apenas quer chamar atenção”.²⁷¹ No mesmo sentido, Saffioti comenta como os relatos de mulheres que denunciam abusos perpetrados por seus pais são tratados - principalmente por algumas correntes da psicanálise (baseadas nos estudos de Freud) - como “fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles”.²⁷² Essas constatações, a autora complementa, contribuíram para que as

consegue abranger todos os possíveis fatos eventualmente ocorridos (...) o discurso da criança é superficial, pois ela não consegue contextualizar os fatos supostamente vividos e não sabe narrar detalhes do suposto abuso.”

²⁶⁹ Nesse sentido, pontua GUAZZELLI (2011, p. 43-44): “Como dito, a Síndrome da Alienação Parental pode não se limitar ao afastamento do não guardião, e, assim, por exemplo, o simples auxílio de um pai no banho de um filho – nada mais natural e até necessário quando a criança ainda é pequena – poderá se transformar em uma implantação de falsa memória, com futura denúncia de abuso sexual.”

²⁷⁰ Inúmeros são os casos em que as vítimas tentam denunciar seus estupradores e agressores e são desacreditadas. Aqui se destacam alguns exemplos, vinculados em jornais de grande circulação no país: MENDONÇA, Renata. *Descrédito e exigências de provas físicas: 5 obstáculos enfrentados por mulheres vítimas de violência*. BBC Brasil, publicado online em 30 de maio de 2016. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36414224> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.; MENA, Fernanda. *Mulheres são processadas após denunciarem casos de estupros*. Folha de S. Paulo, publicado online em 25 de outubro de 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1698267-mulheres-sao-processadas-apos-denunciarem-estupros.shtml> > Acesso em: 20 de agosto de 2018; MENEZES, Leilane. *Biografia de um crime sem castigo*. Metrôpoles, publicado em 26 de novembro de 2017. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.

²⁷¹ Ainda, CRENSHAW (2002, p. 178) chama atenção para o fato de que as mulheres não-brancas costumam ser vítimas maiores desse descrédito, ao comentar sobre os processos nos quais mulheres latinas e negras denunciam seus estupradores nos EUA: “Estudos sugerem que a identidade racial da vítima assume um papel significativo na determinação de tais resultados, e há evidências de que os jurados podem ser levados, pela propaganda sexualizada, a acreditar na maior probabilidade de que mulheres racializadas consintam em ter relações sexuais, em circunstâncias que eles achariam pouco prováveis se a vítima não fosse de uma minoria racial.”

²⁷² SAFFIOTI, 2015, *Op. Cit.*, p. 20.

crianças e adolescentes perdessem sua credibilidade ao relatarem as situações de violência sexual.

Na alienação parental, de acordo com grande parte da doutrina brasileira, segue-se a mesma lógica: a mãe alegaria que o pai abusou sexualmente dos filhos/as apenas para conseguir afastá-los do genitor. Souza e Barreto²⁷³ chegam ao extremo de afirmar que as alegações de abuso sexual apenas são feitas quando “conveniente”, após a dissolução conjugal. Ignora-se, assim, todo o contexto familiar de violência que pode existir, inclusive os eventuais abusos sofridos pela mulher na constância da relação conjugal; além disso, nessa doutrina, atribui-se a culpa às genitoras por não terem “impedido” as agressões sexuais de seus/suas filhos/as.

Dessa maneira, a mãe é considerada, além de manipuladora, mentirosa por inventar acusações graves para usar a seu favor. Alguns textos ainda tratam essas mães como paranoicas, por estarem vendo problemas onde efetivamente eles não existem. As paranoias surgiriam de pequenos fatos referentes às vidas das crianças, como um mau humor ocasional ou falta de disposição²⁷⁴, que levariam as mães a acreditarem na possibilidade de abuso sexual. Nesse contexto de desconfiança de abusos sexuais, as mães, conforme a doutrina, estariam mais propensas a inventar histórias e convencer os/as filhos/as de que elas são verdadeiras. Elas passariam, então, a questão ao judiciário e iniciariam uma campanha contra o cônjuge, momento em que seriam chamadas de “paranoicas”.²⁷⁵

²⁷³ As palavras de SOUZA e BARRETO (2011, p. 77) são: “Deve-se observar, portanto, o contexto do relato da criança supostamente vítima de abuso sexual, pois curioso parece desvelar-se apenas ante um cenário de separação e disputa judicial, e não antes – quando da convivência harmoniosa e estruturada da família no lar.”

²⁷⁴ A situação é comumente descrita pela doutrina da seguinte forma, colocando a mãe sempre na condição de “paranoica”: “Uma criança voltando de um final de semana de visita com o pai, por exemplo, pode voltar para casa triste e essa ser uma reação de tristeza por ter deixado o pai. Mas em circunstância de ruptura da vida conjugal, com a mãe se sentindo abandonada, rejeitada ou traída, a criança não pode dizer isto a ela. Então, a criança não dá uma explicação quando perguntada o que estaria acontecendo. Adultos acham que se a criança não fala é porque algo está errado e, preocupada a mãe acha que algo está errado. Algo aconteceu a ele e para muitos adultos esse “algo” pode estar ligado a questões na área da sexualidade. Por indução ou patologia, a mãe pergunta: – Ele te tocou em algum lugar que não deveria? A criança que não quer falar o porquê de estar triste pode dar uma resposta imediata e positiva sem nem ter idéia sobre o que está dizendo. O adulto vê imediatamente nessa resposta uma violência que precisa ser interrompida e reage, chorando e se desesperando. Para a criança essa reação pode consistir em uma atenção nova e fantástica, muitas vezes inédita e esta atenção pode resultar simplesmente de uma resposta “sim”, sem maiores detalhes. A revelação inicial levou a um “sim” para a questão “ele te tocou onde não devia?”, seguida de uma atenção que a criança nunca teve. A criança não pensa: “– Papai me tocou e pode ir para a prisão”. A criança vai prosseguir com a história para preservar a fonte de atenção que conseguiu.” Ver: CALÇADA, Andréia. Falsas acusações de abuso sexual e a implantação de falsas memórias. São Paulo: Equilíbrio, 2008.

²⁷⁵ BUOSI, 2012, *Op. Cit.*, p. 103.

Aqui, destacam-se dois trechos da doutrina que reforçam essas concepções:

O grande problema é diferenciar a realidade, isto é, quando de fato ocorreu um abuso sexual, para um ato inculcado por uma mãe raivosa e que pratica a alienação parental. Se, de fato, ocorreu a conduta que as autoridades apurem o fato e o responsável responda pela infração na justiça. Contudo existe a possibilidade da construção de uma fantasia por parte da ex-mulher, o que pode trazer sérias e desnecessárias complicações ao ex-companheiro.²⁷⁶

Aliás, os relatos que existem é que essas pessoas adultas, doentes o suficiente para expor seus filhos a tal situação, inclusive ao ponto de os submeterem a exames, testes, entrevistas etc., e privá-los de conviver, normalmente, com o outro genitor, são tão psicologicamente comprometidas que, com o tempo, elas mesmas acabam acreditando na sua versão.²⁷⁷

É importante mencionar que essas noções tiveram origem nos estudos elaborados pelo próprio Gardner. O autor descreveu, em seus textos, que as alienadoras “são mães muitas vezes fanáticas, que se utilizam de manobras legais e ilegais para obstruir a visitação” e “apresentam pensamento paranoico voltado para o ex-marido”²⁷⁸ – comportamentos esses que ele associa com os casos de alienação parental severa.²⁷⁹ Além disso, Gardner chega a sugerir que a alienadora realiza essas falsas acusações de abuso sexual por projetar, sobre seus/suas filhos/as, a

²⁷⁶ GONÇALVES, 2014, *Op. Cit.*, p. 13.

²⁷⁷ GUAZZELLI, 2011, *Op. Cit.*, p. 48.

²⁷⁸ Tradução minha do seguinte trecho original de GARDNER (1991): “The mothers of these children are often fanatic. They will use every maneuver at their disposal (legal and illegal) to obstruct visitation. They are obsessed with hatred of their husbands. In many cases, they are paranoid. Sometimes the paranoid thoughts and feelings about the husband are focused on him alone; in other cases, this paranoia is just one example of many types of paranoid thinking.” Ver: GARDNER, Richard A. *Legal and psychotherapeutic approaches to the three types of parental alienation syndrome families: when Psychiatry and the Law join forces*. Court Review, vol. 28, n. 1, primavera/1991, p. 14-21.

²⁷⁹ Na explicação das psicólogas FERNANDES E MIRANDA (2012, p. 263-264), baseadas nos estudos de Gardner e nas doutrinas de psiquiatras, psicólogos/as e juristas sobre o assunto, há três graus ou níveis da SAP, dependendo dos sintomas apresentados pela criança ou adolescente. No grau fraco, a campanha de difamação é mínima, de modo que o comportamento com o alienado é bom e não há grandes animosidades observadas. No grau moderado, há uma campanha de difamação mais intensa, de forma que estão presentes o apoio incondicional ao alienador, a adoção de cenários emprestados, a animosidade ao alienado e seus familiares, com dificuldades para visitação e pernoite. No grau severo (ou grave), observam-se os seguintes aspectos: forte campanha de difamação, falta de ambivalência, fenômeno do pensador independente, adoção de cenários emprestados, ausência de culpa da criança ou adolescente, muito presente e fanática animosidade contra o alienado e seus parentes, presente a adoção de cenários emprestados, impossível a visitação e a pernoite, sendo a ligação com o parente alienante severamente patológica e paranoica. Ver: FERNANDES, Marcia Valéria G.; MIRANDA, Vera Regina. *A síndrome de alienação parental*. Em: CARVALHO, Maria C. N. (Org.). *Psicologia e justiça: infância, adolescência e família*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 259-274.

própria frustração sexual em relação ao genitor alienado.²⁸⁰ Para ele, “essas mulheres não respondem à lógica e qualquer confronto que poderia abalar o sistema é racionalizado no cenário paranoico.”²⁸¹ O autor, portanto, se utiliza de argumentos extremamente sexistas²⁸² para desqualificar os comportamentos maternos, atribuindo às mulheres os estereótipos de “loucas”, “paranoicas” e “irracionais”²⁸³.

Eduardo de Oliveira Leite, ao tratar do tema, deixa evidente seu entendimento de que, caso a mãe denuncie possíveis abusos sexuais, não se devem tomar medidas para suspender a visita entre o pai e os filhos/as: em suas palavras, “mesmo quando existem fortes indícios de prática de abuso sexual, ainda nesta hipótese, o rompimento abrupto do vínculo deve ser evitado”²⁸⁴. Segundo ele, é comum que sejam promovidos afastamentos baseados em laudos psicológicos “encomendados” pelas mães²⁸⁵, que falsamente acusam os genitores de abusadores. Nessas situações, para o autor, trata-se com “total desconsideração o genitor alienado (o pai, na maioria das vezes)” e, ainda, “gera desconforto aos

²⁸⁰ No original (GARDNER, 1991, p. 4): “When a sex-abuse accusation becomes incorporated into the package, such mothers may be projecting their own sexual inclinations onto the father. In the service of this goal they exaggerate and distort any comment the child makes that might justify the allegation. And this is not difficult to do because children normally will entertain sexual fantasies, often of the most bizarre form.”

²⁸¹ Tradução minha do trecho original de GARDNER (1991, p.4-5): “Such mothers do not respond to logic, confrontations with reality, or appeals to reason. They will readily believe the most preposterous scenarios provided by or elicited from their children.”

²⁸² GARDNER (1991, p.5) chega a fazer uso de uma expressão “popular” na língua inglesa para desqualificar os testemunhos das mães: “hell hath no fury like a woman scorned” – a tradução literal seria “a fúria do inferno não se equipara à fúria de uma mulher desprezada/rejeitada”.

²⁸³ Como coloca DAVIS (p. 107-108), por anos se considerou as mulheres como “inferiores” devido a questões da natureza, inclusive se buscando explicações médicas para a irracionalidade feminina: “Nas mulheres, o desregramento estava fundado na fisiologia. Como qualquer médico do século XVI sabia, o sexo feminino era formado por humores frios e úmidos (o masculino era seco e quente) e frialdade e umidade indicavam um temperamento instável, enganoso e falso. Seu ventre, como um animal faminto, quando não era muito bem alimentado pelas relações sexuais ou pela prole, podia sair a vagar pelo corpo, dominando sua fala e sua razão. (...) As mulheres só podiam se tornar histéricas (...) a mente feminina era mais inclinada à desordem graças a seu temperamento frágil e instável.” Ver: DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²⁸⁴ LEITE, 2015, *Op. Cit.*, p. 3.

²⁸⁵ Nas palavras do autor (LEITE, 2015, p. 3-5): “basta avaliar a quantidade de decisões que ainda insistem em, diante de mera alegação de abuso sexual (sem nenhuma prova contundente, mas mera alegação de um dos genitores) suspender a visita do genitor suspeito”. Ainda, complementa: “a mãe alegava (sem nenhuma prova plausível) a ocorrência de abuso sexual. Munida do laudo de uma psicóloga (laudo encomendado, por óbvio) ingressou com a ação” e conclui: “o juiz, face ao risco de perpetuação do abuso invocado, suspende a visitação paterna (...) A medida, como sabemos, é altamente negativa, quer porque legitimada na análise de laudos psicológicos (quase sempre acostados à petição inicial) de profissionais despreparados ou inescrupulosos que não vacilam em emitir parecer apenas vinculados à falta de acusação (geralmente à mãe).”

profissionais que atuam nos processos de família”²⁸⁶. Paradoxalmente, embora defenda a manutenção do contato entre pai e filhos/as mesmo com fortes indicações de abuso sexual (inclusive laudos médicos), Leite considera que, diante do “indício” de alienação parental, o Judiciário deve tomar as medidas cabíveis para dirimir a ocorrência de sua prática.²⁸⁷

Na mesma senda, as juristas Bruna Lyra Duque e Letícia Durval Leite argumentam que a alienação parental coloca a criança e adolescente em um contexto de vulnerabilidade, tornando desnecessária a comprovação dessa prática para que sejam aplicadas as sanções estabelecidas pelo legislador; deve-se possibilitar, então, a apresentação de prova contrária apenas *a posteriori*.²⁸⁸ As autoras aduzem que a inobservância da aplicação imediata das medidas previstas na legislação se deve à falta de conhecimento técnico-científico de psicólogos/as, assistentes sociais e magistrados/as que atuam nas varas de família para identificar a alienação parental.²⁸⁹

Igualmente, Denise Almeida de Andrade pontua que a maioria das comarcas no Brasil não possui instrumentos compatíveis e equipes especializadas em lidar com casos que envolvem crianças e adolescentes, dificultando a elaboração de diagnóstico e o enfrentamento da alienação parental pelo Judiciário.²⁹⁰ A realização dos estudos psicossociais, afinal, é considerada essencial para detectar os casos de abuso psicológico e averiguar se as falas reproduzidas pelas crianças e adolescentes se tratam da realidade ou de uma situação de manipulação realizada por um/a adulto/a.²⁹¹

Ferreira e Enzweiler²⁹² alertam, noutro panorama, que a aceitação incondicional da síndrome da alienação parental somado ao desejo de “punição severa” das alienadoras acabam por desconsiderar o impacto das medidas tomadas

²⁸⁶ LEITE, 2014, *Op. Cit.*, p. 7.

²⁸⁷ No original (LEITE, 2015 p. 5): “a noção de ‘indício’ é importantíssima, na medida em que não é necessária a confirmação da alienação, mas tão somente, a ocorrência de um sinal, ou vestígio, da nefasta prática, para que o Poder Judiciário deflagre as medidas provisórias necessárias à interrupção, ou andamento, do processo em curso.”

²⁸⁸ Nas palavras das autoras (DUQUE; LEITE, 2016, p. 5): “Além disso, o contexto de vulnerabilidade da criança e do adolescente tornou desnecessária a efetiva comprovação da alienação parental, pois os meros indícios já são suficientes para a aplicação das sanções estabelecidas pelo legislador, sendo admitida a apresentação de prova em contrário a posteriori por força do princípio da ampla defesa”.

²⁸⁹ DUQUE; LEITE, 2016, *Op. Cit.*, p. 7.

²⁹⁰ ANDRADE, 2013, *Op. Cit.*, p. 672.

²⁹¹ TEIXEIRA; RODRIGUES, *Op. Cit.*, 2014, p. 18.

²⁹² FERREIRA; ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 106.

judicialmente – como a inversão da guarda, por exemplo, e o afastamento da genitora. Ao longo prazo, essas medidas podem afetar o desenvolvimento infantil, sobretudo quando há acusações cruzadas (abuso sexual contra alienação parental). Com efeito, importa observar que se verifica uma excessiva desconfiança dos/as operadores/as do direito (juízas/es, advogadas/os, promotoras/es, servidoras/es, peritos) sobre as denúncias das vítimas – o que faz com que sejam revitimizadas pelo próprio sistema.²⁹³

Nesse tema, deve-se ter em mente que as falsas ou exageradas alegações de alienação parental podem também ser graves para a criança e adolescente, principalmente quando são utilizadas como argumentos de pais agressores “para encobrir seu comportamento de abuso (físico, sexual, psicológico) imputando ao outro, que é o cônjuge protetor, a denominação de ser um alienador parental.”²⁹⁴ Nesses casos, não apenas há a manutenção da violência, mas ainda a possibilidade de afastamento dos/as filhos/as de seu/sua genitor/a protetor/a, que certamente causa um sofrimento emocional nas/os infantes e adolescentes. Ademais, é problemática a realidade em que muitas mães são aconselhadas, por advogados/as e defensores/as, a não levantarem as denúncias de abuso sexual, para não prejudicarem o acolhimento de suas demandas.²⁹⁵

Sobre o tema, é importante pontuar que não se nega aqui a possibilidade de existirem falsas alegações de abuso sexual. Importa, porém, discutir e chamar atenção para o fato de que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade pungente no Brasil. De acordo com a BBC Brasil, em pesquisa de dados sobre a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes, não foi encontrado um controle consistente e padronizado que acompanhe todos os casos no Brasil, seja a nível federal, estadual ou municipal.²⁹⁶ Tem-se acesso, por um lado,

²⁹³ FERREIRA; ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 98.

²⁹⁴ LASS, 2013, *Op. Cit.*, p. 30-31.

²⁹⁵ Como refletiram FERREIRA e ENZWEILER (2014, p. 99) “embora falsas acusações de abuso sexual praticadas pelas mães no decorrer de processos judiciais relativos à guarda de crianças não sejam comuns, tendem os advogados a aconselhar as mulheres a não levantar acusações de abuso sexual, mesmo que verdadeiras, a fim de não colocar em risco sua chance de permanecer com a guarda dos filhos. Assim, são as mães orientadas por seus advogados e pelo juiz a não se oporem à visitação dos pais, mesmo quando se sentirem inseguras em relação a isso ou até diante do protesto dos filhos.”

²⁹⁶ De acordo com a própria reportagem: “A BBC Brasil buscou dados para uma reportagem sobre o percentual de denúncias de violência sexual contra crianças que resultavam em abertura de inquérito e possível punição de culpados. Procurou também informações centrais sobre crianças reportadas como vítimas em denúncias, como saber se estão em segurança. Encontrou não dados, mas um verdadeiro buraco negro de informações e descontrole estatístico por parte das autoridades. (...) A

aos dados do Disque-Denúncia (Disque 100), serviço mantido pelo Ministério dos Direitos Humanos, os quais apontam que em 2016 foram realizadas 15.707 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por esse canal. Em 2017, foram 20.330 denúncias.²⁹⁷ Não se sabe, porém, quais foram os encaminhamentos dados a essas denúncias, muito menos sobre o que ocorreu com as vítimas.²⁹⁸ A BBC Brasil ainda pontuou, acerca do assunto, que os únicos dados centrais encontrados são do sistema de saúde: houve 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupro no Brasil em 2016 e em mais de metade dos casos as vítimas possuíam entre 0 e 14 anos.²⁹⁹

O primeiro problema que se coloca, nessa medida, é a questão da denúncia desses abusos. Afinal, embora seja um procedimento trazido em lei³⁰⁰, a realidade que se tem é de subnotificação.³⁰¹ De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre 2011 e 2017 houve um aumento de 83% das notificações de abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no país. Contudo, acredita-se que muitos casos não são notificados, por diversos fatores. Entre eles: os próprios sentimentos da vítima, de culpa e vergonha, gerada pela situação de violência e constrangimento; a relutância do sistema de saúde de reconhecer e relatar a condição do abuso; o medo de gerar a desestruturação ou dissolução do núcleo familiar; as regras estritas de evidência exigidas pelos tribunais para tomar as medidas cabíveis³⁰² (processo agravado pelas acusações de “alienação parental”).

reportagem, que envolveu dezenas de telefonemas e envios de e-mails para autoridades federais e também em todos os 26 Estados e no Distrito Federal, revela que nenhum órgão mapeia denúncias e monitora o que acontece com elas. Não há controle consistente e padronizado em nível federal, estadual ou municipal que acompanhe quantas eram procedentes, quantas se tornaram inquéritos policiais, quantas chegaram à Justiça ou o que aconteceu com as crianças.” Ver: MORI, Letícia. *Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças*. BBC Brasil, publicado online em 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010109> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

²⁹⁷ MINISTÉRIO dos Direitos Humanos. *Disque Direitos Humanos, Relatório 2017*. Publicado em maio de 2018. Disponível em: < <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

²⁹⁸ MORI para BBC Brasil, 2018.

²⁹⁹ MORI (2018) pontuou em sua reportagem que: “em mais de 13 mil deles - 57% dos casos - as vítimas tinham entre 0 e 14 anos. Dessas, cerca de 6 mil vítimas tinham menos de 9 anos.”

³⁰⁰ Essa é uma disposição prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, que inclusive sanciona profissionais da saúde e educação que não efetivarem a denúncia (art. 245).

³⁰¹ Dados da Unicef sobre o contexto internacional de violência sexual contra crianças e adolescentes apontam que, em média nos países pesquisados, apenas 1% das adolescentes que sofreram estupro procuraram ajuda profissional. Ver: ONG CHILDHOOD BRASIL. *Números da Causa*. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/numeros-da-causa>> Acesso em: 2 de agosto de 2018.

³⁰² HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela A.; MACHADO, Paula X. *Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar*. Aspectos Observados em Processos Jurídicos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 21 n. 3, setembro-dezembro/2005, p. 341-348.

Constata-se, ademais, que a maior parte desses abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes ocorre dentro da residência da vítima, tendo como agressores pessoas próximas, que muitas vezes desempenham o papel de cuidador. Nesse contexto, a violência pode ser definida como “qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador.”³⁰³ Essa interação pode constituir em “toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal)” ou, ainda, situações em que não há contato físico, como *voyerismo*, assédio e exibicionismo.

A dinâmica do abuso sexual intrafamiliar é muito complexa³⁰⁴ e está associada em muitos casos a outras formas de violência, como negligência, abusos emocionais e físicos, inclusive às custas de ameaças e barganhas. Além disso, a vítima se encontra em um estado de medo, vergonha e impotência, que contribui com a perpetuação da violência em segredo, sem o conhecimento dos demais membros da família.³⁰⁵ Isso não deve significar, todavia, que a vítima está em uma posição passiva diante do abuso ou que “consente” com a perpetuação da violência – pelo contrário, indica-se que as crianças e adolescentes não apenas não consentem com a situação, mas também buscam evitá-la. Há ainda casos em que, pela idade e outros fatores, não possuem compreensão da experiência abusiva.³⁰⁶

De modo a aprofundar as considerações sobre o assunto, cabe mencionar ainda o trabalho das pesquisadoras Luísa F. Habigzang, Sílvia H. Koller, Gabriela Azen Azevedo e Paula Xavier Machado³⁰⁷, que realizaram um estudo a partir dos processos de denúncias de violência sexual ajuizados pelas Promotorias Especializadas na Infância e na Juventude de Porto Alegre entre 1992 e 1998,

³⁰³ HABIGZANG *et. al*, 2005, *Op. Cit.*, p. 341.

³⁰⁴ Como descreve SAFFIOTI (2015, p. 21-23): “O pai biológico é o adulto no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia. Este fato responde pela magnitude e pela profundidade do trauma (...) o abuso obedece à receita da sedução: (...) Como a sexualidade da mulher é difusa por todo o corpo e a sexualidade infantil não é genitalizada, as carícias percorrem toda a superfície de seu corpo, proporcionando prazer à vítima. Posteriormente, recorrendo o adulto a pomadas especiais, dilata o ânus e o reto da filha (ou filho), a fim de preparar o caminho da penetração anal, pois a oral já ocorrera e também esta provocara prazer na menina. (...) Depois de todos estes passos, que integram a iniciação da criança na sexualidade do adulto, vem a penetração vaginal.”

³⁰⁵ HABIGZANG *et. al*, 2005, *ibidem*, p. 342-345.

³⁰⁶ SAFFIOTI (2015, p. 21) observa que “muitas vezes dependendo da idade da criança, esta nem sabe discernir entre um ou outro tipo de carícia, sendo incapaz de localizar o momento da mudança”.

³⁰⁷ HABIGZANG *et. al*, 2005, *ibidem*, p. 342-345.

encontrando um total de 71 expedientes e 94 vítimas.³⁰⁸ Nessa pesquisa, as autoras constataram que grande parte das vítimas eram meninas (80,9%), enquanto a esmagadora maioria dos agressores (98,8%) eram do sexo masculino e possuía vínculos afetivos e de confiança com a vítima.

Importa ainda considerar, acerca dessa realidade, os demais fatores sociais, econômicos e raciais que agravam a situação de violência: em dados divulgados pelo G1³⁰⁹, a maior parte das vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes do sexo feminino e negras³¹⁰. As vítimas negras tiveram a maior parte de notificações (55,5% dos casos envolvendo adolescentes e 45,5% envolvendo crianças). Em torno de 60 a 70%³¹¹ dos casos, o abuso sexual ocorre na residência das vítimas e em 35 a 40%³¹² dos casos o abusador tem vínculo familiar. Os dados disponíveis ainda indicam que nos abusos ocorridos no ambiente familiar, a violência sexual inicia quando as vítimas têm entre 5 e 8 anos de idade. Na média, a maioria dos casos é revelada em torno de um ano depois do início do abuso sexual e a mãe é a pessoa mais procurada na solicitação de ajuda, sendo também a que realiza a maior parte das denúncias.³¹³

No mesmo sentido, nos casos analisados por Habigzang, Koller, Azevedo e Machado, em 57,4% das situações o agressor era pai biológico da vítima e em 37,2% dos casos, era padrasto ou pai adotivo,³¹⁴ de modo que o principal contexto de ocorrência da violência sexual foi a casa da vítima (66,7% dos casos). As autoras ainda indicaram que as violações foram denunciadas, principalmente, pela mãe ou pela própria vítima, além de outros parentes, vizinhos e instituições frequentadas

³⁰⁸ As autoras (2005, p. 345) explicam que “também foi investigada a existência de outras vítimas nos mesmos processos. Foi verificado que em 37,2% dos casos, o agressor havia abusado sexualmente de outras pessoas no mesmo contexto doméstico. Estas vítimas foram irmãos da vítima, enteada, mãe, empregada ou outras crianças.”

³⁰⁹ REGADAS, Tatiana. *Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%*. G1, publicado em 29 de junho de 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

³¹⁰ De acordo com os mesmos dados do G1 (REGADAS, 2018), entre as crianças, 74,2% das vítimas são do sexo feminino. Entre as adolescentes, o número é de 92,4% das vítimas de abuso sexual.

³¹¹ São 69,2% dos casos envolvendo crianças e 58,2% dos casos envolvendo adolescentes (G1, REGADAS, 2018).

³¹² São 37% dos casos envolvendo crianças e 38,4% dos casos envolvendo adolescentes (G1, REGADAS, 2018).

³¹³ HABIGZANG *et al.*, 2005, *Op. Cit.*, p. 346-347

³¹⁴ HABIGZANG *et al.* (2005, p. 345-346) ainda constataram que “39,6% das famílias viviam em situação de pobreza. Embora o desemprego e as dificuldades econômicas sejam fatores de risco para a violência, é importante salientar que este é um fenômeno que ocorre em todos os níveis sociais, mas nem sempre chegam ao Ministério Público.”

pela criança (escola e hospital, por exemplo).³¹⁵ Nos casos estudados por elas, houve a confirmação de ocorrência da situação de abuso sexual pelas vítimas para diferentes instituições – como o Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, delegacia de polícia e Ministério Público - em praticamente 90% dos casos.³¹⁶

Essas realidades, portanto, contradizem as informações trazidas pela doutrina sobre a alienação parental, que insistem em tratar das denúncias de abuso sexual como, em sua maioria, “falsas”. De modo geral, a situação é resolvida com base nos laudos psicológicos e estudos sociais elaborados em cada caso concreto. Isto é, a decisão sobre se a denúncia de violência sexual é verdadeira ou se foi fomentada em um contexto de alienação parental é dada em conformidade com o verificado nos relatórios psicossociais. O problema sério a ser pensado nessas situações, porém, é a verificação dos sintomas apresentados pela criança ou adolescente pelos profissionais que atuam no caso. Isso porque, pela leitura da doutrina acerca dos dois temas, é notável que os sintomas indicados no caso de ocorrência de alienação parental são praticamente os mesmos sintomas sofridos pelas crianças e adolescentes que foram abusadas/os sexualmente.

Habigzang, Koller, Azevedo e Machado indicam quais os sintomas apresentados nos casos de *abuso sexual* e apontam alguns dados de ocorrência desses sintomas baseados na pesquisa empírica desenvolvida por elas:

A literatura aponta que crianças ou adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno de personalidade *borderline*. Entretanto, a psicopatologia decorrente do abuso sexual mais citada é o transtorno do estresse pós-traumático.³¹⁷

Os problemas identificados nestes casos foram, principalmente, mentais e psicológicos (33,3%), problemas respiratórios (27,8%), problemas decorrentes de negligência com a higiene (16,7%), problemas viróticos ou bacteriológicos (11,1%), HIV (11,1%) e congênitos (11,1%).³¹⁸

³¹⁵ “A violência sexual foi denunciada pela mãe da vítima em 37,6% dos casos, pela própria vítima em 29% dos casos, por outros parentes, em 15,1%, e, por instituições, tais como, escola, hospital e departamento de polícia em 6,5% dos casos.” (HABIGZANG *et. al*, 2005, p. 344)

³¹⁶ “Nos casos estudados, a situação de abuso sexual foi confirmada pela maioria das vítimas (88,3%) para diferentes instituições como Conselho Tutelar (47%), Juizado da infância e Juventude (39,8%), mãe (36,1%), delegacia de polícia (31,3%), Ministério Público (26,5%), entre outras. Apenas 11,7% das vítimas não confirmaram a agressão sexual.” (HABIGZANG *et. al*, 2005, p. 343)

³¹⁷ HABIGZANG *et. al*, 2005, *Op. Cit.*, p. 342.

³¹⁸ HABIGZANG *et. Al* (2005, p. 343) também fazem a seguinte constatação: “O uso de álcool e de outras drogas pelas vítimas foi outro fator mapeado. Quanto ao uso de álcool foi constatado que em

Similarmente, as psicólogas Natali Maia Marques, Fabiana Saffi e Antonio de P. Sarafin³¹⁹ indicam que crianças e adolescentes abusados sexualmente sofrem emocionalmente com sentimento de tristeza e desamparo, irritabilidade, rebeldia, vergonha e culpa, ansiedade, temores diversos. Cognitivamente, os sintomas apresentados pelas vítimas são baixa no rendimento escolar, dificuldades de atenção e concentração e desmotivação. Além disso, apresentam alterações no comportamento, como condutas agressivas, rejeição a figuras adultas, hostilidade e temor ao agressor, passando por um processo de marginalização.³²⁰ Indicam ainda que o abuso sexual é um evento traumático, constantemente associado a consequências cognitivas relativas à memória e à aprendizagem.³²¹

Noutro passo, sintomas similares³²² são indicados como ocorrentes nos casos de *alienação parental*. As pesquisadoras Maria Valéria G. Fernandes e Vera Regina Miranda apontam que a criança pode desenvolver “riscos de doenças psíquicas, como reclamações hipocondríacas, acesso de agonia, episódios de anorexia ou insônia, estados depressivos ou psicossomáticos”, além de apresentarem “fracasso ou desinteresse escolar, risco de suicídio e problemas relacionais e conjugais posteriores”.³²³ Ruth Berenice Lass, por sua vez, enumera os seguintes sintomas: agressividade, perda ou falta de controle, comportamento antissocial, ansiedade, perda da autoestima ou confiança, transtornos de sono, transtornos alimentares, desenvolvimento de fobias ou medos, problemas escolares, abuso de substâncias, depressão, culpa.³²⁴

3,2% dos casos apresentavam este comportamento, enquanto que em relação ao uso de outras drogas foi verificado que em 11,7% dos casos já haviam utilizado algum tipo de droga. Entre as drogas utilizadas, as mais frequentes foram loló (27,3%), maconha (27,3%) e cola (18,2%). O cigarro também foi citado, além de substâncias químicas ingeridas como tentativa de suicídio ou como tentativa de evitar gravidez ou provocar aborto. Somente 18 casos não relataram explicitamente problemas de saúde decorrentes da agressão.”

³¹⁹ SERAFIM, Antonio de Pádua; MARQUES, Natali Maia; SAFFI, Fabiana. *Processos de investigação neuropsicológica de crianças vítimas de abusos sexual*. Em: WILLIAMS, Lúcia C. A.; HABIGZANG, Luísa F. (Org.) Crianças e adolescentes vítimas de violência. Prevenção, avaliação e intervenção. Curitiba: Juruá, 2014, p.31-50.

³²⁰ SERAFIM *et. al*, 2014, *idem*, p. 32-33.

³²¹ SERAFIM *et. al*, 2014, *idem*, p. 35.

³²² De acordo com FERNANDES e MIRANDA (2012), Gardner descreve oito sintomas patológicos das crianças que indicam SAP: campanha de rejeição, difamação; racionalização absurda; falta de ambivalência normal; defesa da posição do parente alienador; extensão de hostilidade a toda a família do genitor alienado; fenômeno de sua própria opinião, falta de culpa; adoção de cenários emprestados.

³²³ FERNANDES; MIRANDA, 2012, *idem*, 265-266.

³²⁴ LASS, 2013, *Op. Cit.*, p. 26-27.

Como é possível perceber, é muito complicado, diante desses casos, que as/os profissionais atuantes estabeleçam parâmetros de avaliação para constatar se a alegação de violência sexual é verdadeira ou se trata de alienação parental. Apesar de alguns esforços já terem sido empreendidos pela doutrina com intuito de identificar se o caso “se trata de alienação parental ou de abuso sexual”³²⁵, os sintomas indicados pela literatura são de fato muito semelhantes (senão idênticos!). Desse modo, muitas vezes o depoimento da vítima como forma de comprovação ou confirmação da violência sexual acaba sendo descreditado, principalmente quando não há evidências físicas do abuso.

Aliás, ressalto que o abuso sexual nem sempre deixa evidências físicas – como nos casos de assédio, exposição à pornografia e manipulação de genitais.³²⁶ Problemático, portanto, exigir provas materiais em todos os casos. Mesmo quando há interação física entre as partes que pode deixar indícios, a constatação dessa agressão é um processo demorado e que em muitos casos submete a vítima a um novo processo de violência. Assim, o depoimento das vítimas acaba sendo, realmente, uma das provas mais contundentes,³²⁷ o que pode ser um problema diante das precariedades do sistema de justiça em efetivar a escuta dos/as infantes e adolescentes, como já mencionado. A questão que fica, diante dessa realidade, é

³²⁵ FERNANDES e MIRANDA (2012, p. 268-269), por exemplo, mencionam que “no critério do abuso sexual real, verifica-se que as recordações da criança ocorrem sem nenhuma ajuda externa” e, quando há falsa denúncia, a criança ou adolescente tem dificuldade de lembrar informações. Na mesma senda, alguns autores/as desenvolveram “quadros comparativos” indicando os sintomas e sinais de alienação parental e comparando com o abuso sexual, a exemplo de GUAZZELLI (2005, p. 49). No entanto, essas observações são em geral vagas e pouco úteis nos locais onde não há uma estrutura adequada para amparar esses/as infantes, como ocorre na maior parte das comarcas pelo Brasil. Além disso, não deve se sustentar o argumento de que se a criança ou adolescente tem dificuldade para se lembrar o que ocorreu é um caso de falsa denúncia, uma vez que as incongruências e perda de memória são comuns nas vítimas de violência sexual (como mencionado em SERAFIM *et al.*, 2014, p. 35). Tentar “derrubar” seus relatos porque não são consistentes, portanto, apresenta-se como mais uma violência contra essas vítimas.

³²⁶ Novamente, úteis os dados levantados por HABIGZANG *et al.* (2005, p. 344-345): “O ato de violência sexual foi descrito com mais detalhes em 77 casos. As principais categorias identificadas foram esfregar-se no corpo da vítima ou passar a mão pelo corpo (39%), sexo vaginal (28,6%), tirar as roupas (27,3%), sexo anal (24,7%), sexo oral (19,5%), exibicionismo da genitália (15,6%), assédio (14,3%), masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa (13%) e obrigação de assistir relações sexuais de terceiros (10,4%).”

³²⁷ Como apontam HABIGZANG *et al.* (2005, p. 345-346) “A principal forma de comprovação ou confirmação da violência sexual foi o depoimento da vítima (63,2%). Outras formas de comprovação consistiram em exames ginecológicos, laudos do Instituto Médico Legal e exame de corpo de delito (32,4%), relato da mãe (30,9%), avaliação psicológica (27,9%) e depoimentos de outros familiares (25%). Os indícios que se mostraram contra a ocorrência de violência sexual foram, principalmente, o depoimento do agressor (48,2%), depoimento da mãe da vítima (34,1%), laudos no instituto médico legal (22,4%), depoimento da vítima (18,8%) e ausência de exames médicos ou provas materiais (14,1%).”

como podem as/os magistradas/os tomarem decisões conscientes, que protejam os sujeitos vulneráveis nas relações familiares.

Afinal, ocorre com frequência, na aplicação dos direitos da infância e juventude, uma prática voltada para a decisão de cada caso concreto com base nas evidências e provas trazidas nos autos, em especial dos estudos psicossociais elaborados pela equipe psicológica ligada ao Juízo. Esses estudos, contudo, nem sempre são suficientemente conclusivos para indicar a ocorrência ou não do abuso. Na prática, então, o princípio do melhor interesse e a proteção integral são invocados para fundamentar uma decisão que é baseada muito mais em uma percepção (subjetiva e até preconceituosa, dependendo do caso) do Juízo e sua equipe do que na construção jurídica-teórica. Há uma imprecisão técnica na aplicação da principiologia dos direitos da infância e juventude, portanto, que é criticada por grande parte da doutrina, sobretudo pelo uso indiscriminado do princípio do melhor interesse.³²⁸

Por exemplo, em análise de cinquenta julgados que versavam sobre o tema da guarda, a pesquisadora Adriana L. M. Coelho constatou que o princípio do melhor interesse da criança foi utilizado ou mencionado para fundamentar quase 90% das decisões. Esse princípio, segundo a pesquisadora, é o fundamento mais usual para julgamento das ações que envolvem crianças e adolescentes, embora seja criticado por trazer noção vaga, não bem *desenhada* pelo direito brasileiro. Mesmo sem definição específica do significado e obrigações atreladas a esse princípio, ele é constantemente usado pela jurisprudência, pela doutrina e por textos legais.³²⁹

Na concepção da professora Silvana Maria Carbonera, o princípio do melhor interesse deve variar de acordo com o contexto e a vida de cada infante. Segundo ela, a “imprecisão e a variedade de conteúdo que pode apresentar a noção de interesse do filho aponta para sua consagração como uma cláusula geral, um princípio protetivo onde poderiam estar abrigadas todas suas facetas, adequadas pelo juiz a cada caso concreto”³³⁰. Dessa forma, o direito se torna adaptável às transformações sociais e à diversidade das situações, compreendendo que o interesse de uma criança não é igual ao de outra criança, e que todos eles podem se alterar no decorrer do tempo. Para suprir as críticas, portanto, muitos/a autores/as

³²⁸ COELHO, 2016, *Op. Cit.*, p. 47.

³²⁹ COELHO, 2016, *idem*, p. 47.

³³⁰ CARBONERA, 2000, *Op. Cit.*, p.126.

tentam nomear os interesses a serem tutelados, recorrendo a marcos internacionais e direitos trazidos pela Constituição.³³¹

O Brasil conta com um significativo arcabouço jurídico de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente. A começar, no âmbito internacional, é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989³³². Esse documento estabelece um parâmetro mínimo de proteção dos direitos da infância, aplicáveis a todas as pessoas menores de 18 anos; determina, em seu texto, que todas as crianças e adolescentes têm direito de desfrutar, de forma igualitária, seus direitos civis e políticos, bem como econômicos, sociais e culturais. Seus principais temas, assim, são o interesse superior da criança, a possibilidade de evolução de suas capacidades, a não discriminação e o respeito à dignidade humana de crianças e adolescentes.³³³

Da mesma forma, na Constituição Federal de 1988, prevê-se dispositivos específicos à proteção da criança e do adolescente, com a responsabilização da família, da sociedade e do Estado em resguardarem seus direitos.³³⁴ Na senda da democratização do país e em conformidade com os princípios constitucionais, em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que por sua vez “reuniu toda a matéria referente a esta proteção decorrente dos princípios constitucionais e reforçou o reconhecimento da criança como sujeito de direitos”³³⁵, de modo a garantir a primazia de seus interesses.³³⁶

Diante desses documentos e normativas protetivos dos direitos das crianças e adolescentes, que preenchem o conteúdo substancial do princípio do melhor interesse, é possível questionar a necessidade da existência de uma lei específica como a lei nº 12.318/2010, que caracteriza, regula e pune a prática da alienação

³³¹ LÔBO, 2011, *Op. Cit.*, p. 202.

³³² Ainda, o Brasil é signatário da Declaração de Genebra (1924), que conferiu à criança proteção especial; da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que dispôs sobre a assistência especial a ser dada à infância e juventude; e da Declaração dos Direitos da Criança (1959), ocasião na qual foi reconhecido internacionalmente pela primeira vez o princípio do melhor interesse.

³³³ ALEGRE, 1999, *Op. Cit.*, p. 366.

³³⁴ NERI, 2013, *Op. Cit.*, p. 782.

³³⁵ MULTEDO, Renata V. *A judicialização da família e a proteção da pessoa dos filhos*. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.). *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 400.

³³⁶ Aqui, importante refletir sobre as observações de NERI (2013, p. 784-785): “Sensível a ocultação dessa violência na sociedade brasileira, devido a ausência de estatísticas e uma certa ‘naturalização’ como parte dos métodos de disciplina à disposição dos pais ou responsáveis, o ECA estipulou a obrigação de terceiros em comunicar a suspeita ou ciência da prática de maus-tratos a crianças e adolescentes.”

parental. Isso porque, se por um lado entende-se a preocupação em estender a proteção aos direitos da criança e do adolescente para garantir seu cumprimento, por outro é preciso pensar a temática a partir do arcabouço teórico e legislativo já existente no Brasil. O ordenamento jurídico brasileiro possui outros instrumentos capazes de sancionar os atos de alienação parental.³³⁷

Teixeira e Rodrigues desenvolvem esse argumento:

Mas seria essa lei necessária? Fazemos essa pergunta, pois, em razão da doutrina da proteção integral, do princípio do melhor interesse da criança, que influenciam o exercício do conjunto de poderes, direitos e deveres enfeixados pela autoridade parental, entendemos que seria perfeitamente factível a identificação e a sanção de práticas alienadoras, independentemente da existência da mencionada lei.³³⁸

No mesmo sentido, como pontuei anteriormente, a lei da alienação parental pode, em certos aspectos, mostrar-se destoante de toda a estrutura jurídica que procura combater a violência intrafamiliar e a violência doméstica, uma vez que alguns de seus dispositivos são utilizados por pais agressores. Como colocado, os casos de denúncias de abuso sexual infantil e violência doméstica já são tendencialmente encarados com descrédito e desconfiança pelo Judiciário brasileiro, sendo alvos de muitos preconceitos e discursos discriminatórios.

Nesse contexto, está em trâmite o projeto de lei nº 10.639/2018³³⁹, que procura revogar a lei da alienação parental, sob a justificativa³⁴⁰ de que a lei estaria sendo utilizada a favor de pais que abusam sexualmente de seus filhos, legitimando então a pedofilia. Menciona-se aqui um trecho da justificativa do projeto:

³³⁷ TEIXEIRA e RODRIGUES (2013, p.5) refletem: “não há que se olvidar que, mesmo antes da lei nosso sistema jurídico já dispunha de instrumentos suficientes para sancionar atos de alienação parental, que abrangiam desde a previsão do abuso de direito como ato ilícito funcional até medidas mais gravosas como a suspensão e destituição da autoridade parental.”

³³⁸ TEIXEIRA, RODRIGUES, 2013, p. 4

³³⁹ BRASIL. *Projeto de lei nº 10639/2018*, proposto em 1º de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182126>> Acesso em: 20 de setembro de 2018.

³⁴⁰ O projeto foi proposto pelo deputado federal Flavinho, do PSC/SP, em agosto de 2018. É importante pontuar que, embora eu concorde com a proposição desse projeto (revogar a lei da alienação parental), meu posicionamento não é o mesmo da justificativa elaborada pelo parlamentar (e é completamente divergente do partido político que ele representa), porque a meu ver a questão é mais complexa do que está ali relatada e alguns fatos ressaltados pelo deputado não condizem com a realidade da alienação parental.

A Lei, aprovada com a altiva intenção de manter a indissolubilidade dos laços afetivos de pais e filhos, acabou por viabilizar um meio para que pais que abusaram sexualmente dos seus filhos pudessem exigir a manutenção da convivência com essas crianças, inclusive retirando-os da presença das mães a depender do teor de termo de regulamentação de visitas judicialmente imposto.

A justificativa do projeto ainda trata das questões de “denúncias cruzadas” verificadas nos tribunais, em que “abuso sexual” e “alienação parental” aparecem nas mesmas decisões, pontuando a urgência de se repensar a aplicação da lei nº 12.318/2010. Na mesma senda, destaca o fato relevante de que as provas relacionadas aos abusos sexuais infantis são de difícil obtenção e podem produzir um processo de revitimização, de modo que a lei da alienação parental, se aplicada pelas/os magistradas/os, pode ter como consequência a perpetuação da situação de abuso ao manter o contato entre vítima e agressor.

Esse projeto foi proposto apenas recentemente no Congresso Nacional, mas já está sendo severamente criticado pela comunidade jurídica³⁴¹, que sustenta as vantagens da lei de alienação parental, sem, contudo, encarar a latente realidade de violência intrafamiliar existente no Brasil. Por outro lado, não são poucos os que defendem a aprovação do projeto de lei nº 4.488/2016³⁴², que tem como objetivo

³⁴¹ Sobre o assunto, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) lançou campanha contra o projeto de lei, solicitando votos contrários à sua aprovação na enquete disponibilizada pela Câmara dos Deputados: ASSESSORIA de Comunicação do IBDFAM. *Especialista critica projeto de lei que propõe revogar a Lei de Alienação Parental*, publicado em 8 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6716/Especialista+critica+projeto+de+lei+que+prop%C3%B5e+revo+gar+a+Lei+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental>> Acesso em: 10 de setembro de 2018. No mesmo sentido, ver: AVANSINI, Carolina. *Especialistas criticam tentativa de revogar lei da alienação parental*. Folha de Londrina, publicado online em 20 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/saude/especialistas-criticam-tentativa-de-revogar-a-lei-1013082.html>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

³⁴² BRASIL. *Projeto de lei nº 4488/2016*, proposto em 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077676>> Acesso em: 20 de setembro de 2018. A redação do projeto de lei é a seguinte:

“O Art. 3.º da Lei 12.318/2010 passa a vigorar com os seguintes parágrafos e incisos:

§ 1.º - Constitui crime contra a criança e o adolescente, quem, por ação ou omissão, cometa atos com o intuito de proibir, dificultar ou modificar a convivência com ascendente, descendente ou colaterais, bem como àqueles que a vítima mantenha vínculos de parentalidade de qualquer natureza. Pena – detenção de 03 (três) meses a 03 (três) anos

§ 2.º O crime é agravado em 1/3 da pena:

I – se praticado por motivo torpe, por manejo irregular da Lei 11.340/2006, por falsa denúncia de qualquer ordem, inclusive de abuso sexual aos filhos;

II – se a vítima é submetida a violência psicológica ou física pelas pessoas elencadas no § 1.º desse artigo, que mantenham vínculos parentais ou afetivos com a vítima;

III – se a vítima for portadora de deficiência física ou mental;

§ 3.º Incorre nas mesmas penas quem de qualquer modo participe direta ou indiretamente dos atos praticados pelo infrator.

instituir a criminalização dos atos de alienação parental; isto é, torna a realidade ainda mais drástica às mulheres, crianças e adolescentes que sofrem violência no seio familiar, como tratarei no tópico seguinte.

3.2 “COM O MANEJO FALSO DA LEI MARIA DA PENHA”: A ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Nessa perspectiva de entendimentos sobre o tema, aqui me proponho a comentar de modo mais aprofundado o projeto de lei nº 4.488/2016.³⁴³ A começar, menciono que os principais argumentos a favor da aprovação do projeto, elencados em sua própria justificativa, são a recorrência massiva da alienação parental, que alcançaria 80% dos casos de pais separados; a inexistência de norma penal que coíbe a alienação parental por meio de falsas denúncias de violência doméstica e/ou abusos sexuais; e o respeito ao princípio da proteção integral.³⁴⁴ Esses argumentos servem de base para uma concepção mais punitivista da alienação parental, tendo em vista ainda a percepção de alguns/as autores/as de que os/as alienadores/as são tratados com “impunidade” pelo Judiciário.³⁴⁵

Destaco aqui o texto de justificativa do projeto, que resume os principais pontos de defesa da alienação parental, tratados ao longo deste trabalho:

§ 4.º provado o abuso moral, a falsa denúncia, deverá a autoridade judicial, ouvido o ministério público, aplicar a reversão da guarda dos filhos à parte inocente, independente de novo pedido judicial.

§ 5.º - O juiz, o membro do ministério público e qualquer outro servidor público, ou, a que esse se equipare a época dos fatos por conta de seu ofício, tome ciência das condutas descritas no §1.º, deverá adotar em regime de urgência, as providências necessárias para apuração infração sob pena de responsabilidade nos termos dessa lei.”

³⁴³ Cabe retomar, nesse sentido, que a criminalização da alienação parental não é uma proposta nova. O próprio projeto da lei nº 12.318/2010 - o projeto de lei nº 4.053/2008, do deputado Régis de Oliveira (PSC/SP) - já previa essa possibilidade, porque prescrevia o ato de “apresentar falsa denúncia” para afastar o genitor da criança como um exemplo de forma de alienação parental. Ainda, ao apresentar o Substituto, o relator deputado Acélio Casagrande (PMDB/SC), na Comissão de Seguridade Social e Família, acrescentou o art. 9º ao projeto, que sugeria a introdução do art. 236-A no ECA, trazendo um novo tipo penal – “a conduta específica de violar a convivência familiar de uma criança ou adolescente.” Posteriormente, o art. 9º foi retirado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva vetou a criminalização da alienação parental.

³⁴⁴ WAQUIM, 2016, *Op. Cit.*, p. 11.

³⁴⁵ Nesse sentido, proclama LEITE (2015, p. 7): “Por mais incrível que possa parecer, constata-se a ocorrência infinita de alienações parentais, de toda a sorte de abusos morais, psicológicos e, raramente, os alienadores são exemplarmente punidos. Tal estado de impotência (ou inação?) do Judiciário, além de incentivar o processo de alienação fomenta a noção perigosa que, ao final do processo, os juízes indultam as partes pelo simples fato de serem pais.”

É de conhecimento que o mal da alienação parental é prática mais que comum, em mais de 80%(oitenta por cento) nas relações de pais separados, com manejo falso da Lei Maria da Penha, denúncias de abusos sexual, são atos criminosos que visam afastar os filhos do outro cônjuge, ou das pessoas que mantenham vínculos afetividade, com estes.

Não existe, até o momento em nosso ordenamento jurídico, norma penal capaz de efetivar o temor reverencial dessas condutas criminosas, onde as crianças e adolescentes são as maiores vítimas, seja por invenções descabidas de fatos inexistentes, de denúncias criminais falsas, propositais, visando, unicamente, impedir o contato, a convivência, geralmente por quem detém a guarda dos filhos.

É de crucial relevância em homenagem ao princípio da proteção integral, imputando a quem comete qualquer ato que vise destruir laços de afetividade, sanção criminal.

Por tudo quanto aqui sucintamente exposto, submetemos à apreciação de nossos Nobres Pares e que contamos com o apoio para a aprovação da presente proposta.

A expressão que mais chama atenção nesse trecho é certamente *com manejo falso da Lei Maria da Penha*. Em um primeiro momento, sem um olhar muito atento, não se percebe a relação entre a lei da alienação parental e a lei Maria da Penha³⁴⁶; porém, com um cuidado um pouco maior, é possível identificar que as alegações de alienação parental muitas vezes servem como instrumento de defesa nos casos de violência doméstica, embora essa hipótese não seja muito comentada. Inclusive, a questão tem sido completamente desconsiderada pela doutrina nacional, que se preocupa em tratar a alienação parental como um fenômeno isolado das relações conjugais. Na prática, contudo, as realidades podem estar imbricadas: mulheres que sofreram anos de violência no âmbito doméstico, receosas de que a situação de violência se repita contra seus/suas filhos/as ou traumatizadas pelas agressões que sofreram, acabam afastando os/as infantes de seu agressor – e são acusadas de alienação parental.

O problema nesses casos é que a alienação parental está sendo invocada de forma indevida, e esse projeto de criminalização do fenômeno, caso aprovado, pode agravar a condição das mulheres. Como se depreende de sua própria justificativa, ele tem o intuito expresso de diminuir as denúncias e testemunhos das mulheres em situação de violência. É evidente, nesse contexto, que a possibilidade de

³⁴⁶ BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm> Acesso em: 2 de junho de 2018.

criminalização da alienação parental não faz sentido na lógica do ordenamento jurídico brasileiro e das orientações dos tratados internacionais.³⁴⁷

A começar, a possibilidade de criminalizar a alienação parental não se apresenta como imprescindível, uma vez que o Código Penal brasileiro já tipifica as denúncias caluniosas (art. 339 e 340) e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe de instrumentos para inibir os abusos nas relações de parentalidade.³⁴⁸ Além disso, importa ressaltar que a doutrina da proteção integral possui como proposta um caráter muito mais preventivo do que repressivo, tendo como demanda a efetivação de políticas públicas pelo Estado.³⁴⁹ No entendimento de Ferreira e Enzweiler³⁵⁰, portanto, a criminalização da alienação parental se trata de um movimento de *backlash*³⁵¹ às conquistas alcançadas pelos movimentos feministas no reconhecimento dos direitos das mulheres e nos avanços no combate à violência doméstica: seria uma reação para manter “o *status quo* promovido pela ideologia patriarcal, empregando para isso o questionamento das garantias outorgadas ao gênero feminino.”³⁵²

Nessa seara, retomo aqui a importância de se realizar uma leitura feminista do fenômeno da alienação parental. Ao longo deste trabalho, busquei inserir a alienação parental no contexto de violência estrutural e cultural contra mulheres, crianças e adolescentes, para apontar o preconceito de gênero reproduzido pela

³⁴⁷ Como pontua WAQUIM (2016, p. 19): “A criminalização, longe de atender às orientações dos tratados internacionais e às próprias exigências do sadio desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, atende ao movimento de fetichismo das leis e intenta mais permitir uma revanche legalizada contra o alienador, do que promover a integridade psicológica e restabelecer o direito à convivência familiar da prole alienada.”

³⁴⁸ Inclusive, alteração legislativa recente (setembro/2018), ao ECA e ao Código Penal, prevê a perda do poder familiar de autor de “determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.” Os crimes previstos pela legislação são crimes dolosos, incluindo homicídio, feminicídio ou lesão corporal, bem como estupro e “crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.” Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13715-24-setembro-2018-787189-publicacaooriginal-156469-pl.html>>

³⁴⁹ WAQUIM, 2016, *Op. Cit.*, p. 22

³⁵⁰ No mesmo sentido, a jurista espanhola RACERO (2013, p. 59) questiona: “¿no cabe reflexionar entonces que el SAP o sus eufemismos son el intento desesperado de perpetuar los derechos del padre de familia disconforme con su nueva situación en la sociedad después de la separación o divorcio, más allá de su comportamiento o habilidades parentales? Gardner insistía em que el SAP no debía confundirse con la alienación parental, que es el rechazo de los padres a los hijos, ¿no es acaso plausible que el padre cuando alega SAP en los tribunales sea él que no acepta, rechaza la personalidad del hijo o hija?”

³⁵¹ Em termos gerais, como indicam FERREIRA e ENZWEILER (2014, p. 103), o *backlash* é um movimento político conservador, que surge como reação/resposta às conquistas alcançadas pelos movimentos sociais, como os movimentos feministas e LGBTI+, no reconhecimento e efetivação de seus direitos.

³⁵² FERREIRA, ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 103.

doutrina e pelos órgãos do Judiciário em relação ao tema. Neste ponto, desenvolvo o principal argumento que me levou a iniciar esta pesquisa: o uso da alienação parental em casos de violência doméstica e relacionamentos abusivos.

Primeiro, pontuo que, embora tenha havido um desenvolvimento no debate sobre essas questões no Brasil, com inclusive alguns avanços legislativos, a fragilidade das mulheres no ambiente doméstico e nos relacionamentos afetivos é ainda encoberta por uma série de discursos discriminatórios no contexto brasileiro. Alguns fatores já mencionei ao longo deste trabalho: a naturalização da violência, o descrédito nos discursos das mulheres, a atribuição dos deveres de cuidado a elas no contexto familiar. Contudo, entendo ser importante aprofundar a realidade dessas mulheres e relacionar esses fatores às considerações feitas, sobretudo por juristas, sobre a alienação parental.

Com efeito, cabe mencionar que a existência e efetivação de uma política que realmente combata a violência doméstica no Brasil tem sido pauta dos movimentos feministas desde as décadas finais do último século.³⁵³ Reconhece-se, assim, que um dos principais avanços sobre essa situação no campo jurídico foi a promulgação da lei nº 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha. A referida lei, pois, resultou de uma soma complexa de forças políticas e pressões sociais, pautadas principalmente pelos movimentos feministas e incluindo também os organismos internacionais que se propõem a defender os direitos humanos – vale lembrar aqui que o caso das violências sofridas por Maria da Penha³⁵⁴ foi levado à Comissão

³⁵³ MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismos brasileiros nas relações com o Estado*. Contextos e incertezas. Campinas: Cadernos Pagu, n. 47, 2016.

³⁵⁴ Durante a década de 1980, Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica, residente de Fortaleza, no Ceará, foi vítima de violência praticada pelo seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros. Ela relata que o comportamento dele era agressivo e violento, de modo que ela e as filhas foram vítimas de agressões que durou todo o tempo da relação matrimonial. No entanto, apesar de a situação ter se tornado insuportável, Maria da Penha admite não ter tido coragem de tomar a iniciativa de separar-se, com medo de represálias piores por parte do companheiro. A violência sistemática contra ela, contudo, atingiu o ápice em 29 de maio de 1983, quando ele lhe deu um tiro nas costas enquanto ela dormia. Marco Viveiros tentou encobrir o crime alegando que haviam invadido o lugar onde viviam e tentado realizar um roubo – ela conta que, ao sentir a dor do tiro, fingira estar morta com medo de que ele efetivamente a matasse com outro tiro. Dessa agressão, Maria da Penha nunca se recuperou: ela teve paralisia decorrente das lesões, além de passar por diversos procedimentos cirúrgicos. Algumas semanas depois, quando regressou do hospital para se recuperar, ela foi vítima de mais uma tentativa de assassinato por parte do marido, que tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho. Foi a partir disso que Maria da Penha decidiu separar-se dele judicialmente e fazer as denúncias de seus crimes. Porém, quinze anos depois dessa decisão, o caso ainda não havia transitado em julgado e o agressor de Maria da Penha restava impune. Diante desse descaso do Judiciário brasileiro em oferecer uma resposta ou consolo a ela, Maria da Penha encaminhou seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Interamericana de Direitos Humanos³⁵⁵, que pronunciou relatório desfavorável ao Estado brasileiro.

Nesse relatório, a Comissão entendeu que o Estado brasileiro é responsável por uma tolerância sistemática com os casos de violência doméstica, enraizada na estrutura estatal como um todo, que apenas contribui para perpetuação da violência contra a mulher, em seu caráter psicológico, social e histórico. A decisão da Comissão, assim, baseou-se na violação dos deveres assumidos pelo Estado com a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher³⁵⁶, segundo a qual o Brasil estaria obrigado a organizar um aparato governamental que garantisse medidas preventivas, investigativas e punitivas das violências contra a mulher. Nesse sentido, o objetivo das entidades peticionárias no caso de Maria da Penha era, por meio da litigância internacional, propiciar avanços na garantia dos direitos humanos das mulheres no Brasil.³⁵⁷

Enfim, com a promulgação da lei Maria da Penha, a caracterização da violência doméstica adquiriu contornos mais definitivos no país.³⁵⁸ Houve, primeiramente, uma mudança paradigmática no enfrentamento da violência contra a mulher, que passou a ser concebida como uma violação aos direitos humanos, estando de acordo com os tratados internacionais.³⁵⁹ Também, incorpora-se a ótica

³⁵⁵ COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos. *Relatório nº 54/01. Caso nº 12.051, Maria Da Penha Fernandes (Brasil)*, 4 de abril de 2001. Disponível em: < <https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.

³⁵⁶ A Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) foi ratificada pelo Brasil em 1995 e possui como objetivo “reforçar o compromisso constitucional do Estado brasileiro em adotar medidas legislativas e ações políticas, para coibir a violência contra a mulher”. É, assim, um instrumento internacional que reconhece os direitos das mulheres e procura eliminar as discriminações de gênero. Sobre esses instrumentos, ver: NERI (2013, p. 778) e ALEGRE, (1999, p. 365).

³⁵⁷ PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. *Direitos humanos das mulheres, família e violência*. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.) *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 76.

³⁵⁸ A lei Maria da Penha define a violência doméstica contra a mulher da seguinte forma: “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.”

³⁵⁹ Como indicado por PIOVESAN e FACHIN (2013, p. 78), foi uma mudança paradigmática porque, até o advento da lei Maria da Penha, a violência contra a mulher no âmbito doméstico era tratada juridicamente como mera *infração penal de menor potencial ofensivo*, conforme previsão da lei nº 9.099/1995.

de gênero para tratar a questão, de uma perspectiva multidisciplinar, preventiva e protetiva. A partir da lei, a violência doméstica tem sido relacionada a uma das formas da violência de gênero; isto é, foi caracterizada como uma violência perpetrada exclusivamente contra a mulher no ambiente familiar – em especial, no contexto de conjugalidade, incluindo aqui também os relacionamentos entre mulheres.³⁶⁰

No entanto, mesmo com o avanço legislativo, é certo que ainda se deve investir em uma mudança estrutural, que englobe tanto os desafios do sistema político e jurídico, quanto a raiz patriarcal das mentalidades brasileiras. Nesse sentido, no relatório da Comissão, foi destacado o evidente descaso e despreparo das autoridades brasileiras, em 1997, com os casos de violência doméstica:

Em outros casos, as mulheres não apresentam denúncias formais contra o agressor. Na prática, as limitações legais e de outra natureza amiúde expõem as mulheres a situações em que se sentem obrigadas a atuar. Por lei, as mulheres devem apresentar suas queixas a uma delegacia e explicar o que ocorreu para que o delegado possa redigir a “denúncia de incidente”. Os delegados que não tenham recebido suficiente treinamento podem não ser capazes de prestar os serviços solicitados, e alguns deles, segundo se informa, continuam a responder às vítimas de maneira a fazer com que se sintam envergonhadas e humilhadas. Para certos delitos, como a violação sexual, as vítimas devem apresentar-se ao Instituto Médico Legal, que tem a competência exclusiva para realizar os exames médicos requeridos pela lei para o processamento da denúncia. (...) Além disso, inclusive quando as mulheres tomam as medidas necessárias para denunciar a prática de delitos violentos, não há garantia de que estes serão investigados e processados.³⁶¹

Portanto, da mesma forma como ocorre com os abusos sexuais perpetrados contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, um dos grandes problemas nos casos de violência doméstica no Brasil continua sendo a realização da denúncia, mesmo com a implementação recente de políticas públicas para combater essa realidade³⁶². A denúncia, afinal, coloca as mulheres em contato com os preconceitos

³⁶⁰ NERI (2013, p. 781) complementa: “A Lei Maria da Penha foi elaborada no quadro de um referencial teórico que assume a violência contra a mulher como resultante do sistema patriarcal cujas ideologias, políticas e mecanismos econômicos pregariam a subjugação do feminino pelo masculino. Desse modo, além das relações intrafamiliares as próprias estruturas sociais vitimizariam as mulheres.”

³⁶¹ CIDH, 2001, *Op. Cit.*

³⁶² Na senda da promulgação da lei Maria da Penha, a rede de combate à violência doméstica tem sido fortalecida, sobretudo nas capitais do país, com estruturas melhores preparadas para

reproduzidos socialmente. Não é raro que se escute – de profissionais da saúde, policiais, operadores/as do direito e do senso comum em geral – que a culpa da violência doméstica é da própria vítima, que “não se valoriza” ou ainda que “gosta de apanhar”. Há, assim, a naturalização de estereótipos negativos sobre as vítimas de violência doméstica, que são empecilhos para a aplicação eficiente dos instrumentos e políticas de enfrentamento.³⁶³

Denunciar o agressor, para a maioria das mulheres, é um momento de muita angústia, insegurança e medo, por vários motivos, inclusive pelos receios produzidos pelo próprio sistema de justiça. Uma mulher que convive com seu agressor é alvo de constantes abusos e ameaças, em que a própria denúncia se torna instrumento de controle; por isso, elas demoram vários anos para sair do ciclo de violência.³⁶⁴ As condições materiais são, em muitos casos, o que mantêm as mulheres nessa situação, mas as relações são mais complexas do que isso. Apesar de o sustento financeiro ser um fator de grande relevância para a permanência de muitas mulheres em relacionamentos com agressores, sobretudo para aquelas em condições sociais desfavoráveis, o ciclo de violência doméstica tem variáveis mais delicadas. A dependência, antes de ser financeira, é emocional e social.³⁶⁵

De forma sistemática, percebe-se nas vítimas de violência doméstica não apenas uma internalização da culpa por estar sofrendo as agressões, mas também uma insegurança em relação aos riscos do rompimento com o parceiro. Na concepção das vítimas, é notável a dificuldade em conceber sua própria identidade feminina como autônoma em relação ao outro. A separação, assim, e o enfrentamento da sociedade “sozinha” é o que leva muitas mulheres a permanecerem em relacionamentos violentos.³⁶⁶ Além disso, contribui para a dificuldade de realizar denúncias os estigmas da “mulher separada” e “mãe solteira” que perpassam pela sociedade e reforçam a crença de que “se está ruim com ele, vai ficar pior sem ele”.

Estabelece-se o chamado “ciclo da violência”: as mulheres voltam a conviver com os companheiros, mesmo após a realização da denúncia nas delegacias

atendimento das vítimas – como Juizados especializados em violência doméstica, Delegacias da Mulher, Casa da Mulher Brasileira.

³⁶³ NERI, 2013, *Op. Cit.*, p. 798.

³⁶⁴ NERI, 2013, *idem*, p. 798.

³⁶⁵ RABELLO, Patrícia Moreira. *As filhas de Eva – Violência de gênero*. Recife: EDUPE, 2006, p.89.

³⁶⁶ MEGALHÕES, 2005, *Op. Cit.*, p. 59.

especializadas, diante de uma promessa de “bom comportamento” por parte deles. Promessa, porém, que dura pouco – a maior parte delas volta a ser agredida.³⁶⁷ É nesse contexto que surge a dependência emocional e afetiva dessas mulheres. Como essas relações são pautadas também na afetividade, *nos limites da violência*, as mulheres aceitam a violência nos relacionamentos íntimos porque elas não querem desistir do cuidado, do carinho. Nas palavras de bell hooks, “elas aguentam o abuso como o preço que pagam. Elas sabem que podem viver sem o abuso, elas não pensam que podem viver sem cuidado.”³⁶⁸

Assim, a falta de perspectiva e de condições materiais para um recomeço, longe de seu provedor, a vergonha da sociedade e a falta de apoio da família fazem com que a mulher maltratada procure a reconciliação, o que gera o processo chamado de rotinização da violência.³⁶⁹ As vítimas de violência, diante de toda a situação de agressões constantes em que se encontram, sofrem os efeitos psicológicos do abuso e possuem menor capacidade financeira para procurar uma nova moradia, longe do agressor.³⁷⁰ Na violência doméstica, portanto, o ciclo que se desenvolve é nocivo e há uma complexidade de relações, que envolvem não apenas o casal, mas também a família e, principalmente, as/os filhas/os. A preocupação com o sustento e segurança das crianças é mais um fator que contribui para a permanência das relações violentas.

No Brasil, são inúmeros os casos notórios que retratam esta realidade, ao longo de toda a sua história.³⁷¹ Verifica-se um gravíssimo quadro de violência contra

³⁶⁷ RABELLO, 2006, *Op. Cit.*, p. 90.

³⁶⁸ Tradução minha do trecho original de hooks (1984, p. 124): “They may accept violence in intimate relationships, whether heterosexual or lesbian, because they do not wish to give up that care. They see enduring abuse as the price they pay. They know they can live without abuse; they do not think they can live without care.”

³⁶⁹ RABELLO, 2006, *ibidem*, p. 90.

³⁷⁰ FERREIRA, ENZWEILER, 2014, *Op. Cit.*, p. 97.

³⁷¹ RABELLO (2006, p. 42-43), em sua obra, descreve esses casos notórios que aconteceram no país, em diferentes épocas. O primeiro caso de destaque, segundo a autora, ocorreu em 1928: Maria Mercedes Féa foi morta, esquartejada e despachada dentro de uma mala, em um navio, por seu próprio marido, quando estava grávida de seis meses. O marido, italiano que acabara de chegar no Brasil, alegou ter cometido o crime por motivos de ciúmes. Na década de 1970, esse foi o mesmo motivo que levou o namorado de Ângela Diniz, chamada pela mídia de “prostituta de alto luxo da Babilônia” e acusada do consumo de drogas, a assassiná-la. Seu advogado defendeu a tese de que ele estaria defendendo sua honra e o julgamento foi muito mais direcionado à conduta da vítima. Em agosto de 2000, Sandra Gomide foi morta por seu ex-namorado em São Paulo. Ele alegou em sua defesa que o homicídio foi simples, não qualificado, em decorrência de sua violenta emoção e, em segunda instância, o juízo permitiu que ele continuasse em liberdade. Em 2003, a dona de casa Maria do Carmo Alves de Lima foi assassinada por seu ex-namorado, um médico que jogou seu corpo numa banheira com substâncias químicas. Ele também retirou os órgãos internos dela e suas

as mulheres na sociedade brasileira, que atinge principalmente àquelas mais vulneráveis nas relações sociais. Se por um lado é possível dizer que a problemática da violência doméstica e sexual atinge mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, é preciso ressaltar que algumas formas específicas de agressões constroem mais evidentemente as mulheres negras, submetidas ao racismo estrutural, que limita suas relações afetivas e compromete o pleno exercício da sua sexualidade pelo peso dos estigmas sociais.³⁷² Essas mulheres sofrem, portanto, não apenas o machismo nas mãos de seus companheiros, mas também a discriminação racial, que deve ser enfrentada igualmente na luta contra a violência doméstica.³⁷³

Nesse ponto, destaco um trecho do trabalho da psicóloga Lass, já mencionada por ter buscado identificar os “transtornos” das mulheres alienadoras: em uma das entrevistas realizadas pela pesquisadora, “uma das participantes afirmou que o ex-cônjuge era preconceituoso e imagina que o mesmo a vê como descendente direita de macacos”³⁷⁴. Em seu trabalho, Lass considerou essa fala como mais um sintoma da “loucura” da mulher, sem perceber os resquícios de racismo evidentemente inseridos nas atitudes do ex-cônjuge da entrevistada. Como contraponto a essa invisibilização, considero aqui que as disposições hierárquicas de gênero são ordenadas a partir de um ideal de branquitude; assim, na sociedade, “o feminino e o masculino, quando encarnados por pessoas negras ou de outros grupos raciais não-hegemônicos, só podem ser compreendidos como desviantes, incompletos, exóticos”.³⁷⁵ A violência contra a mulher negra, desse modo, é agravada por esses ideais racistas socialmente infligidos.

Diante desse panorama, fica evidente que a questão da violência doméstica na sociedade brasileira é muito complexa e envolve variáveis que indicam a forma como cada mulher se percebe nos ciclos de violência. Sair desses ciclos, enfim, não

unhas, para dificultar a identificação, depois repartiu o corpo e colocou os pedaços em sacos de lixo – estima-se que o procedimento demorou cerca de oito horas.

³⁷² CARNEIRO (2003, p. 122) descreve, nesse contexto, que as mulheres negras – por não estarem contempladas pelos padrões estéticos brancos dominantes na sociedade e por serem vítimas dos discursos racistas – são muitas vezes abandonadas afetivamente, tendo mais dificuldades para encontrar companheiros/as.

³⁷³ Como menciona PEREIRA (2013, p. 2), a violência contra essas mulheres não resultado “exclusivamente a feminilidade, porém a feminilidade imiscuída à ausência de branquitude que a rebaixa.” Ver: PEREIRA, Bruna Cristina J. *Tramas e dramas da cor: mulheres negras, relacionamentos afetivos e familiares e violência doméstica*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

³⁷⁴ LASS, 2013, *Op. Cit.*, p. 55.

³⁷⁵ PEREIRA, 2013, *ibidem*, p. 6.

depende apenas de uma vontade unilateral: envolve, pois, toda a estrutura social, política e, ainda, jurídica, que precisa estar preparada para receber essas mulheres. Nesse ponto, o acolhimento das denúncias é de suma importância para a efetivação das políticas públicas de combate da violência contra a mulher - esse acolhimento, porém, acaba prejudicado diante dos empecilhos sustentados pelo fenômeno da alienação parental.

Nessa senda, considerando o grave contexto de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes, alguns/as autoras/es – em especial, no cenário internacional - têm se posicionado contra a aplicação da alienação parental, por entender que ela representa uma “arma do patriarcado”³⁷⁶ a ser utilizada como represália pelas denúncias de violência perpetrada no âmbito familiar. A jurista espanhola Dolores Padilla Racero³⁷⁷ menciona como a alienação parental é um instrumento do pai que foi violento ou negligente ou, ainda, que não aceita a separação proposta pela mulher. Além disso, para a autora, é perigoso sustentar os argumentos da alienação parental porque eles invocam a “terapia da ameaça”³⁷⁸, que foi sugerida por Gardner e seus seguidores para lidar com esses casos.

Gardner, afinal, não se preocupava com os possíveis danos psicológicos infligido às mulheres, crianças e adolescentes diante das agressões sofridas no âmbito doméstico.³⁷⁹ Inclusive, as recomendações do autor para quando uma mãe denunciava violência e abuso eram que ela continuasse com o agressor e fosse ajudada em relação a sua “raiva”. Ele também sugeriu, a respeito das denúncias de abuso sexual infantil, a criação de programas federais para ajudar os “milhões” que supostamente foram acusados de abuso indevidamente.³⁸⁰

³⁷⁶ RACERO, 2013, *Op. Cit.*, p. 59.

³⁷⁷ RACERO, 2013, *idem*, p. 60 *et seq.*

³⁷⁸ Sobre o assunto, a Asociación Española de Neuropsiquiatria (2010) também se pronunciou: “La ‘terapia’ que propone Gardner para acabar con la supuesta ‘programación’ y que él mismo denominó ‘terapia de amenaza’ cierra cualquier salida a un niño/a víctima de abusos de escapar de la situación temida. Amenazar con encarcelar o quitar las visitas al cónyuge (usualmente la madre) con quien el niño tiene el vínculo más estrecho, fuerza a la niña/o a aceptar la relación con el progenitor litigante.”

³⁷⁹ FERREIRA e ENZWEILER (2014, p. 88) questionam: “Parece absurdo, mas o criador da expressão SAP teria aconselhado os pais (homens) a bater nos próprios filhos se estes reclamassem ‘do pai rejeitado’.”

³⁸⁰ MACLENNAN, Catriona. *Family Court using discredited US theory*. Newsroom, New Zealand, publicado em 14 de Agosto 2017. Disponível em: <<https://www.newsroom.co.nz/2017/08/13/42453/family-court-using-discredited-us-theory#>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

Como forma de “tratar” as crianças e adolescentes alienadas, o psiquiatra sugeriu, além da inversão da guarda em favor do alienado³⁸¹, a “colocação em um centro de detenção juvenil por alguns dias, com a finalidade de que reconsiderem suas decisões ou, ainda, uma excursão ao referido local” ou “em um lar adotivo ou um abrigo para crianças abusadas”³⁸². Em relação à alienadora, pontuou que não é possível terapia, porque “mesmo antes do divórcio apresentavam deficiências na capacidade de criação dos filhos.”³⁸³ Em geral, ele defendeu a importância de efetivação de penalidades rigorosas para o descumprimento de ordens, inclusive “prolação de decisão judicial determinando um passeio escoltado do alienador à prisão local, para sua familiarização com o que lhe aguarda na eventualidade de insistência”.³⁸⁴

Nada obstante, é evidente que essas “soluções” apontadas por Gardner, além de não resolverem os problemas colocados, tratam-se de nova violência e violação dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes envolvidos nos casos. Por esse motivo, suas sugestões foram rechaçadas e criticadas por grande parte da doutrina internacional. No Brasil, porém, em que pese suas considerações mais radicais não tenham sido propostas pela legislação³⁸⁵, o projeto de lei nº 4.488/2016 traz uma

³⁸¹ CÔRREA (2016, p. 22), em sua sistematização de textos do autor, descreve: “Como forma de tratamento para crianças propõe a inversão da guarda, vez que a terapia isolada, com a manutenção da guarda com o alienador, pode se revelar inútil. Somente por meio de remoção da criança da companhia do alienador é que existe alguma chance de interrupção desse processo patológico.”

³⁸² CORRÊA, 2016, *idem*, p. 39.

³⁸³ As considerações GARDNER (1991) são as seguintes, no original: “Regarding the therapeutic approaches in this category, traditional therapy for the mother is most often not possible. Usually, she has absolutely no insight into her deep-seated psychiatric problems and is thereby totally unreceptive to treatment. Often, she will consider therapists and other evaluators who believe that her delusions are not warranted to be joining in with her husband. These examiners thereby become incorporated into the paranoid system.”

³⁸⁴ CORRÊA, 2016, *ibidem*, p. 38.

³⁸⁵ A lei nº 12.318/2010 categoriza os seguintes “instrumentos processuais” a serem adotados nos casos de alienação parental:

“Art. 6º. Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;

II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;

III - estipular multa ao alienador;

IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;

V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;

VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou

noção muito parecida com a doutrina de Gardner, ao buscar criminalizar os atos supostamente alienantes e apontar uma saída punitivista e incompatível com a lógica do ordenamento jurídico nacional.

Nesse sentido, apesar das polêmicas que envolvem a figura de Gardner, tem-se reconhecido³⁸⁶, no campo da psicologia forense, que seus apontamentos são relevantes para compreender a realidade familiar. Sobre o tema, é possível apontar, mesmo se afastando do pensamento do autor, que ele identificou uma importante questão nas relações familiares, que, portanto, deve ser melhor estudada, corretamente identificada e pesquisada localmente. É salutar que a alienação parental seja mais profundamente investigada no contexto brasileiro, a partir de um esforço conjunto e interdisciplinar. Afinal, as diferentes e complexas realidades precisam ser consideradas pelo pensamento jurídico, de modo que a lei nº 12.318/2010 não represente uma ferramenta nas mãos de abusadores.

Destarte, como tenho indicado ao longo deste trabalho, a leitura feminista adotada ajuda a pensar em horizontes para essas situações conflituosas na medida em que - para além de oferecer soluções pontuais para problemas complexos - permite que as estruturas jurídicas como um todo sejam repensadas. A partir do momento em que se entende o sistema jurídico como masculino e sustentado por interesses masculinos, é possível questionar como a elaboração e aplicação da legislação está afetando a vida das mulheres. No que tange ao direito das famílias, mais especificamente, importa considerar a violência estrutural contra mulheres, crianças e adolescentes que permeia a sociedade: a família, pois, acaba sendo um espaço no qual afetividade e violência se misturam e se sobrepõem.

Com essa realidade em mente, e já em tom conclusivo, me propus a repensar o fenômeno jurídico da alienação parental: não apenas porque a inserção da lei nº 12.318/2010 ao ordenamento pode fomentar problemas, mas porque essa releitura ainda me possibilita considerar, de outro ponto de vista, todo o sistema. Os feminismos, enfim, me apresentam a oportunidade de olhar para as questões em debate no mundo de uma perspectiva crítica. Certamente, uma perspectiva mais empoderada, mais libertária, disposta a lutar por uma sociedade mais igualitária.

adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.”

³⁸⁶ Com base nessa mesma lógica, posiciona-se CORRÊA (2016, p. 88): “a despeito das críticas e dos equívocos constantes na obra de Richard Gardner, não se pode perder de vista sua importância. Uma vez que, numa atitude de vanguarda detectou a ocorrência de fenômeno até então não descrito na literatura, conceituou-o e delimitou-o, mesmo com a carência de estudos científicos.”

Angela Davis, ao pronunciar que o feminismo envolve “muito mais que a igualdade de gênero”, ressalta como ele permite que se reconheça as conexões entre os discursos, instituições, identidades e ideologias que geralmente são considerados separados. O feminismo insiste em nos fazer pensar de forma conjunta em coisas que parecem estar separadas, bem como em separar coisas que parecem pertencer juntas. Nas palavras de Davis, “também nos ajuda a desenvolver estratégias epistemológicas e organizadoras que nos leva além das categorias de ‘mulheres’ e ‘gênero’”.³⁸⁷

Noutra senda, contudo, o contato com o feminismo também me leva a temer as facetas mais violentas e perversas da sociedade, me tornando responsável por atuar de modo a denunciá-las e combater-las. Denunciar e combater a violência foram, assim, prioridade neste trabalho. Procurei bagunçar as certezas e questionar o sistema, com o intuito de, quem sabe, resistir a uma ordem que em muitos momentos se coloca contrária à proteção dos grupos mais vulneráveis.

³⁸⁷ Nas próprias palavras de DAVIS (2016, p. 104): “Feminism involves so much more than gender equality. And it involves so much more than gender. Feminism must involve a consciousness of capitalism - I mean, the feminism that I relate to. And there are multiple feminisms, right? It has to involve a consciousness of capitalism, and racism, and colonialism, and postcolonialities, and ability, and more genders than we can even imagine, and more sexualities than we ever thought we could name. Feminism has helped us not only to recognize a range of connections among discourses, and institutions, and identities, and ideologies that we often tend to consider separately. But it has also helped us to develop epistemological and organizing strategies that take us beyond the categories “women” and “gender”. And, feminist methodologies impel us to explore connections that are not always apparent. And they drive us to inhabit contradictions and discover what is productive in these contradictions. Feminism insists on methods of thought and action that urge us to think about things together that appear to be separate, and to disaggregate things that appear to naturally belong together.”

CONCLUINDO: AS AMEAÇAS DA ONDA CONSERVADORA

Neste trabalho, desde o início, a proposta foi me posicionar como feminista para pensar o direito. Destarte, importa uma leitura feminista para criticar e considerar sob essa perspectiva os discursos que sustentam a alienação parental. Ao mesmo tempo, porém, entendo ser cada vez mais urgente adotar posicionamentos críticos perante o ordenamento jurídico; em especial, com vistas a garantir a efetividade dos direitos humanos e das pautas dos grupos vulneráveis, uma vez que sabemos dos riscos em que esses direitos se encontram diante da onda conservadora predominante no cenário político brasileiro.

É evidente, pelas reflexões aqui trazidas, que nossa sociedade vive em constantes tensões pelos processos de emancipação e igualdade dos grupos vulneráveis. Realmente, a conquista de direitos, sua garantia e aplicação fazem parte de um processo histórico, pontuado por continuidades e descontinuidades, momentos de avanços e de resistências. Os direitos das mulheres – e dos demais sujeitos à vulnerabilidade – são temas incansavelmente em disputa, passíveis aos retrocessos e conservadorismos da conjuntura nacional, impulsionados pela força das resistências coletivas.³⁸⁸

Nesse sentido, refleti aqui sobre a complexidade dessas pautas. Verifiquei, pelas ideias desenvolvidas, que mesmo nos contextos nos quais se busca uma maior proteção dos grupos vulneráveis, tem-se uma dificuldade na aplicação dessa rede protetiva, devido à faceta mais estrutural da violência. Na circunstância específica da alienação parental, pode-se interpretar a lei com o intuito de fomentar um sistema mais protetivo dos direitos das crianças e adolescentes, possibilitando uma existência mais saudável nas relações familiares. Contudo, em que pese exista essa possibilidade, sua aplicação e interpretação em geral colide com outras

³⁸⁸ Aqui, novamente, fica a lição de DAVIS (2016, p. 49). Perguntada sobre como, após décadas de ativismo político, ela consegue continuar, simplesmente respondeu: ““Well, I don't think we have any alternative other than remaining optimistic. Optimism is an absolute necessity, even if it's only optimism of the will, as Gramsci said, and pessimism of the intellect. What has kept me going has been the development of new modes of community. I don't know whether I would have survived had not movements survived, had not communities of resistance, communities of struggle survived. So whatever I'm doing I always feel myself directly connected to those communities and I think that it is an era where we have to encourage that sense of community particularly at a time when neoliberalism attempts to force people to think of themselves only in individual terms and not in collective terms. It is in collectivities that we find reservoirs of hope and optimism”.

violências que se reproduzem no seio das famílias brasileiras e agrava a situação de vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos.

Apontei, por um lado, como a condição das mulheres no ambiente familiar é permeada pela violência doméstica e relacionamentos abusivos que, nas imbricações das relações de conjugalidade com parentalidade, podem resultar no desenvolvimento da alienação parental. Minha proposta, assim, foi pensar, a partir das discussões que a leitura feminista oferece, como o contexto de violência, permeado pelas desigualdades estruturais verificadas na sociedade, pode ser propício para que ocorra a alienação parental.

Ademais, procurei discutir os dados alarmantes de violência sexual contra as crianças e adolescentes em sua própria residência e como é importante considerá-los ao tratar da temática da alienação parental. Ainda que seja uma realidade apontada pela doutrina como preocupante, é difícil vislumbrar horizontes jurídicos efetivos para lidar com a temática. Verifica-se, nessa senda, a realidade de descrédito com as alegações de abuso sexual e os problemas de efetividade nas práticas de combate a essa violência.

Como intentei demonstrar, enfim, o tema é mais complexo e amplo do que a princípio se apresenta, de modo que sempre são imprescindíveis estudos mais aprofundados dessas realidades. Afinal, trata-se de questão polêmica, amplamente discutida pela doutrina internacional e que divide opiniões de juristas, profissionais da área da saúde e ativistas. Chega-se ao ponto de se ter, de um lado, a proposição de um projeto de lei para revogar a lei nº 12.318/2010, e de outro a pressão para que a punição das *alienadoras* seja ainda mais severa, com criminalização dos atos considerados como alienação parental, pelo projeto de lei nº 4.488/2016.

Portanto, o que se apresenta é um momento de tensão entre pautas divergentes, colocadas em debate no cenário político nacional, que não é nada favorável aos direitos das mulheres e dos grupos vulneráveis. Sobretudo, diante da agenda de supressão dos direitos das minorias colocada em pauta pelos grupos dominantes na política brasileira, representados pelo presidente recém-eleito. A perspectiva, de fato, é bastante desalentadora. No entanto, lembrando sempre a canção, “é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre, quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida.”³⁸⁹

³⁸⁹ “Maria, Maria”, escrita por Milton Nascimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MORTE INVENTADA. **Documentário**. Roteiro e Direção: Alan Minas. Realização: Caraminhola Produções, 2009, 1h 20min.

ALEGRE, Marcela Huaita. **Derecho de custodia, neutralidad de gênero, derechos humanos de la mujer e interes superior del niño o niña**. Em: FACIO, Alda; FRIES, Lorena. (Org.) *Genero y derecho*. Santiago: La Morada, 1999.

ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades das mães que trabalham**. Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, vol. 19, n. 2, julho-dezembro/2007.

ANDRADE, Denise Almeida de. **A alienação parental e as relações familiares no Brasil**. Em: MENEZES, Joyceane B.; MATOS, Ana Carla H. (Org.). *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 671-697.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NEUROPSIQUIATRIA. **Declaración de la Asociación Española de Neuropsiquiatría en contra del uso clínico y legal del llamado Síndrome de Alienación Parental**. Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría, vol. 30, n. 107, setembro/2010, p. 535-549. Disponível em: <<http://www.revistaaen.es/index.php/aen/article/viewFile/16095/15953>> Acesso em: 30 de agosto de 2018.

ASSESSORIA de Comunicação do IBDFAM. **Especialista critica projeto de lei que propõe revogar a Lei de Alienação Parental, publicado em 8 de agosto de 2018**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6716/Especialista+critica+projeto+de+lei+que+prop%C3%B5e+revogar+a+Lei+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

AVANSINI, Carolina. Especialistas criticam tentativa de revogar lei da alienação parental. Folha de Londrina, publicado online em 20 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/saude/especialistas-criticam-tentativa-de-revogar-a-lei-1013082.html>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de.; TELLES, Lisieux E. de Borba; DAY, Vivian Peres. **A alienação parental à luz do direito da criança**. Revista de Direito da Infância e da Juventude, vol. 1, janeiro/2013.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução: DUTRA, Waltensir. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAISCH, Victoria M.; LAGO, Vivian de M. **Considerações sobre a Guarda Compartilhada e sua efetivação**. Em: GOMIDE, Paula I. C.; STAUT JUNIOR, Sergio S. (Org.) *Introdução à psicologia forense*. Curitiba: Juruá, 2016.

BAPTISTA, Bárbara Gomes L. **Os rituais judiciais e o princípio da oralidade: construção da verdade no processo civil brasileiro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

BARROS, Sérgio R. de. **A tutela constitucional do afeto**. Anais V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2006, p. 881-889.

BARTLETT, Katharine. **Feminist legal methods**. Harvard Law Review, Cambridge, vol. 103, n. 4, fevereiro/1990.

BERNET, William; BAKER, Amy J. L. **Parental Alienation, DSM-5, and ICD-11: Response to Critics**. The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, vol. 41, issue 1, março/2013, p. 98-104. Disponível em: < <http://jaapl.org/content/41/1> > Acesso em: 30 de agosto de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm > Acesso em: 2 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm > Acesso em: 2 de junho de 2018.

BRASIL. **Projeto de lei nº 10.639, proposto em 1º de agosto de 2018**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182126> > Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRASIL. **Projeto de lei nº 4.488, proposto em 23 de fevereiro de 2016**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077676> > Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRITO, Leila Maria Torraca de; GONSALVES, Emmanuela Neves. **Razões e contra-razões para aplicação da guarda compartilhada**. Revista dos Tribunais, São Paulo, vol. 886, agosto/2009.

BRUCH, Carol S. **Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Getting It Wrong in Child Custody Cases**. Family Law Quarterly, vol. 35, n. 3, outono/2001. Disponível em: < https://law.ucdavis.edu/faculty/bruch/files/fam353_06_Bruch_527_552 > Acesso em: 5 de junho de 2018.

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação parental: uma interface do direito e da psicologia**. Curitiba: Juruá, 2012.

CALÇADA, Andréia. **Falsas acusações de abuso sexual e a implantação de falsas memórias**. São Paulo: Equilíbrio, 2008.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da afetividade no direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

CARBONERA, Silvana M. **Aspectos históricos e socioantropológicos da família brasileira**. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.) *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARBONERA, Silvana M. **Guarda dos filhos na família constitucionalizada**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 17, n. 49, 2003.

CASTEDO, Antía. **O drama do 'armário duplo': a violência 'invisível' entre casais do mesmo sexo**. BBC Brasil, publicado em 5 de maio de 2017. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39791785> > Acesso em: 26 de outubro de 2018.

COELHO, Adriana Lima M. **A Guarda Compartilhada frente ao Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2016.

COMISSÃO Interamericana De Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01, caso nº 12.051, Maria Da Penha Fernandes (Brasil), 4 de abril de 2001**. Disponível em: < <https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.

COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos. **Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas**. Doc. 36/15, rev.1, publicado em 12 de novembro 2015. Disponível em: < <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf> > Acesso em: 22 de setembro de 2018.

CORREIA, Adalgiza Mara. **Alienação parental: uma revisão sistemática da literatura**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2016.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: vol. 1989, iss. 1, article 8. Disponível em: < <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> > Acesso em: 4 de maio de 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, vol. 10, n. 1, 2002.

CRUZ, Mônica da Silva; WAQUIM, Bruna Barbieri. **Os entrelugares do sujeito no discurso: conjugalidade e parentalidade na alienação parental**. Revista de Direito Privado, vol. 57, janeiro-março/2014, p. 215-232.

CRUZ, Rubia Abs da. **Alienação parental: uma nova forma de violência contra a mulher**. São Paulo: Justificando, Carta Capital, publicado em 23 de agosto de 2017. Disponível em: < <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/23/alienacao-parental-uma-nova-forma-de-violencia-contramulher/> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. Em: DEL PRIORE, Mary (Org.) ; PINSKY, Carla Bessanezi (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

DAVIS, Angela. **Freedom is a constant struggle**: Fegunson, Palestine, and the Foundations of a Movement. Chicago: Haymarket Books, 2016.

DAVIS, Angela. **Women, Race & Class**. New York : Vintage Books, 1983.

DAVIS, Natalie Z. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEBERT, Guita Grin. **Desafios da politização da justiça e a antropologia do direito**. São Paulo: Revista de Antropologia, vol. 53, 2010, p. 477-492.

DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**: Realidades que a Justiça insiste em não ver. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome da alienação parental**: o que é isso? Em: Associação de Pais e Mães Separados (Org.). *Síndrome da alienação parental: a tirania do guardião. Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. **Introduction**: feminism and families plus ça change? Em: DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. *Feminist perspectives on family law*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

DUARTE, Lenita Pacheco L. **Alienação parental**: inocente, vítima ou sedutora. Em: DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DUQUE, Bruna Lyra; LEITE, Letícia Durval. **Dever fundamental de afeto e alienação parental**. Revista de Direito de Família e das Sucessões, vol. 7, janeiro-março/2016, p. 15-31.

FACHIN, Rosana A. Girardi. **Em Busca da Família do Novo Milênio, uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do Direito de Família brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

FACIO, Alda. **Metodología para el análisis de género del fenómeno legal**. Em: FACIO, Alda; FRÍES, Lorena. *Género y Derecho*, Santiago de Chile, Ediciones LOM, 1999.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. **Feminismo, genero y patriarcado**. Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires, vol. 3, n. 6, 2005.

FERNANDES, Marcia Valéria G.; MIRANDA, Vera Regina. **A síndrome de alienação parental**. Em: CARVALHO, Maria C. N. (Org.). *Psicologia e justiça: infância, adolescência e família*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 259-274.

FERNANDES, Maysa Meireles; CARDONE, Rachel dos Reis. **Alienação parental e o dano moral na relação familiar**. Revista de Direito e Família e das Sucessões, vol. 7, janeiro-março/2016, p. 77-94.

FERREIRA, Cláudia G.; ENZWEILER, Romano J. **Síndrome da alienação parental, uma iníqua falácia**. Revista da ESMESC, vol. 21, n. 27, 2014.

FONSECA, Cláudia. **Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações**. Campinas: Cadernos Pagu, n. 29, 2007, p. 9-35.

FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre**. Em: DEL PRIORE, Mary (Org.) PINSKY, Carla B. (Coord.) *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

GARDNER, Richard A. **Legal and psychotherapeutic approaches to the three types of parental alienation syndrome families: when Psychiatry and the Law join forces**. Court Review, vol. 28, n. 1, primavera/1991, p. 14-21.

GARDNER, Richard A. **Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?** The American Journal of Family Therapy, vol. 30(2), p. 93-115, 2002.

GARDNER, Richard A. **Recent trends in divorce and custody litigation**. Academy Forum, vol. 29, n. 2, verão/1985, p. 3-7.

GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. **Geledés – Missão Institucional**. Publicado em 10 de abril de 2016. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação**. Campinas: Cadernos Pagu, n. 1, 1993, p. 68-110.

GOMES, Luís Eduardo. **Mães denunciam uso da Lei de Alienação Parental para silenciar relatos de abuso sexual de crianças**. Agência Patrícia Galvão, publicado em 13 de setembro de 2017. Disponível em: < <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/maes-denunciam-uso-da-lei-de-alienacao-parental-para-silenciar-relatos-de-abuso-sexual-de-criancas/> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

GOMIDE, Paula I. C.; MATOS, Ana Carla H. **Diálogos interdisciplinares acerca da Alienação Parental**. Em: GOMIDE, Paula I. C.; STAUT JUNIOR, Sergio S. (Org.). *Introdução à psicologia forense*. Curitiba: Juruá, 2016.

GONÇALVES, Antonio Baptista. **O alerta das consequências da síndrome de alienação parental para as crianças e adolescentes**. Revista de Direito da Infância e da Juventude, vol. 4, julho-dezembro/2014, p. 309-343.

GONÇALVES, Juliana. **Mortes de mulheres no Brasil têm raça e classe definidas, dizem pesquisadores**. São Paulo: Brasil de Fato, publicado em 7 de novembro de 2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/07/mortes-de-mulheres-no-brasil-tem-raca-e-classe-definidas-dizem-pesquisadores/> > Acesso em: 26 de outubro de 2018

GRISARD FILHO, Waldyr. **Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade**. 3. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GUAZZELLI, Mônica. **A falsa denúncia de abuso sexual**. Em: DIAS, Maria Berenice. (Org.) *Incesto e Alienação Parental: realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 33-58.

HABIGZANG, Luísa F; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela A.; MACHADO, Paula X. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 21 n. 3, setembro-dezembro/2005, p. 341-348.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: Cadernos Pagu, n. 5, 1995, p. 7-41.

hooks, bell. **Feminist Theory from margin to center**. Boston, Estados Unidos: South End Press, 1984.

INSTITUTO Brasileiro de Direito de Família. **OMS reconhece a existência do termo Alienação Parental e o registra no CID-11**. Assessoria de Comunicação do IBDFAM, publicado em: 8 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/>> Acesso em: 30 de agosto de 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Registro Civil 2016**. Rio de Janeiro, vol. 43, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2016_v43_informativo> Acesso em: 12 de agosto de 2018.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada; FORUM Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro, disponibilizado em junho de 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em: 26 de outubro de 2018

JARAMILLO, Isabel Cristina. **La crítica feminista al derecho, estudio preliminar**. Em: WEST, Robin (Org.). *Género y teoría del derecho*. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

LASS, Ruth Berenice. **Avaliação de transtorno de personalidade e padrões comportamentais da alienadora parental**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2013.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A lei de alienação parental e a responsabilidade do poder judiciário**. Revista de Direito de Família e das Sucessões, vol. 3, abril-março/2015, p. 57-75.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: a tragédia revisitada**. Revista de Direito de Família e das Sucessões, vol. 1/2014, julho-setembro/2014, p. 61-81.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus***. Revista IBDFAM, vol. 12, janeiro-fevereiro-março/2002, p. 40-55

LUND, Mary. **A Therapist's View of Parental Alienation Syndrome**. Family and Conciliation Courts Review, vol. 33, n. 3, julho/1995.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismos brasileiros nas relações com o Estado**. Contextos e incertezas. Campinas: Cadernos Pagu, n. 47, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. **Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia**. Campinas: Cadernos Pagu, n. 42, janeiro-junho/2014, p. 13-46.

MACLENNAN, Catriona. **Family Court using discredited US theory**. Newsroom, New Zealand, publicado em 14 de Agosto 2017. Disponível em: <<https://www.newsroom.co.nz/2017/08/13/42453/family-court-using-discredited-us-theory#>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 6 ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MAGALHÕES, Belmira. **As marcas no corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica**. Maceió: Editora UFAL, 2005.

MALIK, Maleiha. **'The branch on which we sit': multiculturalism, minority women and family law**. Em: DIDUCK, Alison ; O'DONEVAN, Katherine. *Feminist perspectives on family law*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2000

MENA, Fernanda. **Mulheres são processadas após denunciarem casos de estupro**. Folha de S. Paulo, publicado online em 25 de outubro de 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1698267-mulheres-sao-processadas-apos-denunciarem-estupros.shtml> > Acesso em: 20 de agosto de 2018

MENDONÇA, Renata. **Descrédito e exigências de provas físicas: 5 obstáculos enfrentados por mulheres vítimas de violência**. BBC Brasil, publicado online em 30 de maio de 2016. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36414224> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MENEZES, Leilane. **Biografia de um crime sem castigo**. Metrôpoles, publicado em 26 de novembro de 2017. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos, Relatório 2017**. Publicado em maio de 2018. Disponível em: < <http://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

MORAES, Maria C. B. de. **A Família Democrática**. Anais V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2006.

MORI, Letícia. **Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças**. BBC Brasil, publicado online em 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010109> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

MULTEDO, Renata V. **A judicialização da família e a proteção da pessoa dos filhos**. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.). *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013.

NERI, Eveline Lucena. **Violência familiar: a necessidade de sistematização da resposta jurídica**. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.). *Direito das famílias: por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 775-803.

O'DONOVAN, Katherine; MARSHALL, Jill. **After birth: decisions about becoming a mother**. Em: DIDUCK, Alison ; O'DONEVAN, Katherine (Org.). *Feminist perspectives on family law*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

OLIVEIRA, Ligia Ziggotti de. **(Con)formação da(s) identidade(s) da mulher no direito das famílias contemporâneo: perspectivas feministas sobre o individual e relacional em família**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Mario Henrique C. P. **A alienação parental como forma de abuso à criança e ao adolescente**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ONG CHILDHOOD BRASIL. **Números da Causa**. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/numeros-da-causa>> Acesso em: 2 de agosto de 2018.

PEDROSO, Susana da Silva Rodrigues; COPATTI, Livia Copelli. **A guarda compartilhada e a mediação como soluções para prevenir a alienação parental e garantir o direito à convivência familiar**. Revista dos Tribunais do Sul, vol. 4, março-abril/2014, p. 75-89.

PEREIRA, Bruna Cristina J. **Tramas e dramas da cor: mulheres negras, relacionamentos afetivos e familiares e violência doméstica**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

PEREIRA, Rodrigo da C. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREZ, Elizio Luiz. **Breves comentários acerca da lei da alienação parental (Lei 12.318/2010)**. Em: DIAS, Maria Berenice (Org.). *Incesto e Alienação Parental: realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PERNAMBUCO, Fernanda; VALENTIN, Fernando. **Alienação parental como violência contra a mulher: quando a ideologia subverte a realidade**. São Paulo:

Observatório da Guarda Compartilhada – OBGC Brasil, publicado em setembro de 2017. Disponível em: < <https://obgcbrasil.jusbrasil.com.br/artigos/492770264/alienacao-parental-como-violencia-contr-a-mulher-quando-a-ideologia-subverte-a-realidade> > Acesso em: 5 de janeiro de 2018.

PESSOA, Adélia M. **Direitos humanos e família: da teoria à prática**. Anais V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2006, p. 29-53.

PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos das mulheres, família e violência**. Em: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Org.) *Direito das famílias por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013.

RABELLO, Patrícia Moreira. **As filhas de Eva – Violência de gênero**. Recife: EDUPE, 2006.

RACERO, Dolores Padilla. **El síndrome de alienación parental no es un trastorno mental, problema relacional ni de conducta. Es una feroz resistencia a los avances en la igualdad entre hombres y mujeres**. Espanha: Revista Infancia, Juventude y Ley, n. 4, 2013. Disponível em: < <http://paip-publicaciones.blogspot.com/p/infancia-juventud-y-ley.html> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

REGADAS, Tatiana. **Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%**. G1, publicado em 29 de junho de 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contr-a-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

RIBEIRO, Julyanne Carvalho. **"Só corpo, sem mente": direitos reprodutivos, imaginário social e controle sobre os corpos das mulheres negras**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vol. 11, 2012.

ROSA, Graziela Matos S. S. **Síndrome da alienação parental ou simplesmente vingança**. Paripiranga: Revista Letrando, vol. 2, 2013.

ROZANSKI, Carlos. **El síndrome de alienación parental (SAP) y otras formas de silenciar niños abusados**. Espanha: Revista Infancia, Juventude y Ley, n. 4, 2013. Disponível em: < <http://paip-publicaciones.blogspot.com/p/infancia-juventud-y-ley.html> > Acesso em: 2 de agosto de 2018.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SÁ, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara. **Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão sistemática da literatura**. Contextos Clínicos, vol. 6, n. 2, julho-dezembro/2013. Disponível em: <

<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclnicos/article/view/ctc.2013.62.04/3628> > Acesso em: 12 de agosto de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos. **Movimento LGBT e direito: identidade e discursos em (des)construção**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2017.

SERAFIM, Antonio de Pádua; MARQUES, Natali Maia; SAFFI, Fabiana. **Processos de investigação neuropsicológica de crianças vítimas de abusos sexual**. Em: WILLIAMS, Lúcia C. A.; HABIGZANG, Luísa F. (Org.) *Crianças e adolescentes vítimas de violência. Prevenção, avaliação e intervenção*. Curitiba: Juruá, 2014, p.31-50.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Pequeno ensaio sobre antropofagia jurídica: por uma sociologia histórica do direito brasileiro?** Curitiba: Revista da Faculdade de Direito – UFPR, vol. 61, n.1, janeiro-abril/2016.

SMART, Carol. **La teoría feminista y el discurso jurídico**. Em: BIRGIN, Haydée (Comp.). *El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 31-61.

SOUZA, Ana Maria O.; BARRETO, Ricardo M. **Síndrome de alienação parental, falso abuso sexual e guarda compartilhada: a necessidade de uma observação jurídica transdisciplinar**. Espaço Jurídico, vol.12, n. 1, 2011, p. 67-82.

STAHL, Philip M. **Understanding and Evaluating Alienation in High-Conflict Custody Cases**, 2010. Disponível em: < https://www.americanbar.org/content/dam/aba/publishing/family_law_enewsletter/Mar_PhilStahlArticle.authcheckdam.pdf > Acesso em: 10 de maio de 2018.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **Alienação Parental: aspectos materiais e processuais**. Civilistica.com. a.2, n.1, 2013. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Teixeira-e-Rodriguescivilistica.com-a.2.n.1.2013.pdf> > Acesso em: 17 de julho de 2016.

TRINDADE, Jorge. **A síndrome da alienação parental (SAP)**. Em: DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 21-32.

UNIÃO DE MULHERES. **Proteger nossos filhos não é crime!** Mensagem recebida por: isabelahummelgen@gmail.com. 12 de setembro de 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo Waiselfisz. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1 ed. Brasília, 2015. Disponível em: < www.mapadaviolencia.org.br > Acesso em: 26 de outubro de 2018.

WAQUIM, Bruna Barbieri. **Criminalizar a alienação parental é a melhor solução? Reflexões sobre o projeto de lei nº 4488/2016**. Civilistica.com, a. 5. n. 2. 2016.

Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Waquim-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf> > Acesso em: 6 de julho de 2017.

WOOD, Cheri L. **The Parental Alienation Syndrome: A Dangerous Aura of Reliability**. Loyola of Los Angeles Law Review, 1994, p. 1367-1415.